

Valdelice Carneiro Girão



O CEARÁ
NO SENADO FEDERAL

Brasília — 1992

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO

O CEARÁ NO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA — 1992

APRESENTAÇÃO

O livro O Ceará no Senado Federal, de Valdelice Carneiro Girão, retrata, de forma sucinta, a história do Poder Legislativo, como instituição política indissociável do próprio destino da Nação. Nele se contém os dados biográficos dos representantes do Estado do Ceará na Câmara Alta — de 1826 a 1992 — através dos quais o leitor pode inteirar-se do pensamento parlamentar de gerações cearenses no encadeamento de dois períodos distintos: o Império e a República.

O Senado do Império eleito pelo povo, escolhido pelo Trono, era vitalício não como prerrogativa, mas pelo fato de ser o órgão encarregado de manter o equilíbrio entre a Coroa e a Câmara dos Deputados — o velho Senado em que os homens se confundem com a instituição, como bem o define Machado de Assis: “Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição”.

As modificações operadas com a República não diminuíram a sua grandeza e dimensão. Como órgão dos estados-membros, essência do regime federativo, reflete no perfil de cada região que representa os sentimentos, os anseios e as aspirações de um povo, a par da combatividade e do espírito conciliador de uma raça.

A Professora Valdelice Carneiro Girão, portanto, ao gravar em seu importante livro a biografia dos senadores cearenses, fê-lo com inteligência e argúcia, o que expressa o inquestionável valor histórico da obra.

Ressalte-se, aliás, que a autora, historiadora das mais conceituadas, é figura de destaque nos meios culturais pátrios, desenvolvendo múltiplas atividades, como as de professora universitária e assídua colaboradora de importantes órgãos de comunicação social do Estado e do País, além da própria Revista do Instituto do Ceará, periodicamente editada

Como representante do Estado do Ceará e, nessa qualidade, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, presto as minhas homenagens à Dr^a Valdelice Carneiro Girão pelo seu trabalho — da maior significação para o Poder Legislativo brasileiro.

Senador MAURO BENEVIDES
Presidente do Senado Federal

100
100
100

100
100

100
100

100
100

100
100

100
100

100
100
100

100

100
100
100

100
100

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
APRESENTAÇÃO	
INTRODUÇÃO	
IMPÉRIO	
João Antonio Rodrigues de Carvalho	15
João Carlos Augusto Oeynhansen e Gravemburg	17
Pedro José da Costa Barros	19
João Vieira de Carvalho	21
José Martiniano de Alencar	23
Miguel Calmon Du Pin e Almeida	27
Manuel do Nascimento Castro e Silva	31
Francisco de Paula Pessoa	35
Cândido Batista de Oliveira	37
Antônio José Machado	39
Miguel Fernandes Vieira	41
Thomaz Pompeu de Souza Brasil	43
Domingos José Nogueira Jaguaribe	47
Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	49
Vicente Alves de Paula Pessoa	51
Liberato de Castro Carreira	53
João Ernesto Veriato de Medeiros	55
REPÚBLICA	
Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior	61
Theodoreto Carlos de Farias Souto	63
Joaquim de Oliveira Catunda	65
João Cordeiro	67
Antônio Pinto Nogueira Acíoli	69
José Freire Bezerril Fontenelle	73
Pedro Augusto Borges	75
Francisco Sá	77

José Joaquim Domingos Carneiro	79
Tomás Pompeu Pinto Acióli	81
Benjamim Liberato Barroso	83
João Thomé de Sabóia e Silva	85
José Pompeu Pinto Acióli	87
Tomás de Paula Pessoa Rodrigues	89
Waldemar Cromwel do Rego Falcão	91
Edgar Cavalcante de Arruda	93
Olavo Oliveira	95
Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães	97
Manuel do Nascimento Fernandes Távora	99
Onofre Moniz Gomes de Lima	103
José Parsifal Barroso	105
Francisco de Menezes Pimentel	107
Fausto Augusto Borges Cabral	111
Paulo Sarasate Ferreira Lopes	113
Carlos Jereissati	117
Antônio Jorge de Queiroz Jucá	119
Wilson Gonçalves	121
José Waldemar Alcântara e Silva	125
Virgílio de Moraes Fernandes Távora	127
José Dias Macedo	133
Carlos Mauro Cabral Benevides	135
Francisco Ernando Uchoa Lima	141
Almir Santos Pinto	143
Cesar Cals de Oliveira Filho	145
José Lins Cavalcante de Albuquerque	149
Cid Sabóia de Carvalho	151
José Afonso Sancho	153
Benedito Clayton Veras Alcântara	155
Bibliografia	157
<i>Curriculum</i>	161

INTRODUÇÃO

Com a representação nacional constituída por uma Câmara de Deputados, composta de elementos eleitos nas províncias e por um Senado, cujos membros eram nomeados pelo Imperador, em caráter vitalício, foi reaberto o Congresso brasileiro em 1826.

Os candidatos à chamada Câmara dos Senadores eram indicados em lista tríplice depois de escolhidos através de eleições realizadas em cada província, semelhantes aos pleitos dos deputados gerais.

A apresentação da lista tríplice na escolha dos candidatos foi hábil expediente usado por D. Pedro para nomear elementos aliados, uma vez que a Câmara dos Deputados, na sua maioria, eleitos em 1824, não era favorável à sua política.

O número de senadores correspondia à metade dos deputados.

Dos cinquenta membros que compunham o primeiro Senado brasileiro, o Ceará foi representado por quatro senadores, pois dispunha de oito deputados gerais.

A primeira eleição senatorial do Ceará ocorreu em momento conturbado por que passou a província: um ano após o movimento revolucionário de 1824; a seca de 1825 e outros acontecimentos, que mereceram do Senador Pompeu o abalizado comentário: "Tantos flagelos caíram sucessivamente, e alguns ao mesmo tempo sobre a população do Ceará, desde 1824 até 1828, que admira não ter ela inteiramente rarefeito sucumbindo ao flagício dos homens e da natureza, e emigrado para outras privíncias.

As dissensões civis até fins de 1824, a reação sanguinolenta em seguida a seca e fome acompanhando e sobre tudo isso o recrutamento devastador, a bexiga em 1826 que parece só ter por fim exaurir o resto dos braços válidos da Província"(1).

De uma lista de doze nomes votados, foram escolhidos pela Carta Imperial de 19 de abril de 1826, os quatro primeiros representantes do Ceará: Pedro José da Costa Barros, o único cearense, nascido no Aracati, primeiro presidente da Província. Após a independência, forte opositor ao movimento de

(1) Thomaz Pompeu de Souza BRASIL "Juízo Histórico do Senador Pompeu sobre Fatos do Ceará". *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 9-9-1895.

1824; João Carlos Augusto de Oeynhausen de Gravemburg, português de Lisboa, fidalgo de prestígio na Corte Portuguesa; João Antônio Rodrigues de Carvalho, antigo Ouvidor da Câmara do Ceará, e o Pe. Domingo da Mota Teixeira, que renunciaria ao cargo, antes mesmo de assumir. Sua substituição se daria em 1829 pelo candidato do Governo Imperial João Vieira de Carvalho — Barão, Conde e Marquês de Lajes, que tomou posse em 10 de abril do mesmo ano.

A política naquele período refletia a desorganização e a instabilidade social por que passava o Brasil.

As sociedades políticas secretas, encabeçadas pela maçonaria, antes da Independência, passaram após a abdicação de D. Pedro I a sociedades abertas, formando as facções políticas denominadas *moderados* ou *chimangos*, aqueles que detinham o poder; *exaltados*, elementos que embora não participassem do governo, desejavam a autonomia das províncias; e os *restauradores* ou *caramurus*, partidários do retorno do Imperador.

Compondo-se e desfazendo-se ao imperativo das circunstâncias, vão surgir a partir de 1837 os primeiros partidos políticos, propriamente ditos: o *Partido Liberal* e o *Partido Conservador*. Formou-se depois o *Partido Progressista*, composto de liberais dissidentes, e em 1870, o *Partido Republicano*.

O Partido Liberal e o Partido Conservador que se alternaram no governo até o fim do segundo reinado, não apresentavam muitas diferenças. Os seus representantes mantinham o domínio político nas províncias, sem nenhuma representação popular.

No Ceará, as atividades políticas foram intensas e tiveram muitas vezes como palco a zona sul da província. Nas refregas de 1817, 1823, 1824 e 1832, as cidades do Crato e Jardim estiveram sempre em campos opostos e os partidos apresentavam características comuns, tinham estrutura baseada no compromisso de defesa dos privilégios das classes dominantes, atuando como mecanismo de opressão e a representação dos grandes proprietários rurais e de suas famílias, formavam uma política eminentemente oligárquica. As famílias Alencar, Castro e Silva, Fernandes Vieira, Paula Pessoa dominaram os rumos da política cearense, usando os partidos a que pertenciam em prol de seus interesses particulares.

O historiador Raimundo Girão muito bem documentou a formação dos partidos políticos no Ceará e o mimetismo dos mesmos, no advento da República, quando escreveu: “O Partido Conservador organizou-se na presidência do Dr. Manuel Felizardo de Souza e Melo (...) 1837, mas só a partir de 1841 se firmou com o prestígio da numerosa família Fernandes Vieira, nucleada em torno do Visconde de Icó, e à qual se agregavam as figuras eminentes do boticário Rodrigues Ferreira e do comendador José Antonio Machado. Dividiu-se em 1863, nos subgrupos: *miúdos* ou *carcarás* (...) e que, de começo, eram chefiados pelo Dr. Miguel Fernandes Vieira e depois pelo Dr. Gonçalves

Fernandes Vieira, Barão de Aquirás; e *graúdos*, dissidentes chefiados pelo Dr. Domingos Jaguaribe e pelo Barão de Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, e cuja trincheira eram as colunas da Constituição.

À sua vez, os liberais, que tiveram raízes nas famílias Alencar e Castro e Silva, bipartiram-se, após a morte do chefe, Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em *Pompeus* ou *minus*, sob a chefia do genro deste, Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioli (...) e os *Paulas* ou *ripardos* obedientes ao conselheiro Antonio Joaquim Rodrigues Júnior (...)

Nas suas constantes desinteligências, por vezes as facções adversas se aliavam em coalizões objetivando um fim comum, e foi com os *graúdos* unidos aos *Pompeus* e com os *miúdos* aos *Paulas* que a República os encontrou. Perderam, então, de sentido, os partidos monárquicos, e os seus elementos, num explicável mimetismo, vestiram outras cores, particularmente a do Partido Republicano”⁽²⁾

A herança das tendências oligárquicas e do mimetismo partidário do período monárquico de que nos lembra Girão, sobreviveram durante todas as fases constitucionais por que passou o Brasil republicano. Os partidos são criados e extintos, as coligações e conchavos são realizados nos períodos eleitorais, tendo como meta a ser atingida a conquista do poder.

Em pleitos sucessivos do período monárquico à república, o Ceará se fez representar, no Parlamento, participando dos momentos de grandeza e de crises do País.

Apesar de no início do período Constitucional terem sido eleitos elementos sem nenhum compromisso com o Ceará, tais como: João Vieira de Carvalho, Cândido Batista de Oliveira, Senadores que não conheceram sequer a Província, e Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o Marquês de Abrante, que, eleito pelo Ceará, permaneceu no cargo durante 25 anos, jamais visitando a Província, chegando inclusive a negar-se a lutar em prol de uma iluminação a óleo para Fortaleza, alegando, ironicamente, que a cidade era de palha e podia queimar.

Nem por isso podemos esquecer que tivemos no Senado representantes do mais alto quilate, como José Martiniano de Alencar, Thomaz Pompeu de Souza Brasil e tantos outros que podem ser analisados nas bibliografias estudadas.

Ao escrever o *Ceará no Senado Federal* desejamos preencher uma lacuna existente na história do Ceará sobre o assunto.

O historiador Hugo Victor Guimarães publicou os *Desembargadores do Tribunal de Apelação; Chefes de Polícia do Ceará; Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*; José Aurélio Saraiva Câmara e João Brígido deixaram

(2) Raimundo GIRÃO. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará, 1984, pp. 182-183.

trabalhos da maior importância sobre as eleições senatoriais no Ceará. No período imperial faltava-nos, porém, um trabalho atualizado tratando daqueles cearenses que no exercício das atividades políticas representaram o Ceará no Parlamento do período monárquico aos nossos dias.

Apesar das pesquisas em fontes bibliográficas, jornais, revistas, documentos e informações pessoais, além de fichas fornecidas pelo Senado Federal, reconhecemos que há falhas, fato comum neste tipo de trabalho. Empregamos, porém, todo esforço para torná-lo o menos omissos possível.

Acreditamos que o esforço será recompensado pela contribuição dada à historiografia cearense.

IMPÉRIO

“Ser senador do Império constituía o supremo anelo dos homens do antigo regime, e com razão, porquanto a vitalidade daquela culminante posição oferecia a máxima garantia a todos os azares e vaivéns da existência política, do que era o coroamento e a última recompensa”.

Affonso de E. Taunay

JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO

1826-1840

Filho do português Joaquim Antônio de Carvalho, nasceu João Antônio Rodrigues de Carvalho, no Rio de Janeiro, em 1770.

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Voltando ao seu país, passou a exercer funções de destaque na política e na administração brasileira: membro do Supremo Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, presidente de província, parlamentar e outras atividades.

Para o Ceará, veio investido no cargo de Ouvidor da Câmara, nomeado a 6 de outubro de 1814 e tomando posse em 8 de maio de 1815.

Em Pernambuco, onde esteve exercendo as funções de Juiz-de-Fora de Goiana, gozava da intimidade de Domingos José Martins, o carro-chefe do movimento revolucionário de 1817, de quem recebeu, segundo Carlos Studart Filho, “o encargo secreto de chamar às fileiras carbonárias os homens mais importantes da terra, neles incutindo idéias liberais e anseios de uma pátria livre”.⁽¹⁾ Cumpriu a missão à risca, percorrendo vilas da Capitania, aliciando adeptos e não hesitando em perseguir aqueles que fossem contrários às idéias revolucionárias.

São severas as críticas de seu opositor, o então Governador da Província do Ceará, vigilante e enérgico Manoel Inácio de Sampaio, seu austero juiz.

Reprimida a revolução, foi remetido preso para o Maranhão e depois para Lisboa, julgado réu de alta traição, onde permaneceu até 1821.

Ainda, na opinião de Studart, “Rodrigues de Carvalho cometeu, sem dúvidas, excessos condenáveis, no exercício de *seus munus* de Juiz, traiu a confiança do Governo e foi atrabiliário, mas ninguém lhe poderá, todavia, negar o ardor patriótico, a sinceridade de propósito e o incansável devotamento dos propósitos democráticos e nacionalistas, qualidades estas que nós, brasileiros, temos o dever de admirar e enaltecer”⁽²⁾.

(1) Carlos STUDART. *A Revolução de 1817 no Ceará e outros Estudos*. Fortaleza, Tipografia Minerva 1961, p. 18.

(2) *Ibid.*, p. 18

Após a independência, já el liberdade, Carvalho — o principal articulador do movimento de 1817, no Ceará — recebia do Imperador, por Carta Imperial de 25 de novembro de 1823, a nomeação de Presidente de Santa Catarina como primeiro dirigente daquela Província.

Em dezembro de 1825, em eleições indiretas de uma lista composta de doze candidatos, seria João Antonio Rodrigues de Carvalho, o mais votado, escolhido entre os quatro primeiros representantes do Ceará no Senado de 1826.

Deixou escritos:

- *Ode ao Faustíssimo dia Trinta e Um de Julho, aniversário de S.M. a Imperatriz*, 1830.
- *Projeto de uma estrada da cidade do Desterro às Missões do Uruguai. Revista do Instituto Histórico. T.8.*
- *Congratulações — S.A. Real Príncipe Regente. Senhor pelo feliz anúncio de Restauração de Portugal. Rio de Janeiro, 1808.*

Casado. Depois da doença mental de que foi acometida sua legítima esposa, passou a viver maritalmente com Gertrude Amélia de Faria Leal que, segundo o mesmo Studart, merece ter seu nome assinalado nos acontecimentos políticos da época.

Faleceu no Ceará a 12 de dezembro de 1840.

JOÃO CARLOS AUGUSTO OEYNHANSEN E GRAVEMBURG
(Marquês de Aracati)
1826-1831

João Carlos Augusto Oeynhansen, nasceu em Lisboa a 12 de outubro de 1776. Filho do austríaco Conde Oeynhansen e Gravemburg e da Condessa de Assumar de Alorne de Almeida Portugal.

Concluiu o curso na Academia Naval da Armada Real Portuguesa, transferindo-se, depois, para o Exército, onde serviu até sua morte.

Fidalgo de prestígio na Corte portuguesa, foi escolhido pela Rainha D. Maria I, Governador da Capitania do Ceará, sendo nomeado em 14 de novembro de 1802, assumindo as funções de 1803 a 1807.

Na opinião de Cruz Filho, mereceu destaque em seu governo, a prisão do Coronel do Regimento da Cavalaria da Vila Nova d'El Rei, Manuel Martins Chaves, potentado a quem pesava o bárbaro crime de morte do Juiz Ordinário Antonio Barbosa Ribeiro. Em sua administração, foi introduzido na Capitania, o emprego da vacina contra a varíola, merecendo, assim, a fama de homem enérgico e empreendedor.⁽¹⁾

Escolhido por D. Pedro I entre os primeiros senadores a representar o Ceará na Câmara Alta, foi nomeado, por Carta Imperial, de 19 de abril de 1823, tomando posse em 4 de maio de 1826.

Partindo para a Europa logo após a abdicação de D. Pedro I, acompanhou o Imperador sem ter feito declaração de renúncia, perdendo, desta maneira, o mandato e a nacionalidade brasileira.

Já na África, voltou aos serviços de Portugal, como Governador de Moçambique, onde faleceu a 29 de maio de 1838.

(1) CRUZ FILHO. *História do Ceará. (Resumo Didático)* 2ª ed. Fortaleza, Imp. Oficial do Ceará, 1987, p. 61.

PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS

1827-1839

Pedro José da Costa Barros nasceu em Aracati, a 7 de outubro de 1779. Filho do Mestre de Campo, Pedro José da Costa Barros, português de Ponte de Lima e de Antônia de Souza Braga, nascida em Pernambuco.

Apesar de se preparar em Coimbra para ingressar no curso de Engenharia, não o fez, optando pela carreira militar, sentando praça no Regimento de Artilharia do Exército Português, a 7 de outubro de 1803. Em 30 de agosto de 1811, era promovido para o Regimento da Artilharia de Pernambuco, passando a sargento-mor do Regimento da Infantaria de Milícia do Ceará, em 17 de dezembro de 1813 e comandante do 1º Batalhão, a 25 de julho de 1814, sendo reformado como tenente-coronel, em 1832.

A independência do Brasil o encontrou no posto de sargento-mor da Brigada Real da Artilharia da Marinha.

Seu prestígio para com o Trono já se fazia sentir, antes daquele acontecimento, quando foi escolhido Deputado pelo Ceará às Cortes de Lisboa, em 1821. Mesmo sem ir a Portugal, foi designado Deputado à Constituinte de 1823. Com a dissolução da mesma, passou Costa Barros à direção do Ministério da Marinha, que, segundo o Barão de Studart, por apenas dois dias, tempo suficiente para assinar a deportação dos irmãos Andradas.⁽¹⁾

O movimento da Confederação do Equador veio encontrá-lo como primeiro Governador de sua Província natal, posto que renunciou, forçado por oposição armada, entregando a direção do governo a Tristão Gonçalves de Alencar. Volta ao posto em 17 de dezembro de 1824, depois do insucesso do movimento revolucionário, para passar o cargo, logo depois, a José Felix de Azevedo e Sá, em cuja administração se deu o fuzilamento dos cinco cearenses republicanos, pela Comissão Militar encarregada de “julgar os monstros”.

(1) Guilherme STUDART. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1915, p. 33.

José Aurélio Câmara analisa Costa Barros como “vingativo alçoz dos patriotas de 1824, covarde no ostracismo, arrogante nas posições de mando, subserviente ao Trono. Mau poeta e bajulador da Corte Real Brasileira” classificando-o mesmo “sem inteligência e sem caráter”.⁽²⁾

Dirigiu a Província de Maranhão de 1825 a 1826, administração cheia de perturbações e violências.

Apesar dos ressentimentos deixados na Província, Costa Barros concorreu às eleições de 1826, para escolha dos quatro senadores cearenses que deviam compor o Senado brasileiro, e foi escolhido por Decreto Imperial de 22 de janeiro de 1827, tomando posse a 7 de maio daquele ano. Mereceu assim o prêmio, talvez injustificável, de *primeiro Presidente da Província do Ceará, primeiro Senador da República e Ministro do Império*.

Possuía as insígnias de Oficial da Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro de Aviz.

Deixou escritos:

- *Ode Pindárica aos Heróis Lus'Anglos*, 1814.
- *Proclamação do Presidente e Governador das Armas Pedro José da Costa Barros aos Maranhenses*.
- *Ode Pindárica ao Príncipe Regente do Reino do Brasil*, 1822.

Faleceu a 20 de dezembro de 1839.

(2) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970, p. 127.

JOÃO VIEIRA DE CARVALHO
(Marquês de Lajes)
1829-1847

Nasceu João Vieira de Carvalho em Olivença, Portugal, em 16 de novembro de 1781. Filho do Coronel João Vieira de Carvalho e Vicença da Silva Nogueira sendo descendente de proeminente família portuguesa.

Formou-se em Engenharia, pela Academia Militar de Lisboa, depois de cursar os preparatórios no Colégio dos Nobres — Lisboa.

Sua atuação pública e parlamentar foi intensa, principalmente por suas ligações pessoais com D. Pedro I. Ocupou diversas pastas no primeiro Reinado: Major do Revolucionário Corpo de Engenharia no Rio de Janeiro, (1809); Diretor da Colônia de Nova Friburgo, ficando adido ao Estado-Maior do Exército (1821). Nomeado Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial (1823); Ministro da Guerra em seis Gabinetes (1822-1827); Ministro Interino do Império (20-1-1826 — 23-1-1826).

Na opinião de José Aurélio Câmara, o Marquês “só indiretamente se ligava ao Ceará como antigo protetor do Comandante das Armas e fiador das suas arbitrariedades (...) Como Ministro da Guerra, em 1824, nele a prepotência contra os rebeldes do movimento do Equador encontrava sempre o mais devotado e incondicional defensor. Aparece agora (1828) em cena para cobrar em votos o sangue que ajudara a derramar na província cearense”⁽¹⁾

Como candidato do Governo Imperial, participou da eleição para o Senado; eleito na lista tríplice, pelo colégio eleitoral, com o apoio local do Presidente Nunes Belford, que segundo Paulino Nogueira dirigiu circulares aos líderes locais, com as seguintes informações: “Sua Majestade quer que o processo eleitoral corra livremente e sejam eleitos os cidadãos notáveis do País sob pena de ser nula a eleição e punidos os rebeldes.” Dentro dessas circulares acompanhava a chapa em que figurava o nome do Conde de Lajes em primeiro lugar.”⁽²⁾

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970, p. 177.

(2) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970, p. 51.

Em 28 de junho de 1828 foi escolhido como o quarto representante do Ceará na Câmara Vitalícia. Diante dos protestos, seria anulada a eleição e a Carta Imperial que escolhera João Vieira de Cárvalho. Numa nova eleição repete sua vitória, sendo nomeado Senador em 21 de fevereiro de 1829, tomando posse em 1º de abril daquele ano.

Sua participação política continua ativa, associando-se ao impopular Gabinete dos Marqueses, que aceleraram a crise política com a abdicação de D. Pedro I, em 1831; ocupa o Ministério da Guerra, naquele momento (5-4-1831 a 7-4-1831); Conselheiro de Estado (1836); Ministro da Guerra (16-5-1839 a 17-5-1840); Presidente do Senado (4-5-1844 a 1º-4-1847).

Como parlamentar, votou pela vitaliciedade do Senado, pela destituição de José Bonifácio como tutor de D. Pedro II e pela maioria do Monarca em 1840.

É ainda José Aurélio quem comenta: “o Senador Conde de Lajes foi um dos pioneiros, na arena do Legislativo brasileiro, na tentativa de dar combate à escravidão e incentivo ao trabalho livre. Assim é que na sessão do Senado, de 22 de setembro de 1835, apresentou dois projetos de lei e um requerimento sobre o problema servil...”⁽³⁾

Participou das Campanhas Cisplatinas de 1811 a 1812 e 1815 a 1817, merecendo elogios pelo zelo e capacidade com que desempenhou os trabalhos de engenharia a seu cargo. Distinguido, ainda, na Batalha de Catalão (1817).

Deixou trabalhos topográficos sobre a fronteira do sul e levantamento da planta dos terrenos auríferos em São Pedro do Rio Grande do Sul, cujos relatórios e plantas foram remetidos às autoridades competentes, em 1812.

Foi homenageado em títulos e condecorações: Barão, Conde e Marquês de Lajes; Imperial Ordem do Cruzeiro; Grã-Cruz da Ordem de Aviz.

Casado em primeiras núpcias com Sebastiana Marques Portela, filha do Marechal Alexandre Elói Portela, e, em segundas núpcias, com Isabel Leonor da Mota Leite, filha de José Caetano de Araújo.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1º-4-1847.

(3) *Ibid.*, p. 179.

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR

1832-1860

No sítio Lambedor, em Barbalha, a 16 de outubro de 1794, nasceu José Martiniano de Alencar. Filho do português José Gonçalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar, revolucionária de ampla atuação política na região sul do Estado, com papel decisivo na Revolução de 1817.

Privilegiado em inteligência e recursos financeiros, ingressa no Seminário de Olinda, um dos primeiros estabelecimentos superior da época.

Suas qualidades culturais e seus princípios liberais, logo o fizeram merecedor da confiança dos republicanos de 1817, a ponto de ser admitido como participante da *Academia do Paraíso*, agremiação política criada especialmente para promover aquele movimento nativista.

Escolhido líder do levante no Ceará, dirige-se ao cariri, onde a família Alencar gozava de largo prestígio.

Diz bem José Aurélio Câmara: “Como revolucionário foi aliciante radical e autêntico. Foi ele, quem à frente dos seus familiares, sublevou o Crato em abril daquele ano (...) e, aqui fora mandado como homem de confiança do comando rebelde do Recife. O fracasso do movimento custou-lhe, bem como ao irmão e à genitora, uma sucessão de cruéis padecimentos nos cárceres do Ceará e da Bahia. Salvou-se, por um fio, da força ou dos pelotões de fuzilamento; mas, superada a fase da vingança irracional e das perseguições impiedosas, voltou ao Ceará, livre e pronto para a ascensão política”.⁽¹⁾

É correto o pensamento de Câmara, pois, serenadas as paixões, voltou Alencar ao palco político da Província, elegendo-se primeiro suplente nas eleições realizadas no Brasil, em 24 de dezembro de 1821, Deputado à Constituinte Portuguesa, tomando posse em substituição ao Deputado José Inácio Gomes Parente impossibilitado por motivo de doença de assumir o cargo.

Não concordando com as medidas recolonizadoras, aprovadas na Corte, contra o Brasil, deixou Lisboa, fugindo para Falmouth, na Inglaterra, onde juntamente com outros brasileiros, publicou manifesto explicando as razões do seu procedimento.

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. p. 182.

Eleito Deputado Geral pelo Ceará e por Minas Gerais, para participar, em Fortaleza, a 26 de agosto, da reunião do Grande Conselho, em adesão à Confederação do Equador, adesão este que tem merecido restrições, por alguns historiadores.

Na opinião de José Aurélio Câmara: “Sua conduta no movimento da Confederação do Equador (...), não o situa bem perante a História. O mínimo que dele se poderá dizer é que nas novas circunstâncias omitiu-se de um compromisso moral que deu ao irmão a glória da morte e a que nunca poderia ter faltado quem fora, no Ceará, o primeiro e mais ousado na arrancada heróica de 1817”.⁽²⁾

Preso, defendeu-se, escrevendo um documento, justificando sua atitude e pedindo clemência ao Imperador, na sua famosa *Súplica*.

Talvez o espírito de clarividência de Alencar já se fizesse sentir. Precisava escapar, para melhor servir a sua Província, uma vez não ser possível negar, em Alencar, uma das mais significativas figuras de homem público que o Ceará já produziu, em qualquer época.

Liderando o Partido Liberal, assumiu o Senado em 1832, quando sucedeu a João Carlos Oeynhansen, tomando posse em 2 de maio do mesmo ano, ainda sem ter atingido os 40 anos exigidos como limite mínimo de idade ao ingresso à Câmara Alta.

Deixa o Senado para assumir o Governo de sua terra natal, em outubro de 1834, permanecendo no cargo até 1837, período em que foi instalada a primeira Assembléia Legislativa, 7 de abril de 1835, em substituição ao Conselho Provincial do Ceará.

Alencar antecipou-se em iniciativas e providências governamentais, no desenvolvimento do progresso moral e material da Província. Combateu o banditismo que assolava os sertões cearenses, procurou reconstruir a economia e as finanças oficiais em desordem, criando o Banco Provincial do Ceará, fazendo-se um dos primeiros acionistas e outras medidas saneadoras. Incentivou a construção de barragens, visando o combate à seca, a construção de estradas que facilitasse o escoamento da produção, as comunicações das Vilas com a Capital. Através da Lei nº 45, de 14 de setembro de 1836 “providenciou a aquisição de modelos de máquinas para efeito da educação rural, tais como engenho de serrar, de descarregar algodão, de fazer manteiga, descascar café, debulhar milho, moer, espremer e peneirar madioca, arados, cultivadores, grades de campo etc.”⁽³⁾

Demonstrando a importância daquelas iniciativas governamentais, foi o primeiro a adquirir um engenho de ferro, empregado para moer cana, assentando-o em seu sítio Alagadiço Novo.

(2) *Ibid.*, p. 182.

(3) Raimundo GIRÃO, *Pequena História do Ceará*, Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p. 154.

Com a maioria de D. Pedro II, da qual foi um dos batalhadores, voltou Alencar ao Governo da Província, por período curto, demitido que foi em março de 1841, com a queda do Ministério da Maioridade representado pelo Partido Liberal, e a ascensão da Política Conservadora.

No seu segundo Governo, teve atuação pessoal na repressão dos “Balaios” que, vindos do Maranhão e Piauí, e comandados pelo Coronel Francisco Xavier, ameaçavam penetrar no Ceará.

A vida pública de José Martiniano de Alencar foi longa e agitada, constituindo-se página brilhante da história política, parlamentar e administrativa do Ceará, e, naturalmente, do Brasil.

Além de suas falas ou mensagens governamentais e discursos parlamentares, são de autoria de Alencar:

- *Súplica*. Fortaleza, 1805.
- *Oração Fúnebre*. Rio de Janeiro, 1840.
- *Carta* (dirigida aos eleitores da Província do Ceará, etc.) Rio de Janeiro, 1830.
- *Precisos dos Sucessos*. Rio de Janeiro, 1831.
- *Relatório*. Fortaleza, 1832.

Viveu maritalmente com Ana Josefina de Alencar, desde 1826, filha de Leonel Pereira de Alencar, irmão de sua genitora Bárbara de Alencar.

Deve ser salientado que, apesar de seu acasalamento com a prima e a paternidade de oito filhos, José Martiniano de Alencar não perdeu as ordens sacerdotais.

Filhos:

— José Martiniano de Alencar, parlamentar, Ministro do Império e nomeado o maior romancista brasileiro.

— Leonel Martiniano de Alencar — Barão de Alencar — bacharel em Direito.

— Tristão de Alencar, bacharel em Direito.

— Maria Amélia.

— Bárbara Augusta.

— Joaquina Carolina.

— Argentina.

— Carlos.

Filhos reconhecidos e “legitimados perante a autoridade competente e conforme a Lei...”⁽⁴⁾

Faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1860.

(4) Testamento do Senador José Martiniano de Alencar. Raimundo de MENEZES, *Cartas e Documentos de José de Alencar*, Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, 1967.

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
(Marquês de Abrante)
1840-1865

Em Santo Amaro, na Bahia, nasceu Miguel Calmon no dia 22 de dezembro de 1796. Filho de José Gabriel de Almeida Calmon, militar e proprietário rural e de Maria Germana de Souza Magalhães.

Com os preparatórios feitos no Colégio das Artes, em Portugal, concluiu o curso de Direito pela Universidade de Coimbra.

Militando no Partido Conservador, foi escolhido Deputado Constituinte em 1823 e Deputado Geral de 1823 a 1840, pela Bahia.

Atuante na luta em prol da independência do Brasil, Miguel Calmon foi um dos membros da comissão que deu parecer favorável para a interpretação do Ato Adicional de 1838.

Ministro de diversos gabinetes conservadores, responsável, algumas vezes, pela pasta da Fazenda (1827-1837 e 1841) e outras vezes, pela pasta dos Estrangeiros. Nesta última posição enfrentou a *Questão Christie*.

Em substituição a Pedro José da Costa Barros, foi eleito Senador pelo Ceará, numa violenta e arbitrária eleição apurada em 30 de abril de 1840, como candidato estranho à política cearense, forte e ostensivamente bafejado pela situação dominante, quando “os votos que haviam entrado nas urnas com determinados nomes iam, por um passe de mágica, dali sair com nomes diversos e gerando totais bem diversos.⁽¹⁾ Com 441 votos, seria escolhido pelo Regente Araújo Lima, assumindo a Senatória a 28 de julho de 1840. Apesar de permanecer no cargo 25 anos, jamais visitou a Província, chegando, inclusive, a negar-se trabalhar em prol de uma iluminação a óleo para Fortaleza, alegando ironicamente, que a cidade era de palha e poderia queimar.

Seu prestígio político e dotes culturais podem ser documentados pelos seus títulos nobiliárquicos, cargos públicos e trabalhos publicados.

Recebeu as insígnias:

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. p. 192.

- Conde de Abrante
- Marquês de Abrante
- Comendador da Ordem de Cristo
- Grande Dignatário da Ordem de Cristo
- Grande Dignatário da Ordem da Rosa
- Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro
- Grã Cruz da Ordem Constantiana das Duas Sicílias
- Grã Cruz da Ordem italiana de S. Maurício
- Grã Cruz da Ordem Espanhola de Carlos III
- Grã Cruz da Ordem Portuguesa da Conceição de Vila Viçosa
- era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Sócio do Instituto Histórico Bahiano
- Fundador da Academia de Música e Ópera Nacional
- Presidente da Sociedade Auxiliadora do Instituto Fluminense de Agricultura
- Provedor da Santa Casa de Misericórdia
- Grão-Mestre da Maçonaria

Publicou:

- *Relatório dos trabalhos do Conselho Interino da Bahia em prol da Regência e Império do Sr. D. Pedro e da Independência Política do Brasil.* Bahia, 1823.
- *Resposta justificada à declaração franca que fez o General Labatut de sua conduta enquanto comandou o Exército Imperial e pacificador da Província da Bahia.* Bahia, 1924.
- *Documento com que instruiu o seu relatório o Ministro da Fazenda etc.* na sessão de 1828.
- *Cartas Políticas de Americus.* Londres, 1825.
- *Ensaio sobre o fabrico de açúcar oferecido à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia.* 1834.
- *Memórias sobre o estabelecimento de uma campanha de Colonização nesta Província.* Bahia, 1835.
- *Memória sobre o meio de promover a colonização do Brasil.* Berlim, 1846.
- *A Missão Especial do Visconde de Abrante, de outubro de 1844 a outubro de 1846.* Rio de Janeiro, 1853.
- *Terras devolutas e colonização.* Discurso proferido no Senado em 3-8-1850.
- *Qual a origem da cultura do anil entre nós e as causas do seu progresso ou de sua decadência.* *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, 1852. Tomo 15.
- *Discurso recitado pelo Soberano Grão-Mestre Comendador da Ordem Maçônica no Brasil, na sessão do Grande Oriente em 16-4-61.* Rio de Janeiro, 1861.
- *Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.* Rio de Janeiro, 1860.

— *Falou sustentando o Orçamento do Ministério a seu cargo nas sessões da Câmara dos Srs. Deputados de 21 a 28 de agosto do corrente ano. Rio de Janeiro, 1829.*

Casou-se no Rio de Janeiro, em 1840, com Maria Carolina da Piedade Pereira, filha de Manuel Lopes Pereira, Barão de Meriti.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1865.

MANUEL DO NASCIMENTO CASTRO E SILVA

(Castro e Silva)

1841-1846

Nasceu Manuel do Nascimento Castro e Silva em Aracati, no dia 25 de dezembro de 1788. Filho do Capitão-mor José de Castro e Silva, pessoa de projeção na Capitania, onde ocupou as funções de Juiz Ordinário, Capitão-mor; arrematante, por muitos anos, da grande parte de dízimo do Ceará, negociante na cidade de Aracati e de Joana Maria Bezerra de Menezes.

Apenas com o curso primário feito em sua terra natal, iniciou-se na carreira pública muito jovem (19 anos), ocupando o cargo de Solicitador dos Feitos e Execuções da Fazenda Real da Vila.

Segundo o Barão de Studart, de 1809 a 1821, exerceu com zelo, probidade e inteligência, outros diversos cargos de confiança do governo ou de eleições populares, como o de Tabelião Público Judicial e Notas e Escrivão do Crime e Civil da Vila do Crato (1809); escrivão da Câmara, Órfãos, Almotaceria de Aracati (1813); Inspetor do Algodão, em Fortaleza, por nomeação da Junta da Fazenda (1814) e confirmação do Real Erário (1816); Administrador interino do governo Manuel Inácio de Sampaio (portaria de 5 de janeiro de 1820); membro da Comissão Consultiva do Governo, de onde alcançou todas as posições políticas.

Escolhido representante da Província do Ceará, junto às cortes portuguesas, assumiu a 9 de maio de 1822, onde participou da Comissão de Ultramar.⁽¹⁾

O movimento revolucionário de 1824 o encontrou servindo como Secretário do Presidente José da Costa Barros, tendo acompanhado este a Lisboa, depois de sua deposição.

Embora só em 1834, no 3º Gabinete da Regência Permanente, viesse a ocupar uma Pasta Ministerial — a da Fazenda, onde permaneceu nos quatro gabinetes, já era um nome nacional, quando em 1841 se apresenta pela segunda

(1) Guilherme STUDART, *Dicionário Bio-Bibliográfico-Cearense*. Fortaleza, Tipografia Litografia a Vapor, 1913, pp. 312-313.

vez candidato ao Senado pelo Ceará. Na primeira eleição, apesar de ser uma das maiores figuras do clã litorâneo, exercendo influência no *Partido Liberal* (o Partido Castro-Alencarino), foi preterido no pleito senatorial violento e arbitrário de 1839, sob a direção do Presidente Francisco de Souza Martins, a favor de Miguel Calmon du Pin e Almeida, candidato apoiado pelo Partido Conservador. Tomou posse em 20 de novembro de 1841.

Como Deputado, assumiu atitudes oportunas e corajosas no período em que foi promulgado o Ato Adicional, tais como: votar pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça — Feijó; votar pela competência exclusiva da Câmara dos Deputados para realizar as reformas constitucionais (1832); votar pela destituição de José Bonifácio de Andrada da tutoria de D. Pedro II (1834); votar contra a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1839); defender a maioria de D. Pedro II (1840).

Possuía as insígnias:

- Hábito de Cristo (1818);
- Hábito do Cruzeiro (1824);
- Hábito da Rosa (1841).

Era membro do Instituto Histórico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Escreveu:

- *Guia ou Novo Manual dos Coletores e Coletados*. Rio de Janeiro.
- *Manifesto do ex-presidente da Província do Rio Grande do Norte e Deputado pela Província do Ceará, Manuel do Nascimento Castro e Silva*. Rio de Janeiro, 1826.
- *Refutação de um artigo*. *Astrea*, nº 96, Rio, 1927.
- *Reflexões sobre dois impressos que deu à luz o ex-presidente da Província do Rio Grande do Norte*. 1828.
- *Exposição ao respeitável público por M.N.C.S., ex-Presidente do Rio Grande do Norte*. 1827.
- *Resposta do Deputado Manuel do Nascimento Castro e Silva às refutações documentadas do ex-comandante das Armas do Ceará, Conrada Jacob de Niemeyer*. Rio de Janeiro, 1829.
- *Discurso pronunciado na sessão de 15 de julho de 1929 sobre a acusação ao Exmº Sr. Ministro da Guerra, Oliveira Álvares*. *Astrea*, nº 451.
- *Discurso pronunciado na sessão 3 de junho de 1830*. *Astrea*, nº 597.
- *Ao público*. Rio de Janeiro, 1831.
- *Exposição de Deputado M.N. Castro e Silva na Sessão de Júri de 15 de março de 1832*.
- *Exposição feita, S.M.I. pelo Ministro da Fazenda Manuel do Nascimento Castro Silva*. 1836.

Casou-se em primeiras núpcias, a 3 de julho de 1808, com Margarida Joaquina de Cartona e, em segundas, com Ana Carolina Florim, a 28 de junho de 1837.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de novembro de 1846.

FRANCISCO DE PAULA PESSOA **1849-1879**

Natural de Granja, Francisco de Paula Pessoa nasceu em 24 de março de 1795.

Filho do Capitão-mor Thomás Antônio Pessoa de Andrade, português de Rabacal, Coimbra, e de Francisca de Brito Pessoa de Andrade.

Na opinião de Hugo Victor, de modesto vendedor ambulante, chegou a ser a maior fortuna do norte da Província. Irmão do Coronel João de Andrade Pessoa Anta, um dos participantes do movimento revolucionário da Confederação do Equador, esse parentesco com quem fora considerado réu de alta culpabilidade implicou o confisco de parte de seus bens, o que o obrigou a viajar, em 1826, ao Rio de Janeiro, com a finalidade de reaver o que lhe fora tomado.⁽¹⁾

Sua estada na Corte deu oportunidade a contatos que muito lhe foram proveitosos, posteriormente.

Além da indenização, ao voltar à Província, foi nomeado Capitão-mor (Carta Patente de 16 de agosto de 1827); em seguida, eleito Presidente da Câmara de Sobral e, sucessivamente, Coronel Chefe da Guarda Nacional (6 de julho de 1827) e Comandante Superior da Guarda Nacional da Vila em 4 de julho de 1844.

Político militante do Partido Liberal, logo após a instalação da Assembléia Provincial do Ceará, 1835, foi escolhido Deputado e, mais de uma vez. Vice-Presidente da Província.

Com a morte de João Vieira de Carvalho, o Marquês de Lajes, e a consolidação de uma política baseada no poder rural, foi Paula Pessoa indicado como candidato ao Senado, nas eleições de 1848.

Como um dos mais votados, foi escolhido por Carta Imperial de 23 de dezembro de 1849, assumindo no dia 29 do mesmo mês cargo que ocupou por 31 anos, apesar de que, na opinião de José Aurélio Câmara, "a cadeira senatorial valeu apenas uma manifestação nacional de prestígio. O exercício da atividade legislativa não o seduzia".⁽²⁾

(1) Hugo Victor GUIMARÃES. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Fortaleza, Ed. Jurídica Ltda. 1943.

(2) José Aurélio Saraiva CÂMARA, *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, p. 208.

Suas relações de amizade com as elites da Corte favoreceram seus interesses pessoais, podendo isso ser comprovado sabendo-se que, “com uma simples carta, desviou o traçado da Estrada de Ferro de Sobral”.⁽³⁾

Os jornais da época o acusavam de seu domínio político na Província, quanto à distribuição dos altos cargos entre seus parentes, o que era sempre contestado pelo órgão do Partido Liberal, *O Cearense*, por ele fundado e entregue à direção de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, seu primo e amigo.

Seus biógrafos o apontam como ardoroso devoto de Nossa Senhora, a quem creditava muitas graças alcançadas: amansar dois mil bezerras por ano, ser Senador do Império e viver além de 80 anos, pois faleceu com 84.

O Senador Paula Pessoa era membro honorário do Instituto dos Advogados da Corte (1843), Oficial da Ordem da Rosa (1845) e Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial (1850).

De seu casamento com Francisca Carolina de Paula Pessoa, filha do Coronel Vicente Alves da Fonseca, homem de grande fortuna e prestígio, deputado provincial pelo Partido Liberal (chimango) e de Antônia Gracina Isabel de Mesquita, realizado a 16 de maio de 1827, deixou descendentes ilustres:

— o Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa, magistrado, jurista, e, como o pai, Senador do Império;

— Francisco de Paula Pessoa, médico pela Academia do Rio de Janeiro;

— Antônia Gracina, casada com o Dr. José Antônio de Figueiredo;

— Maria Luisa, casada com o Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, bacharel, político e jornalista, tendo dirigido por muitos anos o jornal *O Cearense*;

— Francisca, casada com o Dr. João Albuquerque Rodrigues.

Faleceu em Sobral, a 16 de julho de 1879.

(3) Hugo Victor GUIMARÃES. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*, p. 256.

CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA **1849-1864**

Nasceu Cândido Batista de Oliveira em 15 de fevereiro de 1801, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Filho do português Francisco Batista dos Anjos e Francisca Cândido de Oliveira.

Doutorou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1824 e cursou Engenharia na Escola Politécnica da França.

Retornando ao Brasil em 1827, passou a lecionar Matemática, como professor da Academia Militar do Rio de Janeiro.

Eleito Deputado Geral em 1830 pelo Rio Grande do Sul, representou o Partido Liberal, em dois mandatos.

Na Regência de Araújo Lima, 1839, ocupou as funções de Ministro de Estrangeiros e, interinamente, da Fazenda. Como Ministro da Marinha, em 1847, criou o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil.

Diplomata, revestido de plenos poderes, prestou serviços ao Império, na Sardenha, em São Petersburgo e Viena.

Foi ainda Conselheiro do Império, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde exerceu a função de 1º Vice-Presidente; Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Inspetor-Geral do Tesouro e Diretor do Banco do Brasil.

Na efervescência político-partidária por que passava o Brasil, refletida na Província, foi Cândido Batista, escolhido por Decreto Imperial de 23 de dezembro de 1849, para ocupar a cadeira senatorial pelo Ceará, assumindo em 29 de dezembro do mesmo ano. O Senador, apesar de ocupar o cargo por dezessete anos “nunca pôs os pés na Província que representou”.⁽¹⁾

Dedicado aos assuntos financeiros, publicou:

- *Sistema Financeiro do Brasil*. São Petersburgo, 1842.
- *Questão do Ouro*. São Petersburgo, 1824.
- *A Escravatura no Brasil e a Época Provável da Extinção*. São Petersburgo, 1842.
- *Compêndio de Aritmética*. Rio de Janeiro, 1832.

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA, *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, p. 207.

- *Reconhecimento Topográfico da Fronteira do Império do Brasil na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na parte confiante com o Estado Oriental do Uruguai, etc.* Rio de Janeiro, 1850.
- *Apontamentos.* Rio de Janeiro, 1851.
- *Sistema Métrico Decimal.* Rio de Janeiro, 1865.
- *Problemas de Cálculos Astronômicos (duas memórias).* Rio de Janeiro, 1855.
- *Theoria da Linha Reta e do Plano Considerado no Espaço. Revista Brasileira,* Rio de Janeiro, 1857-1861, t. I.

Faleceu a bordo do vapor francês *Peluse*, no litoral baiano, quando viajava para a Europa. Foi sepultado em Salvador, Bahia, a 26 de maio de 1865.

ANTÔNIO JOSÉ MACHADO

1861

Nasceu Antônio José Machado, em Fortaleza, a 14 de outubro de 1809. Filho do Comendador José Antônio Machado, português da Freguesia de S. Martinho do Couto, e de Antônia Moreira da Conceição, filha única do Sargento-Mor Antônio José Moreira Gomes, opulento comerciante, que chegou ao Ceará no fim do século XVIII, cedo conseguindo grande patrimônio e enorme projeção no comércio e na política da Colônia. A Moreira Gomes se deve o desenvolvimento do plantio de algodão, o início de sua comercialização para o estrangeiro, enviando em 1809, a Londres, em navio de sua propriedade, um carregamento de produtos cearenses.

Antônio José Machado iniciou seu curso de Direito em Coimbra, Portugal, concluindo-o na Academia de Olinda, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1834.

Apesar de moço rico, pois seu pai sucedera ao sogro no patrimônio material e no prestígio social, optou pela carreira jurídica, exercendo a magistratura em Aracati, Sobral e Baturité, de 1842 a 1857; quando foi removido para Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, sendo, em seguida, nomeado Desembargador da Relação da Corte. Exerceu, por duas vezes, a Chefia da Polícia da Província do Ceará, 1853 a 1855.

Militante do Partido Conservador, como primeiro suplente, assumiu em 1836 as funções de Deputado Provincial, merecendo ser eleito em mais duas legislaturas. Deputado Geral pelo Ceará em quatro períodos legislativos.

Escolhido Senador a 21 de maio de 1861, para preencher a vaga deixada com o falecimento de José Martiniano de Alencar, teve como concorrentes Miguel Vieira e Raimundo Araújo. Na opinião de José Aurélio Câmara, "o êxito que logrou ao eleger-se na lista tríplice deve-se ao apoio maciço dos *liberais*, capitaneada pelo Padre Thomás Pompeu".⁽¹⁾

O Senador Machado, "que tinha feito sua política nos salões do Rio de Janeiro, fugindo às rudes contrariedades do *tête-à-tête* da Província, deixou provado que os homens políticos, principalmente, estão sujeitos à lei de *sic*

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA, *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, p. 210.

vas nen vatis. Bastou-lhe conquistar a estima dos homens do Governo, tornando-se o dispensado de suas graças e favores, para que sua individualidade pesasse mais do que seu partido".⁽²⁾

Por seu desempenho no cargo de Chefe da Província foi agraciado, pelo Governo, com a Comenda da Ordem de Cristo.

Casou-se, a 4 de setembro de 1852, com Matilde Pereira da Veiga, filha do Barão de Jocatunga, Dr. Manuel Bernardes Pereira da Veiga e Matilde Carolina Pereira da Veiga, nascendo, de seu matrimônio, duas filhas: Matilde e Eugênia.

Exerceu o mandato de Senador apenas 43 dias, vindo a falecer a 21 de julho de 1861.

(2) João BRÍGIDO. *Eleições Senatoriais do Ceará*. Fortaleza, Tipografia Econômica, 1884, p. 34.

MIGUEL FERNANDES VIEIRA

(Fernandes Vieira)

1862

Nasceu Miguel Fernandes Vieira em Saboeira, no dia 13 de janeiro de 1816. Filho de Francisco Fernandes Vieira, considerado um dos mais ricos proprietários rurais do Ceará, na época, com extensas áreas de terra e um número considerável de “reses”, que comercializava, anualmente, nas feiras de gado de Goiana — Pernambuco, cinco mil bois; constando ainda em seu inventário duas mil vacas paridas.

Teve participação ativa na política da Província, não só como chefe político e Deputado Provincial, mas como membro do Governo Temporário, empossado a 23 de janeiro de 1823. Possuía ainda o título nobiliárquico de Barão e depois, Visconde do Icó.

Formado pela Academia de Direito de Olinda, em 1837, ingressou na magistratura, servindo nas Comarcas de Granja, Sobral, Fortaleza e em São Cristovão, no Rio de Janeiro. Secretário de governo e Chefe de Polícia em caráter efetivo, de 14 de novembro de 1843 a 16 de agosto de 1844.

Como um dos mais influentes representantes do Partido Conservador, fundou e dirigiu, com outros membros do mesmo Partido, o jornal *Pedro II*, o órgão representativo da facção. Elege-se Deputado Geral para as legislaturas 1843-1844, 1850-1852, 1853-1856, 1857-1860, renunciando o mandato de 1861-1864, para assumir a senatória. Escolhido, por Carta Imperial de 9 de abril de 1862, ocupou o cargo por 66 dias.

Na opinião de Hugo Victor Guimarães, o Senador Fernandes Vieira “era um tipo de rara elegância e sumamente rico, tinha rasgos de verdadeiro perdulário, correndo a respeito várias curiosas anedotas, dentre as quais a de ter conseguido para o pai o título nobiliárquico de Visconde (...) por meio do presente régio de uma riquíssima carruagem à Casa Imperial, com o dinheiro de 5.000 bois que se encarregara de vender na feira de gados de Goiana, em Pernambuco”.⁽¹⁾

Além dos artigos políticos que escreveu no *Pedro II*, deixou publicado:

(1) Hugo Victor GUIMARÃES. *Deputados Provinciais do Ceará*, p. 455.

- *Manifesto que os homens honestos de todo o Brasil dirigem aos Caranguejos ou saquaremas do Ceará.*
- *Manifesto que os deputados eleitos pela Província do Ceará fazem aos habitantes desta Província por ocasião da injusta decisão que os expeliu da representação nacional. Rio de Janeiro, 1845.*

Possuía as insígnias:

- Comendador da Ordem da Rosa;
- Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 6 de agosto de 1862, deixando viúva Ana Angélica Fernandes Vieira, filha do Desembargador André Bastos de Oliveira.

THOMAZ POMPEU DE SOUZA BRASIL **1864-1872**

Nasceu Thomaz Pompeu em Santa Quitéria, àquela época pertencente à freguesia de Sobral.

Filho do rio-grandense-do-norte, Cel. de Milícia Thomaz de Quino e Souza e de D. Jeracina Isabel de Souza, natural de Santa Quitéria. Parente, pelo lado paterno, dos dois adeptos dos movimentos revolucionários de 1817 e 1824 no Nordeste brasileiro — os padres Miguelinho e Mororó.

Aos 16 anos de idade, transfere-se para Sobral, onde devia estudar Latim com seu tio, o professor Gregório Francisco Torres Vasconcelos, preparando-se para seguir a carreira sacerdotal. Assim, bem preparado, viajou para Recife em 1834 com a finalidade de cursar, em Olinda, o Seminário e a Academia de Direito, recebendo as ordens sacras em 18 de setembro de 1841 e bacharelando-se a 24 de outubro de 1843. Naquela época já era professor concursado da cadeira de Teologia do mesmo Seminário.

Demonstra seu interesse pela política logo ao retornar ao Ceará, em 1843, apresentando-se como candidato a Deputado da Câmara Geral, pela representação de seu Estado, em outubro, não conseguindo se eleger. Neste período é convidado pelo Presidente da Província, Inácio Correia de Vasconcelos, para organizar o Liceu do Ceará, recém-criado, sendo escolhido, então, como primeiro Diretor, nomeado em 19 de maio de 1845, e professor catedrático de História e Geografia, quando publica *Compêndio de Geografia Geral*, obra que lhe permite a consideração de maior geógrafo brasileiro, tendo em vista que a publicação feita em Fortaleza em 1858, foi oficialmente adotada no Colégio Pedro II, nos liceus e seminários do Império.

Hugo Victor destaca sua importância nos estudos estatísticos, quando diz que a ele se deve a sistematização da Estatística, o que já foi mesmo proclamado do Brasil.⁽¹⁾ A veracidade desta opinião é a publicação de *Ensaio Estatísticos da Província do Ceará*, em dois volumes.

(1) Hugo Victor GUIMARÃES. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*, p. 510.

A importância dos trabalhos de Thomaz Pompeu pode ser resumida do texto de José Aurélio Câmara — “Aos estudiosos dos problemas do Ceará e do Nordeste, alguns ainda hoje insolúveis e desafiantes, admira a orientação científica, o método, a seriedade com que há cem anos, numa província pobre e desassistida de todo estímulo intelectual, Thomaz Pompeu os enfrentava e os interpretava. À análise dos problemas regionais, nenhuma contribuição individual é, na época, comparada à sua”.⁽²⁾

Iniciou sua vitoriosa carreira política quando elegeu-se deputado à Assembléia Provincial para a legislatura de 1846-47 pelo Partido Liberal, tornando-se, desde logo, um líder autêntico. Candidata-se, neste mesmo período, às eleições gerais de 1845, logrando a primeira suplência, que se torna efetiva com a morte do Deputado Padre José da Costa Barros. Voltou a tomar assento como Deputado na eleição de 1848, quando continua sua marcante operosidade, participando dos interesses da Província. Interferiu na criação do Bispado do Ceará, criticou a imprevidência das aplicações de verbas destinadas aos socorros públicos nos períodos de secas etc.

Eleito Senador, na vaga aberta com a morte de Miguel Fernandes Vieira, pela Carta Imperial de 9 de janeiro de 1864, tomou posse no dia 11 de fevereiro do ano seguinte.

No Senado, conquistou posições da maior evidência, discutindo os mais palpitantes e complexos problemas nacionais.

Na imprensa, participou ativamente como redator do periódico liberal *O Cearense*, mostrando-se exemplo de jornalista consciente e sério, firmando-se sempre na defesa de idéias ou de causas do interesse coletivo, nunca jamais caindo para a retaliação torpe ou para a cobertura de atos menos dignos.

Raimundo Girão escreveu: “Pompeu era, de fato, indormido, quer no terreno da política, quer no da cultura. Nesta foi grande mestre das humanidades e na especialidade da Geografia e da História; naquele, foi, sobretudo, o jornalista dos editoriais sensatos e eruditos, com as melhores características do doutrinador querendo convencer a não martelar conceitos menos suaves sobre os assuntos de que trata”.⁽³⁾

A melhor conclusão do *curriculum vitae* do Senador Pompeu é a obra que nos legou, publicando:

- *Princípios Elementares de Cronologia para uso do Liceu do Ceará*. Fortaleza, 1850.
- *Elementos de Geografia*. Ceará, 1851.
- *Compêndio de Geografia*. Ceará, 1856.
- *Memórias sobre a estatística da população e indústria da Província do Ceará, em 1856*. Ceará, 1857.

(2) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, p. 216.

(3) Raimundo GIRÃO. *O Senador Pompeu — 1877-1977*. Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1977, p. 19.

- *Eleição do quarto distrito da Província do Ceará*. Rio de Janeiro, 1867.
- *Memória Estatística da Província do Ceará (sobre sua relação física, política e industrial em 1858)*. Ceará, 1858.
- *Compêndio elementar de Geografia Geral, e especial do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1859.
- *Memória sobre a conservação das matas e arborização como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza, 1859.
- *População da Província do Ceará*. Rio de Janeiro, 1859.
- *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I, 1863. — Tomo II, 1864.
- *Compêndio elementar de Geografia Geral e especial do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1864.
- *Discurso proferido na sessão de 6 de junho de 1866 por ocasião da discussão do Voto de Graça*. Rio de Janeiro, 1866.
- *Sistema ou configuração orográfica do Ceará*. Rio de Janeiro, 1877.
- *Memória sobre o clima e secas do Ceará*. Rio de Janeiro, 1877.
- *Juízo histórico do Senador Pompeu sobre fatos do Ceará (póstuma)*. *Revista do Instituto do Ceará*, 1895. T. 9.

Viveu maritalmente com a jovem Felismina Carolina Filgueira, de estirpe destacada do sul da Província e portadora de esmerada educação.

Nasceram desta união quatro filhos, que se destacaram na política, na economia e na cultura do Ceará.

- Maria Teresa (Maroca) casada com o Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, que foi Presidente do Ceará.
- Antônio Pompeu de Souza Brasil — médico.
- Tomás Pompeu de Souza Brasil — bacharel, ilustre cearense, fundador da Faculdade de Direito do Ceará, da qual foi professor e diretor. Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia de Letras. Deixou obras de grande mérito.
- Hildebrando Pompeu de Souza Brasil — engenheiro matemático.

Faleceu em Fortaleza, a 2 de outubro de 1877.

DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE
(Visconde de Jaguaribe)
1870-1889

Natural de Aracati, Domingos José Nogueira Jaguaribe nasceu em 14 de setembro de 1820. Filho do Capitão João Nogueira dos Santos e Joana Maria da Conceição.

Ingressou na Academia de Direito de Olinda em 1841 e bacharelou-se em 1845, quando foi nomeado Promotor Público de Sobral e em seguida de Fortaleza. Passando da promotoria da capital da Província, para as funções de Juiz de Direito de Inhamuns, Crato e Sobral, aposentando-se para concorrer às eleições de Deputado Geral, voltando à magistratura em 1872, como Juiz dos Feitos da Corte, conservando-se nesta função até a proclamação da República, quando foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco e depois transferido para o Rio de Janeiro, já no novo regime republicano. No Ceará, exerceu outras funções públicas, tais como, Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial (1850); professor substituto de Geografia do Liceu do Ceará e catedrático de Retórica por decreto de 3 de agosto de 1861.

Diretor daquele estabelecimento em 1859, passando a membro nato do Conselho Diretor da Instrução Pública.

Chefe de Polícia em 1852 e 1855.

Iniciou-se na política muito cedo, tomando assento como suplente de Deputado na Assembléia Provincial em 1842, ainda como acadêmico de Direito, representando o Partido Conservador. Alcançou todas as posições, desejadas por um político: Deputado Provincial de 1850-1851, presidindo a Assembléia neste biênio, Deputado Geral nas legislaturas: 1853-1856; 1857-1856; 1861-1864, sendo escolhido no primeiro período, Segundo Secretário da Câmara. Com o falecimento do Dr. Frederigo Augusto Pamplona, conseguiu reeleger-se para a legislatura 1864-1866, apesar do domínio do Partido Liberal, na época.

Com a ascensão de seu partido, mesmo ausente do País, tem seu nome incluído na lista sêxtupla para preenchimento de duas vagas ao Senado. Na eleição realizada em 12 de outubro de 1867, tendo como concorrente José Martiniano de Alencar, Manuel Fernandes Figueira de Melo e Raimundo

Ferreira de Araújo, conseguiu votação expressiva, classificando-se em segundo lugar.

Foi escolhido Senador por Carta Imperial de 27 de abril de 1870, tomando posse em 31 de maio do mesmo ano.

Participou no ano seguinte do Ministério de 7 de março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco, ocupando a Pasta da Guerra. Prestou relevantes serviços assistenciais na seca de 1877-79 como presidente da Comissão Central Cearense, no Rio, discordando sempre da maneira como eram apresentados os auxílios aos flagelados. Opinando pela construção de açudes, barragens e obras de utilidades permanentes.

No jornalismo, sua participação intensa, não só como fundador do *Jornal Pedro II* e do *Jornal Constituição*, mas escreveu ainda em outros órgãos da Província e da Corte.

Deixou publicado:

- *Discurso*, proferido na sessão de 1º de março de 1877, a propósito da eleição senatorial do Rio Grande do Norte.
- *Discurso*, pronunciado no Senado na sessão de 15 de junho de 1880 sobre limites entre as Províncias do Ceará e do Piauí. Rio de Janeiro, 1880.
- *Discurso*, feito acerca da subscrição promovida nesta Corte e Províncias vizinhas em favor dos infelizes flagelados pela secção do Ceará. Publicado no *Jornal do Commercio* — 1877-78.

Casado em primeiras núpcias com Marcolina Ferraz de Campos, filha de Cândido José de Campos Ferraz, e em segundas, com Clodes Santiago de Alencar, filha de Leonel Pereira de Alencar e de Maria Xavier de Carvalho Alencar.

São filhos do casal:

- Domingos Jaguaribe Filho, médico e ex-Deputado Federal;
- Joaquim Nogueira Jaguaribe, bacharel em Direito;
- José Nogueira Jaguaribe, agrimensor;
- Joana Jaguaribe de Matos, casada com o Dr. João Paulo Gomes de Matos;
- Clotilde Jaguaribe Nogueira, casada com o Desembargador Paulino Nogueira;
- Ana Jaguaribe Maldona, casada com o engenheiro português Joaquim Guilherme de Sousa Leitão Maldonado;
- Maria Jaguaribe de Alencar Lima, casada com o Dr. Tristão Franklin de Alencar Lima, engenheiro Civil.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 5 de junho de 1890.

JERÔNIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO

1870-1878

Jerônimo Martiniano Figueira de Melo nasceu em Sobral, a 19 de abril de 1809. Filho do Capitão Jerônimo José Figueira de Melo e de Maria do Livramento Figueira de Melo.

Concluiu o curso na Academia de Direito de Olinda em 1832, onde foi colega de turma de Nabuco de Araújo, Euzébio de Queiroz e outros vultos de destaque na política do País, figurando, assim, entre os primeiros 41 bacharéis formados por aquela Academia.

Serviu na magistratura como Promotor Público da Corte, Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza, Juiz dos Feitos da Fazenda, membro presidente do Tribunal da Relação da Corte e membro do Supremo Tribunal de Justiça, atividade em que se aposentou em 1876, ocupando ainda cargos de confiança, tais como: Secretário do Presidente da Província de Pernambuco, o Barão de Boa Vista, Chefe de Polícia da Corte (1855), Presidente das Províncias do Maranhão em 1843 e do Rio Grande do Sul em 1871.

Pertencendo às hostes do Partido Conservador, teve militância ativa, elegendo-se Deputado Geral pelas Províncias de Pernambuco e do Ceará.

Concorrendo a eleição senatorial de 1869, entre outros candidatos com o Conselheiro José Martiniano de Alencar, foi escolhido numa lista sêxtupla para preenchimento de uma das duas vagas no Senado por Carta Imperial de 27 de abril de 1870, tomando posse em 31 de maio seguinte.

Nos seus oito anos de mandato participou de polêmicos atos políticos, tais como: a Lei de Ventre Livre, votando por ela em 1871; apresentou-se contra a Reforma Eleitoral de 1875, a Lei do Terço; contra a secularização dos cemitérios; contra a institucionalização do casamento civil no País.

Participou da acirrada questão religiosa, defendendo os bispos, atacando a Maçonaria e o Governo, acusando-os de responsáveis pelos acontecimentos.

Católico convicto, criou com Zacarias de Góis e Cândido Mendes, em 1874, a Associação Católica Fluminense.

Segundo o Barão de Studart, Figueira de Melo deixou vários trabalhos históricos inéditos, tendo publicado os seguintes:

- *Dos Poderes e Obrigações dos Júris*, por Sir Richard Philips, a que acrescenta uma tábua analítica das jurisdições, magistraturas, atos judiciários, delitos, títulos etc. por Carlos Conte. Traduzido da segunda edição francesa. Olinda, em 1832.
- *Crônica da Rebelião Praieira, em 1848-1849*, Rio de Janeiro, 1850.
- *Ensaio sobre a estatística política e civil da Província de Pernambuco*, Recife, 1853.
- *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1872.
- *Relatório, com que o Presidente da Província (Rio Grande do Sul) passou a administração da mesma ao Exm^o Sr. Dr. J.F. da Costa Pereira Júnior*. Porto Alegre, 1872.
- *Reflexões sobre a proposição do Senado quanto à atribuição do Supremo Tribunal de Justiça*. Rio de Janeiro, 1873.
- *Observações sobre a consulta da sessão dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro, 1873.
- *Discurso pronunciado na sessão de 20 de fevereiro, no Senado*, 1873.
- *Discussão do voto de graça*. Rio de Janeiro, 1873.
- *Parecer*, sobre o parecer das comissões reunidas, em Câmara dos Srs. Deputados opinando porque não se aprove a proposição do Senado, pela qual se confere ao Supremo Tribunal de Justiça a faculdade de tomar assento para a boa inteligência das leis civis criminais e comerciais, quando se derem questões divergentes nos tribunais. Transcrito da *Gazeta Judiciária*. Rio de Janeiro, 1873.

Foi agraciado com a Grão-Cruz da Ordem de Cristo.

Membro Dignitário da Ordem da Rosa.

Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 20 de agosto de 1878.

VICENTE ALVES DE PAULA PESSOA
1882-1889

Filho do Senador Francisco de Paula Pessoa, abastado proprietário rural, e de Francisca Maria Carolina de Paula Pessoa, nasceu Vicente Alves de Paula Pessoa, em Sobral, a 29 de março de 1828.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, a 25 de novembro de 1850.

Regressando ao Ceará, iniciou a carreira da Magistratura como Juiz Municipal de Ipu e Fortaleza, em 1852; Juiz de Direito de Lagarto, em Sergipe, em 1858. Depois de servir em São José do Mipibu no Rio Grande do Norte, voltou ao seu Estado, ocupando as Comarcas de Saboeiro, Aracati e Sobral. Nesta última, serviu de 1865 a 1875, passando daí a Desembargador da Relação do Pará, da qual foi presidente pelo decreto de 3 de agosto de 1878, quando recebeu o Título de Conselheiro. Aposentou-se com as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Como Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Norte, administrou-a por alguns dias. Na função de 2º Vice-Presidente do Ceará, cargo para que fora nomeado em 6 de fevereiro de 1864, assumiu a direção de sua Província no mesmo mês.

Militante do Partido Liberal, àquela época bipartido em liberais-Pompeus e liberais-Paulas, candidatou-se por esta última facção a uma das três vagas ao Senado numa lista nômula, de coligação entre liberais-Paula e conservadores. É o segundo mais votado. Escolhido pela carta Imperial de 2 de maio de 1881, para ocupar a cadeira número três, no período de 1882-1889.

O Senador Vicente de Paula Pessoa, além de militar no *Cearense*, órgão do Partido Liberal, de que era um dos chefes mais acatados, deixou publicados trabalhos importantes em assuntos jurídicos, tais como:

- *Anotações à lei e regulamento sobre o elemento servil*. Rio de Janeiro, 1875.
- *Código Criminal do Império do Brasil, anotado pelo Dr. V.A. de Paula Pessoa*. Rio de Janeiro, 1872.
- *Regulamento das Relações do Império*. Maranhão, 1879.
- *Código do Processo Criminal de primeira instância do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1880.

— *Anotações à Reforma Judiciária*. Maranhão, 1880.

Vicente de Paula Pessoa, casou-se três vezes.

O primeiro casamento foi realizado em Fortaleza a 20 de novembro de 1852, com Maria Barbosa de Paula Pessoa, filha do Major Simão Barbosa Cordeiro, descendente do fidalgo português, Dr. Antônio Barbosa Cordeiro, pai de Frutuosa Barbosa Cordeiro, antigo donatário da Capitania da Paraíba e de Ana Mendes B. Cordeiro; o segundo casamento realizou-se em Canindé, a 1º de fevereiro de 1865, com sua cunhada Ana Barbosa; e o terceiro também em Canindé, realizado a 5 de junho de 1870, com Mariana Barbosa de Magalhães, filha do Capitão Manuel Luís de Magalhães e Bernardina Barbosa Cordeiro. Deixou descendentes dos três consórcios.

Faleceu em Sobral, no dia 31 de março de 1889.

LIBERATO DE CASTRO CARREIRA
(Castro Carreira)
1882-1889

Descendente de família de destaque político e social — os Castro, Liberato de Castro Carreira nasceu em Aracati, a 24 de agosto de 1820. Filho do português e médico cirurgião Luís da Silva Carreira e de Rita Apolinária de Castro Carreira. Sobrinho do Major João Facundo, do Senador Manuel do Nascimento Castro e Silva e do Conselheiro Vicente de Castro.

Ingressou na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 20 de dezembro de 1844, defendendo a tese *A Pleuresia e a operação de empiema*.

Espírito caritativo, fez-se logo um benemérito dos pobres doentes.

No Ceará e no Rio de Janeiro exerceu várias funções ligadas à Medicina e outras áreas.

No ano seguinte à sua formatura, 1845, foi nomeado médico da pobreza, por portaria assinada pelo então Presidente da Província, Coronel Inácio Correia de Vasconcelos; médico do Hospital Militar em 1847, Provedor da saúde do Posto do Ceará; em 1848 tornou-se membro da Junta de Higiene Pública, por portaria de 26 de julho de 1852. Participou ativamente no combate da epidemia da varíola, 1848, e da febre amarela, em 1851; deslocando-se nestes períodos às cidades de Aracati, Russas e Sobral, para prestar socorro aos flagelados. Pelos serviços prestados, recebeu a condecoração de Hábito de Cristo. Períodos em que acumulou as funções de Juiz de Direito Municipal e de Órfão, dos Termos da Capital, Aquiraz, Cascavel e Imperatriz, hoje, Itapipoca, de 1846-54.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, fixou residência em Niterói, onde passou a ocupar o cargo de Suplente de Delegado de Polícia, 1854-1858.

A nomeação para dirigir a Enfermaria dos Indigentes afetados pela *colera morbus*, em Niterói, se deu em 1856, quando publicou instruções para preservação e tratamento da moléstia.

Na empresa privada, participou como acionista da estrada de ferro D. Pedro II e da comissão que resolveu o traçado definitivo que liga Minas Gerais a São Paulo. No Ceará usou seu prestígio para que fosse levantado o empréstimo junto ao Banco do Brasil, a fim de que as obras da Estrada de Ferro de Baturité não sofressem solução de continuidade.

A política não o atraía como aos parentes do Partido Liberal, mas foi apresentado candidato ao Senado duas vezes, primeiro em 1878, eleições anuladas, com a justificativa do flagelo da seca; na segunda, apresentado pela coligação dos partidos Liberal-Pompeu-Conservador. Eleito com o maior número de votos, foi escolhido pela Carta Imperial de 2 de maio de 1882, assumindo no dia 24 do mesmo mês.

No Senado, defendeu os interesses da Província, através de dotações de verbas para a construção de açudes, portos, estradas de ferro, socorros públicos, nas calamidades pluviométricas, além de outros assuntos de interesse do Império.

Ocupava uma das secretarias da Mesa do Senado, no período da proclamação da República.

Pertenceu a diversas instituições científicas e culturais:

Membro da Academia Médica Homeopática do Brasil;

Membro da Sociedade Farmacêutica Brasileira;

Membro da Sociedade Amante de Instrução;

Membro do Instituto Niteroiense;

Membro do Conselho da Instrução Pública de Niterói;

Membro Honorário do Ateneu Paulistano;

Membro do Instituto Médico Fluminense;

Sócio Efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro;

Sócio da Sociedade Promotora da Instrução Pública;

Sócio Tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Provêdor Perpétuo do Asilo de Santa Leopoldina.

Publicou:

- *Descrição da epidemia da febre amarela que grassou na Província do Ceará em 1851 e 1852*. Rio de Janeiro, 1853.
- *Reação do Partido Conservador na Província do Ceará em 1868*. Rio de Janeiro, 1869.
- *Relatório da Enfermaria Homeopática*. S.S. Sacramento, Rio de Janeiro, 1873.
- *Artigos publicados no Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1873.
- *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1889.
- *Algumas notas sobre a vida de cinquenta anos de um casal*, 1894.
- *Crônica Médica da Província do Ceará*, 1848.

Possuía as insígnias:

— Hábito de Cristo;

— Hábito da Rosa.

Casou-se a 11 de setembro de 1844, no Rio de Janeiro, com sua prima Brasília Angélica de Castro Silva, filha do Comendador Vicente Ferreira de Castro e Silva e Firmina Angélica de Castro Silva.

Desse consórcio nasceram seis filhos. Faleceu no Rio de Janeiro, a 12 de julho de 1903.

JOÃO ERNESTO VERIATO DE MEDEIROS

1882-1887

Nasceu Ernesto Veriato de Medeiros, em Sobral, a 23 de junho de 1823. Filho do Coronel Antônio Veriato de Medeiros e de Maria Jerônima Figueira de Melo, viúva em primeiras núpcias de Vicente de Castro Silva.

Matemático pela Academia Militar e Doutor pela Escola de Engenharia Civil do Rio de Janeiro tornou-se, desde logo, um técnico de renome, principalmente nos assuntos ligados à viação férrea.

Dirigiu a Estrada de Ferro D. Pedro II, participando na Europa e Estados Unidos de diversas comissões, representando o Governo Imperial.

Militando no Partido Liberal, foi Deputado Geral pelo Ceará em duas legislaturas.

Como candidato pessoal do presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Sinimbu, concorreu às eleições de 1878, em lista sêxtupla, para ocupar uma das vagas deixadas pelos Senadores Thomaz Pompeu de Souza Brasil e Jerônimo Martiniano de Melo. Eleito e escolhido pela Carta Imperial de 28 de fevereiro de 1879, teve sua eleição anulada pelo Senado, com justificativa da situação calamitosa em que se encontrava a Província; situação esta que permitiu “a fraude, o suborno, a pressão econômica e policial, a chantagem oficial com os socorros públicos, a miséria física e moral do eleito-rado (...) manobrados pelo governo em função de interesse político-partidário”.⁽¹⁾

Com o fim da seca iniciada em 1877 e o falecimento do Senador Paulo Pessoa, participou o Dr. Veriato de Medeiros da eleição seguinte, agora numa lista sêxtupla, apresentada pela coligação Pompeu-conservador, “eleita de ponta à ponta”. Em janeiro de 1882, João Ernesto Veriato de Medeiros, o Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa e Liberato de Castro Carreira assumiram a senatória.

No Senado, onde era respeitado pela nobreza de seu caráter e a competência nas matérias de sua profissão, foi solidário aos oficiais punidos na Questão Militar, apoiando o movimento.

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA. Fatos e Documentos do Ceará Provincial, p. 263.

Deixou escritos trabalhos importantes, tais como:

- *Dissertação sobre o método dos limites e dos infinitamente pequenos*. Tese de Doutorado em Matemática. Rio de Janeiro, 1850.
- *Estrada de Ferro para Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1865.
- *Estrada de Ferro de Porto Alegre e Uruguaiana*. Rio de Janeiro, 1877.
- *Estudos sobre as Secas do Norte, Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 1860 e na *Reforma*, 1877.
- *Ponderação sobre a Memória do Dr. Rebouças*. *Globo e Jornal do Comercio*, 1878.
- *Limites entre o Ceará e o Piauí*. Discurso pronunciado na Câmara em sessão de 16-8-1880. Rio de Janeiro, 1880.
- *Discurso Pronunciado pelo Sr. Senador Veriato de Medeiros na sessão de 21-7-1884*. Rio de Janeiro, 1884.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 27 de junho de 1900.

REPÚBLICA

“A história do Parlamento é um dos capítulos de maior animação de toda a História do Brasil. Ela tem que ser escrita com emoção, com sentimento, recriando o tesouro espiritual que o Parlamento legou à Nação.”

José Honório Rodrigues





MANUEL BEZERRA DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
(Manuel Bezerra)
1890-1892

Manuel Bezerra nasceu em Canindé a 23 de agosto de 1843. Filho de Manuel Bezerra de Albuquerque, participante ativo nas lutas partidárias do Ceará, e de Antônia Bezerra de Albuquerque, descendente da família Gondim, tradicional na região.

Participou da guerra do Paraguai, de onde voltou com o posto de Capitão e várias condecorações, além de atestados de bravuras, demonstradas durante a campanha.

Reformado em 1883, no posto de Major, passou a ser funcionário da Prefeitura de Fortaleza, como Ajudante de Engenheiro da Câmara Municipal, para suprir suas dificuldades financeiras. Como Republicano, tomou parte ativa na Proclamação da República no Ceará, quando, juntando-se à multidão, invadiu o Palácio do Governo, tomando a palavra e declarando a deposição do Coronel Moraes Jardim, “em nome do povo e das forças da terra e mar”⁽¹⁾ —, aclamando o Tenente-Coronel Luís Antônio Ferraz, comandante do 11º Batalhão, primeiro dirigente do governo cearense no Novo Regime.

Com a ascensão de Ferraz, é nomeado membro da Comissão Executiva do Estado, como Secretário dos Negócios da Guerra.

Fez oposição cerrada à política do Presidente Deodoro da Fonseca, conspirando contra seu governo no Rio de Janeiro e no Ceará, até assistir à renúncia do Marechal e, conseqüentemente, às mudanças políticas do País.

Assumiu o mandato senatorial em 15 de novembro de 1890, como representante do Ceará, na Constituinte de 1891.

Mesmo como Senador, continuou a participar da política local, quando em 16 de fevereiro de 1892, dirigindo a Escola Militar e forças federais, bombardeou o Palácio do Governo e depôs o General José Clarindo de Queirós.

No Senado, com um mandato de seis anos por ter sido o segundo mais votado dos eleitos de 1890, não concluiu a sua gestão, falecendo em 12 de abril de 1892.

(1) CRUZ FILHO. *História do Ceará*, p. 98.

THEODURETO CARLOS DE FARIAS SOUTO

(Theodoreto Souto)

1890-1893

Nascido no Ipu, em 4 de novembro de 1841, Theodoreto Souto era filho de José Francisco Souto.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1865, foi nomeado Coletor de Rendas Provinciais do Ipu. Sua demissão, na administração do Presidente da Província Homem de Melo, o fez seguir para o Rio de Janeiro, abrindo escritório em Cantagalo, naquela Província. Destacando-se como autoridade em Finanças, ocupou cargos, de destaque, tais como: presidente do Banco do Brasil e Diretor do Banco da República.

Como integrante do Partido Liberal, foi Deputado Geral pelo Ceará, na administração Ministerial de Sinimbu, de 1878-1881. Presidiu a Província de Santa Catarina de 28 de fevereiro a 29 de agosto de 1833. Assumindo a direção da Província do Amazonas, em 1884 (março a julho), coube-lhe a honra de assinar o documento de libertação dos escravos naquela Província.

No início do regime republicano foi eleito Senador tomando posse a 15 de novembro de 1890, com o mandato de três anos, por ter sido o menos votado dos três eleitos. Na Câmara Alta foi membro da Comissão de Finanças.

Deixou publicado.

- *Discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão de 8 de março de 1879.* Fortaleza, 1879.
- *Relatório, com que o Exmº Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Farias Souto abriu a segunda sessão de 249ª Legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina.* Desterro, 1883.
- *Relatório como Exmº Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Farias Souto, passou a administração da Província de Santa Catarina ao Sr. Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, em 29 de agosto do corrente ano.* Desterro, 1883.
- *Exposição com que o ex-Presidente da Província do Amazonas, Dr. Theodoreto Carlos de Farias Souto, entregou a administração da mesma Província ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, do dia 12 de julho de 1884.* Manaus, 1884.

- 4º Distrito do Ceará. *Contra cotestação e documentos apresentados à primeira comissão de inquérito*. Rio de Janeiro, 1885.
 - *Algumas reflexões sobre a eleição direta*. Cantagalo, 1874.
- Faleceu em Friburgo, Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1893.

JOAQUIM DE OLIVEIRA CATUNDA **1890-1900**

Filho de Antônio Pompeu de Souza e Inocência Pinto de Mesquita, Joaquim Catunda nasceu em Santa Quitéria, a 2 de dezembro de 1834.

Com estudos preparatórios feitos no Liceu do Ceará, optou pela carreira militar, sentando praça no Exército, em 1853, quando seguiu para o Rio de Janeiro, onde passou a servir no 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Frequentou a Escola Militar de 1857 a 1860, dela desligando-se para viajar a Alagoas, em comissão do Governo, na demarcação das terras devolutas do Urucu, naquela Província.

Em 1862, através de concurso, passou a exercer o cargo público de escrivão da Alfândega, recebendo depois nomeação como professor de instrução do Ipu. No ano seguinte, era oficial-maior da Secretaria do Governo e Secretário da Relação do Distrito, em 1879.

De inteligência privilegiada e dedicação aos estudos da literatura e da lingua alemã, integrou-se ao magistério, a partir de 1882, como professor de Filosofia do Liceu do Ceará, e de alemão, na Escola Militar do Ceará. No magistério, ainda participou, como Diretor da Instrução Pública do Ceará, nomeado a 18 de novembro de 1889, quando demonstrou suas idéias anticatólicas, proibindo o ensino religioso nas escolas públicas, atitude de grande repercussão.

Destacou-se nos movimentos da abolição da escravidão negra, fundando o Centro Abolicionista em 25 de dezembro de 1882, do qual fizeram parte, na diretoria, elementos de destaque, tais como: Júlio César, João Lopes Ferreira Filho, Meton França Alencar, Guilherme Studart e outros.

Na proclamação da República sua participação não foi menor, criando a 26 de julho de 1889, o Centro Republicano do Ceará, do qual foi presidente.

Ocupou no primeiro governo Republicano do Ceará a pasta das Relações Exteriores. Na política partidária, apareceu como deputado Provincial nos biênios: 1866-1867, 1878-1879 e 1880-1881. Representou o Ceará como Senador de 1890 a 1900, tomando posse em 15 de novembro e no segundo mandato de 28 de abril de 1900 a 29 de julho de 1907.

Na Câmara Alta foi membro da Comissão de Finanças e primeiro secretário.

Hugo Victor, citando João Brígido, diz: “Catundá foi no seu tempo o homem mais avantajado no estudo abstrato, sem embargo das flutuações de suas idéias”.⁽¹⁾

Fundou, com outros elementos, e secretariou o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Deixou publicado:

- *Estudos de História do Ceará*. Fortaleza, 1886.
- *Origens Americanas e as Imigrações pré-históricas*. Rev. do Instituto do Ceará. T. I, 02-102.
- *As Evoluções do clima*. Rev. do Instituto do Ceará, T. II.
- *O Senador Pompeu*. Rev. do Inst. do Ceará, T. L VIII.
- *Aspectos da Natureza Cearense*, Almanaque do Ceará, 1918.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 28 de julho de 1907.

(1) HUGO VICTOR *Deputado Provinciais e Estaduais do Ceará*. p. 335.

JOÃO CORDEIRO 1892-1897

Filho de João Cordeiro da Costa e Floriana Angélica da Vera Cruz, nasceu João Cordeiro em Santana do Acaraú, a 31 de agosto de 1842.

Apesar de não ter cursado faculdade, João Cordeiro é nome representativo na História do Ceará.

Iniciou-se nas atividades comerciais como empregado da firma Severino Ribeiro da Cunha e Irmão, em Fortaleza e em Mossoró, no Rio Grande do Norte, e na sua própria firma J. Cordeiro & Cia.

Prestigiado pela classe, presidiu a Associação Comercial no Ceará, de 1877-1878, e a Junta Comercial no Ceará, em 1884. Anteriormente, 1875, ocupou a direção da Caixa Econômica em sua Província.

Durante a seca de 1877-1879, exerceu a função de Comissário Geral do Socorro Público.

Segundo Raimundo Girão, “nos empregos que ocupou no comércio, nos cargos públicos, na política, talvez motivado pelo seu temperamento, não media as conseqüências quando precisava agir. Dir-se-ia que o cérebro de João Cordeiro não raciocinava dificuldades. Vencia-as dum lance, zás-trás”.⁽¹⁾

Foi assim pensando, que se tornou a figura central do Abolicionismo no Ceará. Fundando e presidindo a Sociedade Cearense Libertadora, onde escolheu para constar no estatuto, apenas dois artigos: “Artigo 1º — Libertar escravos seja por que meio for; Art. 2º — Todos por um e um por todos.” Sociedade esta composta de elementos de destaque como Joaquim Catunda, José do Amaral, Antônio Sales, entre outros. O Jornal *Libertador* era uma das armas na luta.

Na República, participou ativamente como membro do Centro Republicano do Ceará, conspirando nas capitais do Norte e em contato com elementos do sul da Província.

(1) Raimundo GIRÃO. *A Abolição no Ceará*. 3ª ed. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desportos, 1984, p. 265.

Feita a proclamação da República, mesmo sem aceitar a nomeação de primeiro presidente republicano do Ceará, compôs a Comissão Executiva em forma de Ministério, encarregado que foi dos Negócios da Fazenda, até 4 de abril de 1891, quando, provisoriamente, assumiu o governo por mais de uma vez.

Amigo do Marechal Floriano Peixoto, apoiou os seus atos, passando a servi-lo como Ajudante de Ordem. Eleito Deputado Federal, representando o Ceará de 1906 a 1908, renunciou ao cargo para governar o Acre, função que não chegou a assumir.

Na vaga deixada pelo Senador Manuel Bezerra de Albuquerque, foi eleito para o Senado, tomando posse em 2 de setembro de 1892.

Na Câmara Alta, integrou as Comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e Arte, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas.

A importância de João Cordeiro é tão significante nos movimentos sócio-políticos cearenses, que mereceu o seguinte comentário de Raimundo Girão: "Qualquer livro que se escrever sobre o abolicionismo e republicanismo do Ceará, terá, da primeira página à última, o nome do cearense tão inquieto, tão integral, nos atos, como no caráter".⁽²⁾

Casou em primeiras núpcias com Carolina Carlota de Castro e Silva. Iguamente ao marido, Carolina foi uma abolicionista convicta, fundadora da Sociedade Cearense Libertadora.

Deste casamento nasceram:

Luís Índio Cordeiro;

Adelina;

José Colombo;

Francisco Juarez Cordeiro⁽³⁾;

Adalgisa;

Almerida.

Da segunda união com Arabela de Paula Barros Cordeiro, nasceram:

Yta Porangaba Cordeiro;

Juarez Benedito Cordeiro;

Juaryta Vera Cordeiro;

Leonor América Cordeiro.

Morreu em Fortaleza, a 12 de maio de 1931.

(2) Ibid.,

(3) Morto aos 16 anos na campanha de Canudos.

ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACIÓLI
(Nogueira Acióli)
1894-1897

Nogueira Acióli nasceu no Icó a 11 de outubro de 1840. Filho do Coronel José Pinto Nogueira e de Antônia Pinto Nogueira.

Bacharelou-se pela Academia de Direito do Recife, em 23 de novembro de 1864.

A influência política de sua família logo o fazia Promotor Público de sua cidade natal, passando a desempenhar, depois, o mesmo cargo em Saboeiro e, mais tarde, Juiz Municipal de Baturité e Fortaleza. Foi na política, porém, que galgou maior prestígio, quer no antigo, quer no novo regime, tornando-se figura notável na política brasileira. Permaneceu por muito tempo como um dos poderosos e prestigiosos chefes de partido do Norte do País.

Seu casamento com a filha do Senador Thomaz Pompeu, chefe do Partido Liberal no Ceará, permitiu sua ascensão às mais elevadas funções públicas, iniciada com eleição de Deputado Provincial, em 1865. Com a morte do sogro, 1877, passou a dirigir o partido, agora dividido em dois grupos fortes: os *paulas* e os *pompeus*, estes com o apoio do poder central, àqueles apoiados por Sinimbu, que o fez Presidente da Província, em 1878, um ano após a morte do sogro, grande amigo daquele mandatário.

Deixou a presidência da Província em 1880 para ocupar a cadeira de Deputado Geral, cargo em que ficou até 1884.

Como candidato ao Senado, concorre à eleição de 1889, na chapa vitoriosa da coligação *Pompeu-Graúdos*, composta pelo Barão de Ibiapaba, Comendador Nogueira Acióli e o Conselheiro Tristão de Araripe. Como já era esperado, por Carta Imperial de 25 de outubro de 1889, foi escolhido para substituir o Senador Vicente Alves de Paula Pessoa, falecido.

A Proclamação da República o impediu de tomar posse. Correta a opinião de José Aurélio Câmara: "Seu destino estava traçado. Dificilmente no Império teria encontrado o prestígio e o poder político que a República lhe deu no Ceará..."⁽¹⁾

(1) José Aurélio Saraiva CÂMARA. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, p. 275.

Após uma série de mutações políticas, por que passou o Ceará no advento da República, e a ascensão de Floriano Peixoto na Presidência do País, o prestígio do recém-criado Partido Republicano Federativo, foi a grande oportunidade de Nogueira Acióli, por seu turno escolhido Presidente do 3º Congresso Estadual e, por este, eleito 1º Vice-Presidente do Estado, em substituição ao Coronel José Freire Bezerra, em 12 de julho de 1896. Seu prestígio político ficou expressado mais ainda quando escolhido pelo voto popular nas eleições de 11 de abril para o quadrênio 1896-1900.

Raimundo Girão opina que Acióli, apesar de não possuir “grande cultura humanística e filosófica, mostrou, no entanto, neste primeiro período de governo, as mais positivas qualidades de chefe, notável líder que por dezesseis anos controlaria, pode-se dizer de modo personalíssimo, a administração e a política de sua terra”.⁽²⁾

Assumindo a Presidência da República Manuel Ferraz de Campos Sales, o idealizador da chamada Política dos Governadores, deu-lhe todas as oportunidades a consolidar seu enorme prestígio, recebendo do poder central todos os favores e a necessária força moral com a finalidade de usá-la distribuindo benefícios dos interesses pessoais e do seu partido.

Com a política adotada pelo Presidente Campos Sales, gerou-se o nepotismo político em várias unidades da Federação, florescendo as oligarquias. No Ceará, a Oligarquia Acióli plantou raízes no primeiro período governamental, estendendo-se por quatro quadriênios. Mesmo nos casos de impedimentos, eram eleitos outros elementos que obedeciam às suas ordens.

Exemplo clássico foi a administração do Dr. Pedro Augusto Borges que governou de 1900-1904, de acordo com as normas ditadas por Nogueira Acióli. Reeito Senador em 1903, renuncia ao mandato em 1904, para assumir novamente o Governo do Ceará, no período 1904-1908.

Com considerável prestígio político e apoio da elite territorial, os *coronéis*, ramificados em vários municípios, Acióli elegeu-se pela terceira vez Presidente do Estado em 1908, função que exerceu até 1912, quando foi deposto, com o auxílio direto dos militares e a mobilização da população de Fortaleza, interessada na candidatura do Coronel Marcos Franco Rabelo, indicado pela oposição com o apoio do grupo civil-militar, “salvacionista”.

Deixou como realização dos períodos de seus governos: a construção do teatro José de Alencar, inaugurado em julho de 1910, a instalação da rede telegráfica no interior, o início do serviço de água e esgotos da capital, não concluído até hoje, e outras obras de menor importância.

No Senado, muito concorreu para a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará, da qual foi professor e diretor. Integrou a Comissão de Justiça e Legislação.

Merceu do Governo Federal a Comenda da Ordem da Rosa.

(2) Raimundo GIRÃO. *Pequena História do Ceará*, p. 187.

Era o Comendador Acióli, casado com Maria Tereza de Souza Acióli (Maroca), filha do Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, falecida no Rio de Janeiro, em 1930, com quem deixou prole ilustre:

— Dr. Tomás Pompeu Acióli, advogado, Deputado Federal mais de uma legislatura e Senador da República;

— Antonio Pinto Nogueira Acióli Filho, advogado.

— Dr. José Pompeu Pinto Acióli, bacharel em Direito, militar, Deputado Estadual, Senador da República;

— Dr. Benjamin Nogueira Acióli, engenheiro civil;

— Dr. Hildebrando Pompeu Pinto Acióli — embaixador e ministro das Relações Exteriores do Brasil;

— Olga Acióli Sá, casada com o Dr. Francisco Sá, engenheiro, Senador da República e Ministro da Aviação;

— Branca Acióli Borges, casada com o General Raimundo Borges;

— Alice Acióli Jorge Sousa, casada com o Dr. José Francisco Jorge de Souza, catedrático da Faculdade de Direito.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1921.

JOSÉ FREIRE BEZERRIL FONTENELLE
(Bezerril Fontenelle)
1898-1908

Filho de Veríssimo Bezerril e Maria Fontenelle Bezerril, nasceu Bezerril Fontenelle em Viçosa, Ceará, a 9 de março de 1850.

Ingressando na Escola Militar do Realengo em 2 de janeiro de 1871, galgando, em janeiro de 1877, o posto de 2º Tenente, em 19 de julho do mesmo ano, já era 1º Tenente. Capitão em 1879; Major em 1890; Tenente-Coronel graduado em 1891 e efetivo em 1892. Coronel em 1894 e General-de-Brigada em 1911, reformando-se como Marechal Graduado em 1912.

Possuía ainda os cursos de Engenharia pelo Regulamento de 1874 e o de Bacharel em Matemática e Ciências Sociais.

O General Bezerril foi figura representativa na política republicana do Ceará.

Participou, em 1889, período da Proclamação da República, da Comissão Executiva junto ao Governador Luís Antônio Ferraz, o chamado Ministério, ocupando a pasta da Agricultura, e do Congresso Constituinte.

Como Comandante da Guarnição e dirigente interino da Escola Militar, José Freire Bezerril, àquela época, Tenente-Coronel, assumiu o governo do Ceará, em razão da renúncia de Clarindo de Queiróz, transferindo o cargo ao Vice-Governador Benjamin Liberato Barroso, no dia seguinte, 18 de fevereiro de 1892.

Dirigiu efetivamente os destinos do Ceará de 27 de agosto de 1892-1896. Como deputado em mais de um período legislativo, participou da Comissão da Marinha de Guerra. Assumiu o Senado em duas legislaturas: a primeira em 7 de maio de 1898, com término em 31 de janeiro de 1903, e a segunda, de 6 de maio de 1909, para preencher o lugar deixado pelo Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, que assumia o Governo do Estado.

Deixou publicado:

— *Mensagem* à Assembléia Legislativa do Ceará em 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura, Fortaleza, 1884.

— *Mensagem* à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 4ª sessão ordinária da 1ª legislatura. Fortaleza, 1895.

Regulamento para o Batalhão de Segurança do Ceará, expedido pelo Exmº Sr. Coronel Dr. José Bezerril Fontenelle. Fortaleza, 1896.

Casou-se, no Pará, com Maria Joaquina Paranhos, filha do Capitão Caetano da Silva Paranhos e Joaquina Rosa da Silva Paranhos.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 30 de março de 1926.

PEDRO AUGUSTO BORGES
(Pedro Borges)
1904-1917

Filho do Coronel Vitoriano Augusto Borges e Umbelina Rocha Moreira, nasceu Pedro Augusto Borges, em Fortaleza, a 29 de abril de 1851.

Com o curso secundário feito no Colégio Abílio, na Bahia, matriculou-se na Faculdade de Medicina daquela Província, nela graduando-se em 1873, defendendo a tese intitulada: *Os obstáculos ao parto proveniente do colo do útero e suas indicações*.

Ingressou no Exército, como médico do Corpo de Saúde, no posto de 2º-Tenente-Cirurgião, a 14 de fevereiro de 1874. Galgando as patentes de Capitão em 1885, Tenente-Coronel em 1892, Coronel Graduado em 1908, e efetivo em 1910, General-de-Divisão a 13 de julho de 1912.

Como clínico prestou relevantes serviços à comunidade quando da seca de 1877-1879, período em que chefiava o Hospital de Jacarecanga; assim como na campanha abolicionista, o que lhe valeu o desterro para a Colônia Chopin, no extremo Norte, na qualidade de médico militar, mesmo já fora da ativa.

No regime imperial, pertencia ao Partido Liberal; com a República, se envolveu na política, primeiro como Deputado Federal nas legislaturas 1894-1897, 1897-1900. Renunciou ao mandato para substituir ao Dr. Nogueira Acióli, na Presidência do Estado, tomando posse a 12 de julho de 1900. Apesar de integralmente de acordo com a oligarquia aciolina, os seus biógrafos opinam que Pedro Borges administrou o Ceará com relativa eficiência. No seu governo, foi criada a Faculdade Livre de Direito do Ceará, instalada no edifício do Liceu, a 1º de março de 1903. Foi decidida a questão dos limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, a “questão de Grossos”.

No Senado ocupou a vaga deixada pelo Senador Nogueira Acióli, que renunciava do mandato para assumir o Governo do Ceará. Na Câmara Alta, foi o 4º secretário em 1908, 3º secretário de 1909 a 1913, 2º secretário em 1914 e 1º secretário de 1915 a 1917.

Publicou:

— *Os obstáculos ao parto provinientes do colo do útero e suas indicações* (Tese). Bahia, 1873.

- *Documento Político. O Dr. Pedro Augusto Borges, Presidente do Estado do Ceará*, Fortaleza, 1900.
- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará*. Fortaleza, 1901.
- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará*. Fortaleza, 1902

Casado com Ludovina da Rocha Moreira, filha de Manuel Moreira da Rocha.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 11 de setembro de 1922.

FRANCISCO SÁ 1906-1909

Francisco Sá nasceu a 14 de setembro de 1862, na Fazenda Brejo de Santo André, Município de Brejo das Almas, Minas Gerais.

Filho de Francisco de Sá e Augustinha Josefina dos Santos Machado (Mamãe Tinha).

Fez os preparatórios no Seminário Externato Diamantina, em Minas, graduando-se pela Escola de Engenharia de Minas, Ouro Preto.

Como Engenheiro, foi fiscal da Estrada de Ferro em Minas Gerais e da Estrada de Ferro de Baturité.

Jornalista atuante, e abolicionista convicto, ingressou na política como Deputado Provincial por sua terra natal, em 1888.

O jovem engenheiro Francisco Sá veio para o Ceará como Secretário do Presidente da Província, Carlos Honório Benedito Otoni (que dirigiu o Ceará de 12 de julho de 1884 a 19 de fevereiro de 1890), aqui se radicando depois do casamento com a filha do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, chefe do Partido Liberal, um dos políticos de maior prestígio do Ceará, presidindo o Estado por doze anos.

Entrosando-se na política cearense, e usando o prestígio do sogro, logo em 1889 seria Deputado Geral pelo Ceará.

Deputado Federal de 1897-1900; reeleito em 1900-1903 e 1903-1906.

Exercendo ainda a Diretoria de Terras e Colonização no Governo Afonso Pena e Secretário de Agricultura de Minas Gerais no período 1894-1897.

Eleito Senador pelo Partido Liberal, tomou posse a 25 de abril de 1906, renunciando ao primeiro mandato para assumir o Ministério de Aviação no Governo Nilo Peçanha. Voltou ao Senado em 1911, na vaga deixada pela renúncia de José Joaquim Domingos Carneiro, sendo reeleito para o terceiro mandato, assumiu em janeiro de 1915. Renunciando para assumir novamente o Ministério de Aviação, no Governo de Arthur Bernardes, onde permaneceu de 1922 a 1926. Mais uma vez reelegeu-se para o Senado, tomando posse em 16 de abril de 1927, com término em 11 de outubro de 1930.

Na Câmara Alta, foi membro das Comissões de Finanças, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas, dominando nessas coisas do Congresso pelo vigor de sua oratória convincente e elegante.

Casou-se em Fortaleza, a 2 de março de 1885, com Olga Pompeu Pinto Acióli, nascida a 16 de outubro de 1869, filha do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, presidente do Ceará em três quadriênios e de Maria Teresa Pompeu (Maroca). Neta do Senador Pompeu de Sousa Brasil.

São filhos do casal:

- Carlos Acióli Sá — médico;
- Francisco Sá Filho — bacharel em Direito;
- Antônio Acióli Sá — bacharel;
- Paulo Acióli Sá — engenheiro civil;
- Antônio Pompeu acióli Sá — médico;
- Augustinho de Sá — engenheiro;
- José Acióli Sá — bacharel;
- Dea Acióli Sá;
- Maria Alice.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de abril de 1936.

JOSÉ JOAQUIM DOMINGOS CARNEIRO **1909-1911**

Em Jucás, antigo São Mateus, em setembro de 1836, nasceu José Joaquim Domingos Carneiro, filho de Joaquim Domingos Carneiro.

Fez os primeiros estudos com o pai, que, como vigário, passou a residir em São Bernardo das Russas. Os preparatórios foram cursados no Liceu do Ceará e no Colégio das Artes, do Recife. Ingressando na Faculdade de Direito do Recife, matriculou-se em 1859.

Formado em 1863, regressou a Russas, dedicando-se à advocacia.

Entrou para a Magistratura como Promotor Público de Aquirás, nomeado em 14 de junho de 1865. Em 1866, os problemas familiares o fizeram pedir exoneração do cargo, quando passou a residir novamente em Russas, agora, como Juiz Municipal e de Órfãos, daquela cidade, onde permaneceu até 1872, ali acumulando as funções de Inspetor das Escolas e Delegado de Polícia.

Nomeado Juiz de Direito da Comarca de Inhamuns, por decreto de 1º de março de 1873, assumiu a 18 de julho. Removido para a Comarca de Granja, em 1879, e, em 1881, para Baturité, assumindo as funções em 15 de janeiro daquele ano.

No mês seguinte, por decreto de 21 de fevereiro de 1891, foi nomeado Desembargador da Relação de Fortaleza, tomando posse no dia 24 de março. Já no dia 24 é designado pelo Procurador da Coroa Fazenda e Soberania Nacional.

Escreve Geraldo Nobre que, “organizada a Justiça estadual nos moldes republicanos por decreto de 6 de junho de 1891, foi mantida sua nomeação, prestando compromissos no dia 6 de julho do aludido ano, previamente marcado para a posse do pessoal da justiça. Na Constituição do novo Superior Tribunal cearense foi, o Desembargador Carneiro, seu primeiro Presidente por imperativo da Lei, então vigorante, dando tais atribuições ao Desembargador mais antigo em exercício, conservando-se nesta investidura até ser aposentado”.⁽¹⁾

Como Deputado Constituinte, eleito em 10 de fevereiro de 1891, ocupou a Presidência do Estado mais de uma vez.

(1) Geraldo da Silva NOBRE. *História Judiciária do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1987, p. 109.

Militante do Partido Liberal, elegeu-se em 1909, na vaga deixada com a renúncia do Senador Francisco Sá, que assumiu o Ministério da Aviação, no Governo de Nilo Peçanha, função a que renunciou, para que o Dr. Francisco Sá concorresse à sua reeleição, em janeiro de 1911.

Sempre leal ao partido, aceitou ser candidato nas eleições para Governo do Ceará (período 1912-1916) quando o Presidente Nogueira Acióli, impossibilitado de concorrer ao cargo pela terceira vez, o usou como manobra política.

Não conseguiu eleger-se.

Faleceu em Fortaleza, a 9 de setembro de 1915.

TOMÁS POMPEU PINTO ACIÓLI
(Tomás Acióli)
1909-1918

Filho de Antônio Pinto Nogueira Acióli, prestigiado político cearense, Deputado Provincial, Senador da República, Governador do Ceará durante três quadriênios, e de Maria Tereza Souza Acióli, nasceu Tomás Acióli em Fortaleza, a 30 de julho de 1868.

Com o curso secundário feito no Liceu do Ceará, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou no dia 4 de dezembro de 1889.

O prestígio da família o fez, logo ao voltar ao seu Estado, professor da Escola Normal, por ato de 2 de janeiro de 1890. Instalada a Faculdade Livre de Direito do Ceará, da qual foi um dos fundadores, passou a ocupar a segunda Cadeira de Direito Internacional, pouco demorando na regência dessa.

Eleito Deputado Estadual, para a legislatura de 1892 a 1895. Em 14 de fevereiro de 1894 foi nomeado Secretário do Interior no último período do Governo de José Freire Bezerril Fontenele, em substituição ao poeta Antônio Sales, função que exerceu até 28 de julho de 1896.

A eleição para Deputado Federal deu-se para o biênio 1897-1899, sendo reeleito nas subseqüentes legislaturas, 1900-1906 e 1906-1909

Na Câmara dos Deputados ocupou as funções de 2º Secretário e 2º Vice-Presidente.

Eleito Senador da República em 1909, tomou posse em 2 de maio daquele ano com término em 31 de janeiro de 1918.

Na Câmara Alta foi membro das Comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, além da Comissão de Redação de Lei.

Casou-se com Suzete Brunschweiler, filha de Jorge Brunschweiler, de descendência suíça, e de Jacinta Augusta Brunschwieller, nascida em Aracati.

Do casamento nasceram:

— Leilah, casada com Ronald de Carvalho — escritor consagrado, diplomata, poeta, crítico literário.

— Tomás Acióli Filho — bacharel em Direito.

— Lais.

— Antônio, casado com Marina Pinto.

Faleceu em Fortaleza, 8 de fevereiro de 1941.

BENJAMIM LIBERATO BARROSO
(Benjamim Barroso)
1918-1927

Benjamim Barroso nasceu em Quixeramobim a 31 de março de 1859. Filho de Joaquim Liberato Barroso e Antônia Barroso.

Ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro a 16 de agosto de 1877. Em 1886 já era Segundo Tenente; Primeiro Tenente em 1890; Major em 1900; Tenente-Coronel em 1910; Coronel graduado em 1912; reformado no posto de General. Na mesma escola fez também o Curso de Engenharia, pelo Regulamento de 1874, além de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Exerceu no magistério as funções de professor da Escola Militar de Fortaleza, dirigindo, como subcomandante, o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Militar de grande projeção na vida política do seu Estado, em cujo governo esteve por mais de uma vez, elegendo-se Deputado Federal de 1891 a 1894.

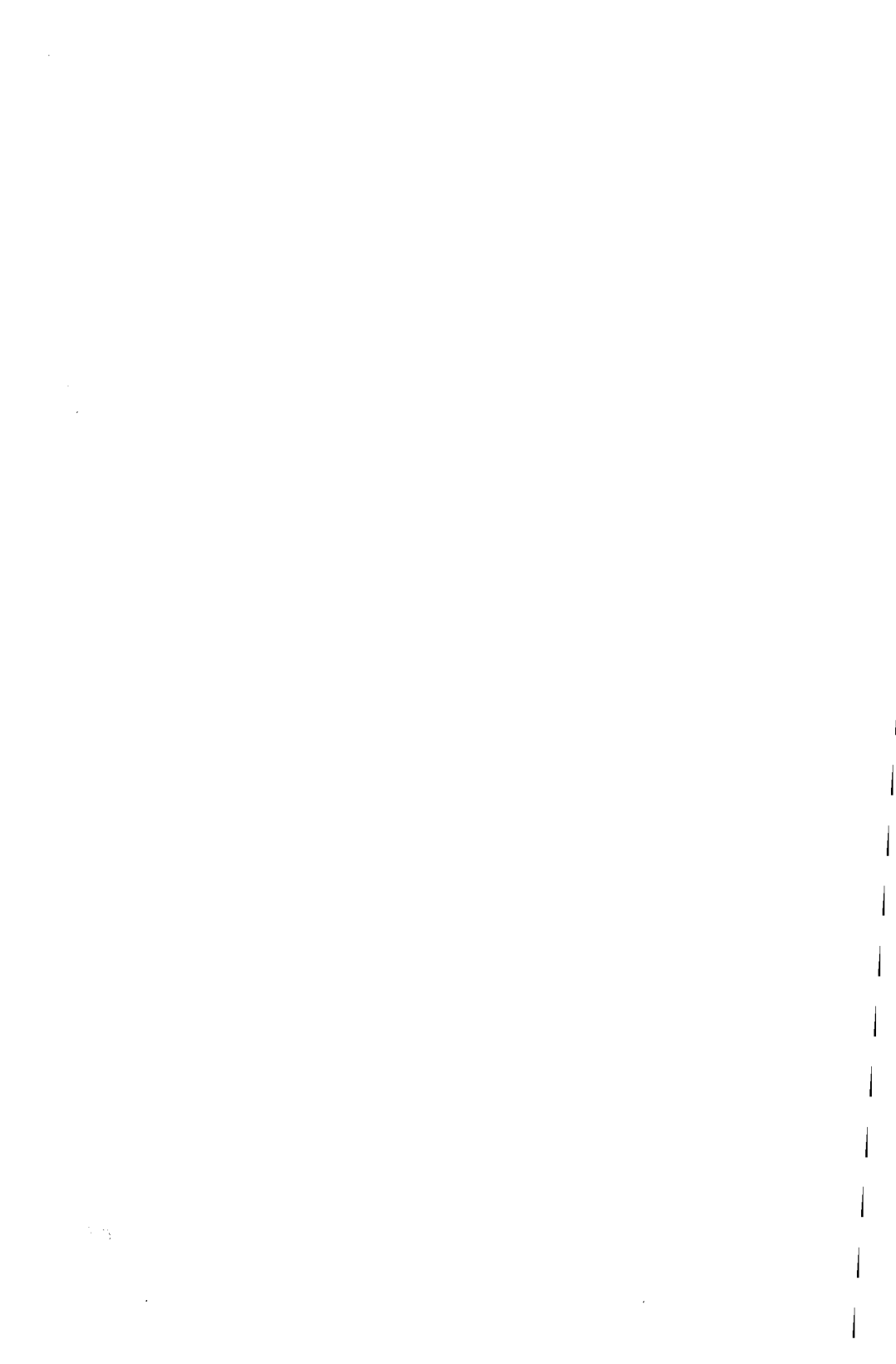
Na efervescência política, após a proclamação da República, instalado o Congresso Constituinte Estadual e promulgada a Constituição, Benjamim Barroso foi eleito Vice-Presidente do Estado, ocupando a Presidência com a deposição do General José Clarindo de Queirós, seu companheiro de chapa. Primeiro, provisoriamente (1891-1896), entregando o governo ao Presidente eleito Antônio Pinto Nogueira Acioli. Assumindo a direção do Governo do Ceará depois da administração do Interventor Federal Coronel Setembrino de Carvalho, governou de 1914-1916.

Eleito para o Senado, tomou posse a 10 de maio de 1918, com término de mandato em 31 de janeiro de 1927.

Na Câmara Alta, foi membro da Comissão da Marinha e Guerra.

Casado com Maria Lima da Cruz Barros, filha do médico Joaquim Antônio da Cruz e Francisca Braga Torres da Cruz.

Faleceu a 17 de outubro de 1933.



JOÃO THOMÉ DE SABÓIA E SILVA 1921-1923

Em Sobral, a 4 de agosto de 1870, nasceu João Thomé de Sabóia e Silva. Filho do Juiz de Direito Dr. José Thomé da Silva e Ana Benvenida Figueira de Sabóia e Silva.

Depois de fazer o curso de Humanidades, no Recife, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, ao mesmo tempo em que servia na Administração Geral dos Correios.

Concluindo o curso em 1891, passou a trabalhar na Estrada de Ferro de São Paulo.

Voltando ao Ceará, em 1893, integrou-se nos serviços da Estrada de Ferro de Sobral, como Chefe do Tráfico, da qual seria arrendatário a partir de 1897, dirigindo-a por doze anos.

Na política, militou no Partido Democrata, como líder da região norte do Estado.

Ocupou a governadoria do Estado do Ceará no quadriênio 1916-1920, quando restabeleceu as garantias constitucionais, assim como a ordem do interior do Estado, ainda conturbada por sérios momentos políticos.

José Thomé foi “eleito sem competidor, tendo resultado sua candidatura de acordo entre os Partidos Conservador e Democrata, em entendimento no Rio de Janeiro. A sua austeridade de maneiras e atos o impôs à consideração geral e dessa forma foi-lhe possível realizar governo normal de reconstituição da economia e da tranqüilidade pública, a despeito dos assanhamentos político-partidários verificados quando das agitações em torno da sua sucessão. Deu especial atenção ao desenvolvimento da rede rodoviária do Estado e ao problema das secas, procurando-lhe a solução mais lógica de obter chuvas artificiais, para tanto mantendo aparelhagem especializada, sem contudo poder terminar as suas experimentações”. (1)

Para Parsifal Barroso, João Thomé soube enfrentar as seqüelas da grande seca de 1915, dando assistência aos necessitados, interessou-se pela melhoria

(1) Raimundo GIRÃO. *Pequena História do Ceará*, p. 200.

da instrução pública e pelas atividades culturais do Estado, remodelando a biblioteca pública e criando o arquivo público, além de outras iniciativas relacionadas ao Poder Judiciário.⁽²⁾

Eleito Senador da República, tomou posse em 6 de junho de 1921, concluindo seu mandato em 11 de novembro de 1923.

Na Câmara Alta foi membro da Comissão de Finanças e da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

Casou-se, em Camocim, com Angelita Cavalcante, filha de Raimundo Cavalcante.

Filhos: José Thomé de Sabóia e Silva, Domingo Olímpio Cavalcante de Sabóia, Geraldo Thomé de Sabóia, Ester, Anita e Maria.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 26 de julho de 1945.

Fonte: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, vol. 1, nº 1, p. 100.

(2) José Parsifal BARROSO. *Uma História da Política do Ceará — 1889 — 1954*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

JOSÉ POMPEU PINTO ACIÓLI
(José Acióli)
1923-1924

Nasceu José Acióli em Fortaleza, a 11 de maio de 1873, terceiro filho do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli e Maria Teresa de Souza Acióli, filha do Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

Tentou a carreira militar ingressando na Escola Militar do Ceará a 8 de maio de 1889, mas afastou-se em 1893, por problemas de saúde. Retornando à Escola em 1895, concluiu os preparatórios na Escola de Porto Alegre, de onde se desligou do Exército no posto de Alferes.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará a 30 de novembro de 1908. Serviu ao magistério como professor de Francês do Liceu do Ceará e de Geometria da Escola Normal, funções das quais foi logo aposentado.

Foi, porém, na política que atuou efetivamente, militado no Partido Republicano, soube usar o prestígio do pai, exercendo natural atuação política ao tempo das administrações de Nogueira Acióli, tornando-se, desde logo, sua segunda pessoa.

Eleito Deputado Estadual em 1896, é nomeado Secretário do Interior e Justiça, cargo em que permaneceu de 9 de dezembro daquele ano a 1º de julho de 1900. É reeleito no pleito seguinte para o quadriênio 1900-1904, período em que ocupou as funções de líder da maioria na Assembléia. Em 1904, volta à Secretaria do Interior, no exercício de 12 de julho de 1904 a 24 de janeiro de 1912, acumulando as funções de Vice-Presidente do Estado. Nesta posição, em 1904, assumiu o Governo na ausência do Presidente Acióli, de 7 de novembro de 1907 a 28 de fevereiro de 1908.

O prestígio de José Pompeu Pinto Acióli não foi abalado com a deposição de seu pai, o Comendador Nogueira Acióli, sendo eleito Deputado Federal em mais de uma legislatura.

Ocupou o Senado da República na vaga de seu cunhado o Senador Francisco Sá, que renunciara para assumir o Cargo de Ministro da Aviação, tomou posse a 7 de maio de 1923. Reeleito em 1924, renunciou ao mandato num belo gesto de compreensão partidária, para evitar luta de facção. Em 1934,

como candidato do Partido a Deputado Federal, obteve expressiva votação, apesar de não ter sido eleito.

Jornalista, intelectual, escrevendo com elegância e correção, deixou escritos vários relatórios administrativos:

— *Relatório* apresentado ao Exmº Sr. Presidente do Estado do Ceará, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, pelo Secretário dos Negócios do Interior, José Pompeu Pinto Acióli, Fortaleza, 1897.

— *Relatório* apresentado ao Exmº Sr. Presidente do Estado do Ceará, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, pelo Secretário dos Negócios do Interior, José Pompeu Pinto Acióli, Fortaleza, 1900.

Casou-se com Telina Alves Alencar, filha do médico Meton da Franca Alencar e Clotilde Alves, pais de Yolanda Acióli, casada com o engenheiro civil Fragelli.

Morreu José Acióli no Rio de Janeiro, a 9 de setembro de 1950.

TOMÁS DE PAULA PESSOA RODRIGUES

1924-1930

Tomás de Paula Pessoa, nasceu em Fortaleza, no dia 24 de novembro de 1873. Filho do Conselheiro Antonio Joaquim Rodrigues Júnior, político militante do Partido Liberal, tendo ocupado postos de prestígio, como Deputado Provincial, Deputado Geral, Vice-Presidente da Província do Ceará e Ministro de Estado, no Ministério Lafayette, e de Maria Luiza de Paula Pessoa Rodrigues, filha do Senador Francisco de Paula Pessoa e Francisca Carolina de Paula Pessoa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1895. Exerceu a advocacia em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No Recife foi Delegado de Polícia e membro do Ministério Público. Deputado Federal pelo Ceará, de 1915 a 1918.

Eleito Senador da República, tomou posse em 21 de julho de 1924, com mandato terminando em 11 de outubro de 1930.

Casou-se com a carioca, filha de português, Manoela Castelo Rodrigues. Do casamento nasceram:

Maria Luiza;

Egberto de Paula Pessoa Rodrigues, engenheiro e Deputado por duas legislaturas, Constituinte de 1946;

Cordélia, casada com Glastone Chaves de Melo;

Nydia, casada com o Dr. Osvaldo Queiroz Jucá, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e comerciante em Fortaleza, falecido;

Vera, casada com Eloi Sabóia, comerciante.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 25 de outubro de 1957.

WALDEMAR CROMWEL DO REGO FALCÃO
(Waldemar Falcão)
1935-1937

Filho de Francisco do Rego Falcão e Maria da Conceição do Rego Falcão, Waldemar Falcão nasceu em Baturité, a 25 de janeiro de 1895.

Pobre, mas privilegiado em inteligência, depois de concluir o curso secundário no Liceu do Ceará, matriculou-se na Faculdade de Direito do seu Estado, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1916, turma da qual foi orador.

Para garantir seu sustento, como estudante, exerceu a função de telegrafistas dos Correios e Telégrafos; depois, Delegado de Polícia e advogado, na capital.

Iniciou-se no magistério como professor do Colégio Militar de Fortaleza, concorrendo em 1920 à vaga da Cadeira de História Geral, com o trabalho: *As mais fortes características do Povo Romano*, função que lhe valeu a patente de Tenente-Coronel Honorário do Exército.

Inscreeu-se para preenchimento da vaga de professor da Faculdade de Direito, defendendo a tese: *Política Tributária*, tendo como comissão examinadora os professores: Antônio Augusto, Manuel Antônio de Andrade Furtado, Sebastião de Azevedo e Eduardo Henrique Girão. A sua posse e colação de grau de doutor deu-se no dia 10 de julho de 1921.

Na opinião de Raimundo Girão, Waldemar Falcão, “na imprensa, nos tribunais, nas aulas do magistério deixava sempre o sinal da sua forte ilustração humanística e da erudição nos assuntos mais atinentes às ciências sociais, de modo especial na história, na economia política, nas finanças públicas, impregnando os seus escritos de essência sadiamente cristã e marcadamente brasileira.”⁽¹⁾

Elegeu-se Deputado Federal pela Liga Eleitoral Católica, como representante do Ceará na Constituinte de 1934.

Concorre à eleição de 1935, elegendo-se Senador da República, tomando posse a 1º de junho de 1935, onde esteve até 10 de novembro de 1937. Na

(1) Raimundo GIRÃO. *História da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária 1960, p. 216.

Câmara Alta, foi membro das Comissões de Planos Nacionais e da Comissão de Economia e Finanças.

Participou da política do Estado Novo como Ministro do Trabalho, função que exerceu de 1937 a 1941. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Como sócio efetivo do Instituto do Ceará, tomou posse no dia 5 de novembro de 1930.

Deixou diversas obras publicadas, entre elas:

— *A conversão da Dívida Externa*, 1933;

— *Contra o comunismo anticristão*, 1937.

Casado com Adamir Ribeiro Falcão, descendente da família Câmara Ribeiro. Do consórcio nasceram:

Vera Ribeiro Falcão;

Paulo Waldemar Ribeiro Falcão — advogado

José Haroldo Ribeiro Falcão — engenheiro químico

Francisco Fernando Ribeiro Falcão — advogado

Faleceu em Boston, EUA, a 2 de outubro de 1946.

EDGAR CAVALCANTE DE ARRUDA
(Edgar de Arruda)
1935-1937

Em Fortaleza, no dia 5 de julho de 1892, nasceu Edgar de Arruda. Filho de Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda e Alice Cavalcante de Arruda.

Com os preparatórios feitos no Liceu do Ceará, matriculou-se na Faculdade de Direito de sua terra natal, freqüentando os três primeiros anos. Transferiu-se para a Faculdade do Recife, onde faz apenas o 4º ano, concluindo o curso em São Paulo, bacharelando-se em 1913, com brilhantismo.

Regressando ao Ceará foi nomeado Promotor Público de Maranguape, transferindo-se para a segunda Promotoria de Fortaleza, cargo que exerceu até 1920.

Submeteu-se ao concurso da Faculdade de Direito, como único concorrente à Cadeira de Processualística Civil e Comercial, com a tese *Dissertações Processuais - I - O Direito Processual e sua utilidade e II Atentados*. Tomou posse e colou grau de doutor na sessão de 5 de fevereiro de 1921. Em abril, com o falecimento do professor Bezerra de Menezes, assumiu a Cátedra. Além de renomado professor, o Dr. Edgar de Arruda brilhou na tribuna como advogado.

Ingressou na política atuando na Liga Eleitoral Católica, a partir de 1935, escolhido presidente do Partido. Elegeu-se Senador da República pelo voto indireto, na Assembléia Constituinte, tomando posse em 30 de maio de 1935, com término de mandato em 10 de novembro de 1937.

Em 1947 foi eleito Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN), constituinte de 1946, período em que se transferiu para o Rio de Janeiro, exercendo ali os cargos de Procurador do Tribunal de Contas e Vice-Presidente do mesmo tribunal e advogado da prefeitura daquele estado.

Na Câmara Alta foi membro da Comissão de Constituição Justiça, Educação, Cultura e Saúde.

Casado com Rita Menescal Campos, filha de Enéas Campos.

Filhos:

Francisco Campos de Arruda — Coronel do Exército;
Fernando Campos de Arruda — advogado;
Maurício Campos de Arruda — engenheiro civil;
Maria Alice Campos de Arruda, casada com Francisco Arruda Frota.
Faleceu no Rio de Janeiro, a 24 de abril de 1965.

OLAVO OLIVEIRA **1946-1955**

Granja foi o berço de Olavo Oliveira, nascido a 14 de julho de 1893. Filho de Luís Felipe de Oliveira, comerciante, naquele município. Sócio da firma Oliveira e Cia. Deixou o comércio para atuar na advocacia e na política, militando no Partido Conservador; do qual foi presidente. Jornalista ativo, responsável pela criação dos jornais *Iracema*, *A Luz* e *O Tempo*, órgãos da imprensa da sua terra natal, e de Cândida Ramos de Oliveira.

Seus primeiros estudos foram feitos no Liceu do Ceará, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife a 16 de dezembro de 1916. Curso feito com distinção, merecendo como prêmio uma viagem à Europa.

Ingressou na magistratura como Promotor em Granja, depois como Promotor de Justiça de Fortaleza, consagrando-se nas salas de júri. Em 1919, com a tese *Concurso de Delito e Ação Penal, suas Modalidades*, concorreu como candidato único à vaga de professor substituto da Faculdade de Direito do Ceará, tomando posse no dia 26 de março do mesmo ano, quando colou grau de Doutor.

Em 1929 passou a catedrático da disciplina Processo Penal, Estatística e Regime Penitenciário, cabendo-lhe depois a do Sistema Penitenciário, do Curso de Doutorado. Com o professor estava em Olavo Oliveira o notável advogado, a sua autoridade profundamente especializada em matéria criminal, a que indiscutíveis dons oratórios emprestavam excepcional realce. Fora Promotor Público e, nas salas do júri, se consagrara.⁽¹⁾

Atraído pela política, integrou-se nas fileiras do Partido Republicano Conservador, elegendo-se Deputado Estadual.

Como um dos chefes da Liga Eleitoral Católica, foi eleito à Câmara Federal, participando da Constituinte de 1934. Deputado Federal de 1935-1937.

Extinto o Congresso, com o golpe de Estado, retornou ao Ceará, e às atividades da advocacia e do magistério. Período em que foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado.

(1) Raimundo GIRÃO. *História da Faculdade de Direito do Ceará*, p. 213.

Com a volta da normalidade política do País, em 1945, tornou-se chefe do Partido Social Progressista, elegeu-se Senador da República, função que exerceu de 24 de setembro de 1946 a 31 de janeiro de 1955.

Jornalista vibrante e polêmico; fundou e dirigiu o jornal *O Democrata* de 1945-1946, além de colaborar em outros periódicos de Fortaleza, versando de preferência sobre direito e administração.

“O recinto dos parlamentos, a redação dos jornais, a praça pública nunca o assustaram, antes neles procedia com a desenvoltura e o destemor. Combatido, discutido, talvez ainda não interpretado esse homem público incontestavelmente ardiloso, senhor dos segredos que engendram a estratégia complicada da governação dos povos. Político de raça, criminalista de fama, foi jornalista intemorato, parlamentar de relevo.”⁽²⁾

Deixou publicado:

- *Alegação da Justiça*. Fortaleza, 1920.
- *Concurso de Delito e Ação Penal, suas Modalidades*. SNT.
- *Pela União Nacional*.
- *Um caso Inédito de responsabilidade criminal*.
- *A Tragédia de Acarape*.
- *Inverificação de Peculato*.
- *O Delito de Matar*. Fortaleza, 1959.

Casou-se em primeiras núpcias com Maria José Barroso, filha do Dr. Hermínio Barroso e Emília Cunha Barroso e, em segundas, com Eunice Mendes de Freitas, filha de Raimundo Remígio de Freitas, realizado em Limoeiro do Norte, desquitando-se em janeiro de 1966.

Do primeiro enlace nasceram os filhos:

— Raimundo Ivan Barroso de Oliveira — bacharel em Direito e ex-Deputado, falecido;

— Elba Maria

— Cândida Maria

— Emília Maria

Do segundo matrimônio nasceram: Olavo Filho e Elder.

Faleceu em Fortaleza, a 27 de novembro de 1966.

(2) *Ibid.*, p. 214.

PLÍNIO POMPEU DE SABÓIA MAGALHÃES

(Plínio Pompeu)

1946-1955

Ipu foi o berço de Plínio Pompeu de Sabóia, nascido a 3 de março de 1892. Filho de João Pompeu Sabóia Magalhães e Jacinta Sabóia Magalhães.

Com o primário feito em Sobral e o secundário, no Liceu do Ceará, ingressou na Escola Politécnica da Bahia, concluindo o curso de Engenharia Civil em 1914.

Iniciou as atividades profissionais no ano seguinte como Engenheiro Auxiliar dos trabalhos do Açude Pasarinho, no Município de Granja, depois, responsável pela construção daquela e outras obras.

Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, passou a trabalhar com o engenheiro Arrojado Lisboa, quando lhe foi dada a responsabilidade de fiscalizar obras em Senador Pompeu e Iguatu, construções entregues a firmas estrangeiras.

Depois da suspensão destes trabalhos, Plínio Pompeu foi nomeado Engenheiro-Chefe da construção da estrada de ferro que ligava o Ceará a Patos, na Paraíba.

Trabalhou em São Paulo, na construção do trecho ferroviário de Brigadeiro Tobias à Sorocaba e outras construções de vulto como a da rodovia Mogi das Cruzes — Rio Claro.

Na interventoria de Fernandes Távora, assumiu a Diretoria de obras Públicas, função que exerceu por mais de um governo. Contribuiu em sua gestão para a melhoria e construção de rodovias, assim como, executou trabalhos técnicos na Rede Viação Cearense.

Participou da administração de José Américo de Almeida, como engenheiro do Ministério de Viação e Obras Públicas.

Na gestão do Interventor Moreira Lima foi nomeado Prefeito de Fortaleza, quando fez melhoramentos na capital, instalando energia elétrica e serviço de telefonia.

O golpe de Estado o encontrou como Deputado Federal, período em que retornou às suas atividades técnicas no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Elegeu-se Senador da República em 1945, permanecendo no Senado por oito anos. Na Câmara Alta, foi o 4º Secretário da Mesa Diretora (1948-1950). Membro das Comissões de Finanças (1951-1954) e de Economia (1953-1954).

Continuou na liderança política da zona norte do Estado, como um dos dirigentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Sobral. Dirige a Companhia Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano.

Plínio Pompeu é um dos agraciados com a Medalha da Abolição, a mais alta comenda concedida pelo Governo do Estado, e Sereia de Ouro.

Casou-se em Sobral a 23 de fevereiro de 1928, com Maria Soledade Sabóia Pompeu (Marinha), filha de Dr. José Sabóia de Albuquerque e Maria da Soledade Pessoa Sabóia.

Do casal nasceram: José Sabóia Neto, Gilberto Sabóia Pompeu, e Lúcia, esta última já falecida.

MANUEL DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA
(Fernandes Távora)
1946-1963

Nasceu Fernandes Távora na Fazenda Boa Altura, no Município de Jaguaripe, a 21 de março de 1877. Filho do proprietário rural Joaquim Antônio do Nascimento e Clara Alves Negreiros Fernandes Távora.

Iniciou seus estudos na terra natal, nas escolas dos Professores Lino Aderaldo e Raimundo Duarte Costa Guerra, Colégio São José, do Professor José Teles Marrocos e no Seminário Menor São José, no Crato.

Transferindo-se, depois, para Fortaleza, retomou os estudos no Instituto de Humanidades Monsenhor Salazar e Liceu do Ceará.

No Instituto Benjamin Constant e no curso anexo à Faculdade de Direito do Recife, concluiu os preparatórios à carreira médica.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, freqüentando ali, apenas o primeiro ano. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1902, defendendo tese com distinção. Concluindo antes, 1901, o curso de Farmácia.

Especializou-se em Otorrinolaringologia, na Europa, onde esteve em 1908, 1914 e 1926.

Clinicou na Amazônia, de 1904-1916, passando depois a trabalhar em Fortaleza, onde abriu consultório.

Foi professor no Colégio Militar de 1919-1921.

Militou na imprensa, desde 1913, escrevendo em diversos jornais do Acre, Amazonas, Pará e Fortaleza.

Segundo Raimundo Girão, Fernandes Távora “jornalista de pulso, escrevia com desassombro, sem perder a austeridade nas polêmicas em que se empenhou. Foi o fundador d’A *Tribuna* (1921), jornal que teve de fechar durante a pressão oficial, que lhe era contrária (1925). Orador eloqüente e doutrinário, versando os seus discursos em linguagem de apurado trabalho literário e em argumentações convincentes. Deu publicidade a muitas das

suas peças oratórias, através das quais sempre procurou mostrar aos dirigentes da República a urgência da solução definitiva do problema do Nordeste”.⁽¹⁾

Teve participação ativa na vida política de seu Estado, “organizando partidos, enfrentando campanhas, cantando triunfos ou suportando as desilusões do ostracismo, interferindo, assim de modo mais direto, nos destinos da vida pública cearense”.⁽²⁾

Elegeu-se Deputado Estadual, pelo Partido Democrata Cearense em duas legislaturas, 1913-1916 e 1917-1920. Neste ano criou o Partido Republicano Cearense. Em 1922, chefiou no Ceará a campanha da Aliança Liberal.

Com a vitória da Revolução de 1930, da qual foi chefe civil no Ceará, ocupou a Interventoria do seu Estado, de 1930-1931, substituído pelo Capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

Foi eleito Deputado Constituinte, em 1934, pelo partido que fundara em 1933, o Partido Social Democrático, a primeira sigla surgida no Brasil para a legislatura 1935-1937.

Voltoou à Câmara Federal, como Constituinte, em 1945. Escolhido, já em 1947, Senador da República, como representante da União Democrática Nacional (UDN), partido que organizou e de que foi seu primeiro presidente, no Ceará, e vice-presidente do Diretório Nacional.

Reeleito para o segundo mandato, tomou posse em 1º de fevereiro de 1955, com término em 31 de janeiro de 1963.

No Senado, foi membro das Comissões de Economia, Finanças, Segurança Nacional e Saúde.

O Dr. Fernandes Távora era sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi Presidente de Honra; da Academia Cearense de Letras, do Círculo Católico de Fortaleza, Presidente do Centro Médico Cearense e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (Rio de Janeiro), sócio correspondente da Sociedade de Otorrinolaringologia do Rio de Janeiro.

Deixou publicados os seguintes trabalhos:

- *Telepatia* (tese), 1902
- *Oito Meses de Administração*, 1931.
- *Decretos do Governo Provisório*. 1931.
- *Arrecadação e Distribuição das Rendas no Brasil e sua repercussão sobre a vida do Município e Economia Nacional*. 1934.

(1) Raimundo GIRÃO. *Dicionário da Literatura Cearense*. Imprensa Oficial, 1987, p. 221.

(2) *Ibid.*

- *Análise do Contrato da Itabira Tronco e suas relações com a Vitória*.
- *Considerações sobre o estado mental do Padre Cícero*, 1943.
- *Joaquim Távora, a alma da Revolução*, 1944.
- *Distribuição das Rendas Nacionais na esfera municipal*, 1946.
- *Dois Discursos (Monsenhor Távora e Dr. Virgílio Moraes)*, 1946.
- *Discurso (posse no Instituto)*, 1946.
- *Como podemos resolver o problema do petróleo no Brasil*, 1948.
- *Telepatia e Psiquismo*, 1949.
- *Conquistadores do Deserto Verde*, 1952.
- *Personalidade Moral e Cívica do Pe. Ibiapina*, 1952.
- *Evolução da Medicina e Progresso da Cirurgia*, 1954.
- *O Nordeste e o Brasil*, 1957.
- *Perspectivas e Visões do Marrocos*, 1958.
- *Palavras de Protestos e a Saudade*, 1960.
- *Algo de Minha Vida*, 1ª ed., 1961.
- *Recordação da Câmara e do Senado*, 1963.
- *Idéias e Perfis*, 1967.

Possuía as insígnias:

- Medalha do Mérito de Tamandaré;
- Medalha Clóvis Beviláqua;
- Medalha da Abolição (Estado do Ceará).

Casado com Carlota Augusto de Moraes, filha de Virgílio Augusto de Moraes, professor do Liceu do Ceará, membro fundador da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará e Cândida Caracas de Moraes.

Do consórcio nasceram:

— Moema de Moraes Fernandes Távora, licenciada em Geografia e História, pela Faculdade Católica de Filosofia. Amiga do Instituto do Ceará. Falecida em 28-11-90.

— Virgílio de Moraes Fernandes Távora, Coronel do Exército, Governador do Ceará por duas vezes, Deputado Federal e Senador da República, falecendo em 3 de junho de 1988.

— Amilcar de Moraes Fernandes Távora, engenheiro civil. Fernandes Távora faleceu em Fortaleza, a 23 de outubro de 1973.

ONOFRE MONIZ GOMES DE LIMA
(Onofre Gomes)
1951-1959

Onofre Moniz Gomes de Lima nasceu em Camocim, Ceará, a 17 de abril de 1891. Filho de Luís Gomes de Lima, proprietário rural, e Elisa Moniz Gomes de Lima.

Com os preparatórios feitos no Colégio Militar do Rio de Janeiro e Escola Militar de Porto Alegre, cursou a Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo, atingindo na carreira militar o posto de General, com curso no Estado-Maior do Exército.

Além de ter ocupado vários outros comandos, esteve no da 10ª Região Militar, em Fortaleza.

Exerceu as funções administrativas de Delegado-substituto da Comissão de Limite e Caracterização da Fronteira Brasileira Brasil-Uruguaí; Adido Militar no México (1943-1945).

Ingressou na política, primeiro como candidato do Partido Social Democrata, PSD, ao Governo do Ceará, derrotado nas eleições de 1946, competindo com a candidatura *udenista* do Desembargador Faustino de Albuquerque, período em que, na opinião de Abelardo Montenegro, “os velhos políticos controlavam os partidos. As coligações obedeciam aos interesses predominantes nos cambalachos da *pátria velha*.

Continuavam os partidos a defender pontos de vista personalistas. As oposições constituíam o alvo das diversas legendas partidárias. Os *coronéis* dominavam a massa votante sertaneja.”⁽¹⁾

Nas eleições de 1950, foi eleito, pela coligação do Partido Social Democrata e Partido Social Progressista, Senador da República, assumindo no dia 10 de março de 1951, com término a 31 de janeiro de 1959.

No Senado foi Presidente da Comissão de Segurança Nacional, Membro da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas e Finanças.

(1) Abelardo F. MONTENEGRO. *Os Partidos do Ceará*. Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 145.

Recebeu as insígnias seguintes:

Oficial da Ordem do Exército Militar;

Medalha de Ouro, por serviços prestados ao Exército;

Medalha do Centenário da Proclamação Argentina San Martin;

Medalha da Ordem do Mérito Militar da República dos Estados Unidos do México:

Casado com Débora Vascôncelos de Lima.

Faleceu a 23 de abril de 1969.

OSÉ PARSIFAL BARROSO

(Parsifal Barroso)

1955-1959

Parsifal Barroso nasceu em Fortaleza a 5 de julho de 1913. De família preeminente, filho do Dr. Hermínio Barroso, professor do Liceu do Ceará e da Faculdade de Direito; político de renome, ocupando cargos, como Deputado e Secretário de Estado, e de Emília Cunha Barroso.

Tendo feito os primeiros estudos com a professora Beatriz Ibiapina, no Colégio Cearense, ingressou no Liceu do Ceará. Naquele estabelecimento logo se destacava, concorrendo ao cargo de professor de Química, através do concurso público, defendendo a tese: *As Theorias de Celba*; passando a lecionar as disciplinas: Alemão, Química, Ciências Físicas e Naturais.

Fez parte do corpo docente dos Colégios Militar do Ceará, Castello Branco, Instituto São Luís, da Imaculada Conceição, entre outros.

Bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1933, integra-se também ao magistério superior como professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa em 1948, ministrando a disciplina Introdução à Sociologia, acumulando a partir de 1949, com a cadeira de Teoria de Conhecimento, na Faculdade Católica de Filosofia.

Com a criação da Escola de Administração do Ceará, passou o Mestre a reger a cadeira de História da Doutrina Política, disciplina de que era profundo conhecedor. Lecionando ainda no Seminário Provincial de Fortaleza, de 1963-1964, ensinando Filosofia, e no Centro Universitário de Brasília.

Como professor sobressaiu-se não só pela sua capacidade intelectual como também pela finura de trato e memória privilegiada, fazendo de cada discípulo um amigo e um admirador.

Exerceu Parsifal Barroso outras atividades públicas: Procurador de 1ª Categoria do INPC, antigo IAPC, até sua aposentadoria, e Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, 1977.

É porém na política que Parsifal apareceu no cenário nacional. Casado com a filha do Deputado Francisco de Almeida Monte, político de notável evidência na zona norte do Estado, Deputado Estadual e Federal em mais de uma legislatura, repartiu com o genro a liderança política. Essa liderança se fez sentir logo em 1936, elegendo-se Deputado Estadual Classista, represen-

tante dos professores do Ceará. Repetindo seu mandato de 1946-1950, participou de toda fase de redemocratização do País, após o Estado Novo, agora eleito pelo Partido Democrático Cristão. Foi em 1950 eleito Deputado Federal pelo Partido Social Democrata (PSD). A senatoria vem logo, em 1954, eleito que foi pela coligação UDN-PTB-PR. Afastando-se do Senado em 1956, para exercer o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Eleito Governador do Estado, pela coligação PDS-PTB, cargo que ocupou com eficiência e prudência de 1959-1963. Volta à Câmara Federal em 1971, sendo reeleito em 1975, renunciando ao mandato em 1977, para assumir a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Como Parlamentar, chefiou a delegação brasileira na Confederação Internacional do Trabalho em Genebra, 1956; representou o Congresso Nacional na Assembléia Geral da União Interparlamentar, em Paris. Fez parte da Delegação Geral do Parlamento Latino-Americano, Guatemala.

As insígnias recebidas bem demonstram o prestígio político e social do professor Parsifal Barroso. O Grande Oficial da Ordem do Mérito de Trabalho (Brasil); Oficial de Leopoldo (Bélgica); Grande Oficial do Mérito Naval (Espanha); Grande Oficial da Ordem do Mérito (Paraguai); Comendador da Ordem do Mérito Naval (Brasil); Medalha do Mérito de Santos Dumont; Medalha do Mérito da Imperatriz Leopoldina; Medalha Justiniano de Serpa; Ordem do Mérito de Brasília; Medalha do Mérito da Polícia Militar; Comendador da Ordem de São Gregório Magno; Medalha da Abolição; Grande Oficial Mérito Tamandaré.

Como jornalista, militou na imprensa local, com temas ligados à política, à sociologia, à filosofia e à antropologia.

Em quase todas as páginas que escreveu, demonstrou sempre sua obra com base científica, filosófica e literária.

Deixou publicado:

- *As Theorias de Celba*. Tese de concurso para cadeira de Química do Liceu do Ceará, 1930.
- *Padre Nosso Irmão* (perfil do primeiro Papa, 1950).
- *O Cearense*, 1969.
- *Um Francês Cearense*, 1973.
- *Uma História da Política do Ceará — 1889-1954*, 1986.
- *Vivências Políticas*, 1987.

Casou-se com Raimunda Olga Monte, professora e escritora, no dia 9 de novembro de 1917, sendo a mesma filha do chefe político e ex-deputado Francisco de Almeida Monte e Maria Xerez Monte. Do matrimônio nasceram os filhos: Vera Maria, Francisco Regis, ex-Deputado Federal, Roberto Parsifal, Vice-Presidente do Citibank em Nova Iorque; Singlinda e Olga Emília.

Faleceu em Fortaleza, a 21 de abril de 1986.

FRANCISCO DE MENEZES PIMENTEL
(Menezes Pimentel)
1959-1971

Natural de Santa Quitéria, nasceu Menezes Pimentel a 12 de setembro de 1887.

Filho de José Balbino Ferreira Pimentel e Clara Menezes Pimentel.

Recebeu as instruções primárias em Pacoti e os estudos secundários no Liceu do Ceará, ingressando na Faculdade de Direito do Estado, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 8 de dezembro de 1914.

De origem modesta, soube, graças ao seu esforço e trabalho persistentes, galgar as mais destacadas posições: no magistério, desde mestre-escola a catedrático superior, assim como no desempenho das lutas públicas políticas, como parlamentar e homem de Governo.

Depois de auxiliar Monsenhor Tabosa na direção do Instituto São Luís, de Pacoti, na Serra de Baturité, transferiu-se com o colégio, em 1916, para Fortaleza, onde continuou a dirigi-lo, até 1946, ocupando as cadeiras de Português e Latim. Lecionou ainda, por vários anos, no Colégio da Imaculada Conceição e na Escola de Comércio Fênix Caixeiral.

Sua entrada no ensino superior deu-se apresentando a tese *A Liberdade Humana e às Teorias Modernas*, ao concurso para Professor da Faculdade de Direito. Aprovado por unanimidade de votos, nomeado no dia 11 de janeiro de 1918, mestre da disciplina Direito Romano. Tomou posse colando grau de Doutor, na sessão de 21 do mesmo mês. Transferiu-se depois para a cátedra de Filosofia do Direito.

Em 1921 foi o Dr. Pimentel designado Diretor da Faculdade com o apoio da congregação e dos alunos, função que ocupou até 1935.

Iniciou sua trajetória política em 1928, elegendo-se Deputado Estadual, mandato extinto pela Revolução de 1930, com a dissolução do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.

“Quando a retomada do processo político agitou a vida nacional, com reflexos no Ceará, a Legião Cearense do Trabalho, tendo à frente o arrebatado tribuno Severino Sombra, conclamava os segmentos operários do Estado para a defesa de seus direitos e prerrogativas. A Igreja também assumiria a tarefa de organização política da sociedade, a ponto de o Arcebispo Dom Manuel

da Silva Gomes apoiar o surgimento da Liga Eleitoral Católica, recomendando uma ação vigorosa para a eleição daqueles que mais se identificassem com as diretrizes a postulados cristãos”(1).

Com o apoio do clero e o prestígio pessoal, Menezes Pimentel disputou pela legenda da Liga Eleitoral Católica, o Governo do Estado. Eleito em momento crítico da política cearense, exerceu essa função até o golpe de Estado. A partir de 10 de novembro de 1937, passou a dirigir o Ceará, agora como Interventor Federal, com término em 1945.

Filiando-se ao Partido Social Democrata (PSD), Menezes Pimentel continuou a trajetória política, elegendo-se Vice-Governador no Governo do Desembargador Faustino de Albuquerque, candidato pela União Democrática Nacional (UDN), razão do não-afastamento deste do governo nem uma só vez, evitando assim o seu vice assumir a direção do Estado.

Em 1950, chefe do PSD, elegeu-se Deputado Federal para o mandato de 1950-1954.

Na gestão de Nereu Ramos foi chamado a ocupar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Candidatando-se ao Senado Federal na vaga deixada pelo General Onofre Moniz Gomes de Lima, sendo eleito para a Câmara Alta em outubro de 1958, com mandato de oito anos.

No Senado, participou das Comissões: Constituição e Justiça; Legislação Social; Finanças; Transporte; Comunicação e Obras.

Publicou:

- *Relações Exteriores;*
- *Serviços Públicos Civis;*
- *Serviço dos Estados para alienação de Concessão de Terras e Povoamento.*

Presidiu a Comissão de Educação e Cultura no período 1961-1962.

Reeleito em 1966, agora na vaga deixada com a morte do Senador Antônio Jucá, num mandato que se estendeu de 1967 a 1971, participando neste período das comissões de Agricultura, saúde, eruiço Público Civil e da Comissão do Polígono das Secas (1970).

Exerceu ainda as funções públicas de Juiz do Tribunal Eleitoral de 1931-1933.

Militou, ativamente, no jornalismo cearense, sendo redator dos jornais *O Nordeste* e *O Estado*.

Pertenceu à Academia Cearense de Letras, desde 1936.

Recebeu as insígnias seguintes:

(1) Mauro BENEVIDES, *Menezes Pimentel, o Educador, o Político e o Homem Público*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal; 1987, pp. 4-5

- Ordem Nacional do Mérito;
- Soberana Ordem dos Cavaleiros de São Paulo Apóstolo;
- Medalha “Mérito Tamandaré”, pelo Ministério da Marinha (1962);
- Diploma de “Grande Oficial” (do Mérito Naval, pelo Ministério da Marinha);
- Medalha do Pacificador, pelos serviços prestados ao Exército Brasileiro — Ministério da Guerra (1961);
- Medalha do Mérito Santos Dumont — Ministério da Aeronáutica (1963);
- Medalha “Marechal Hermes”;
- Medalha Marechal Caetano de Farias (1º Centenário de nascimento);
- Medalha do Pacificador (Duque de Caxias);
- Medalha Mérito (Instituto Nacional de Educação e Cultura);
- Medalha Comemorativa do Sesquicentenário — Prefeitura Municipal do Distrito Federal.

Casou-se a 19 de dezembro de 1914 em Pacoti, com Maria Brígida de Holanda Pimentel, filha do Capitão Ivô Holanda e de Ana Quitéria Barreira Holanda, tendo do matrimônio seis filhos:

- Marismênia;
- José Milton — bacharel em Direito;
- Francisco;
- Crisanto — bacharel em Direito;
- Maristela;
- Marinilce.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 19 de maio de 1973.

FAUSTO AUGUSTO BORGES CABRAL

(Fausto Cabral)

1959-1963

Fausto Cabral nasceu em Fortaleza a 21 de outubro de 1909. Filho de Raul Conrado Cabral, vulto de projeção no comércio cearense, proprietário da firma Conrado Cabral e Cia., e de Edith Borges Cabral.

Com o curso feito no Colégio Militar integrou-se nas atividades comerciais, substituindo o genitor na direção da firma, e logo destacando-se como presidente da Associação Comercial do Ceará; Diretor do Sindicato dos Lojistas; Diretor do Banco de Crédito Comercial; membro do Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil; Presidente do IAPI.

Na política, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, foi membro do Diretório Regional e da Executiva Nacional.

Segundo Abelardo Montenegro, organizado o Movimento Unificador do Ceará, integrado por figuras dos circuitos comerciais e industriais de Fortaleza, visando à restauração da vida econômica do Ceará e a sanidade das finanças estaduais, foi incluído o nome de Fausto Cabral na chapa da coligação PTB, UDN e PR, como suplente do Senador Parsifal Barroso.

Assumiu o mandato de 1950 a 1954, quando o titular foi designado Ministro do Trabalho, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, exercendo o mandato definitivamente de 1º de abril de 1959, quando Parsifal Barroso elegeu-se Governador do Ceará, com término em 31 de janeiro de 1963.

Na Câmara Alta, foi membro das Comissões de Legislação Social; Constituição e Justiça; Educação e Cultura; Finanças Econômicas e Transporte; Comunicação e Obras Públicas.

Foi Vice-Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, de 1961-1962.

Casado com Lucy Gentil Cabral, filha de Antônio da Frota Gentil e Dagmar da Frota Gentil. Filhos:

- Raul Cabral Neto — economista;
- Veralucy — falecida;
- Antonio Augusto Gentil Cabral — jornalista;

- Maria Pia Gentil Fernandes;
 - Ana Lucy Gentil Cabral — jornalista e diplomata;
 - Fausto Augusto Gentil Cabral — administrador de empresa.
- Faleceu, a 1º de fevereiro de 1963.

PAULO SARASATE FERREIRA LOPES
(Paulo Sarasate)
1961-1968

A cidade de Fortaleza foi berço de Paulo Sarasate, onde nasceu a 3 de novembro de 1908. Filho do maestro Henrique Jorge Ferreira Lopes, uma das mais notáveis expressões da arte musical do Ceará e do Brasil, e de Júlia Jorge Ferreira Lopes.

Com o curso primário feito no Instituto de Humanidades, dirigido pelo professor Joaquim Nogueira, e no Colégio Miguel Borges, hoje Colégio Castello Branco, concluiu os preparatórios no Liceu do Ceará, em 1925.

Muito jovem ingressou na Faculdade de Direito, colando grau em 8 de dezembro de 1930.

O magistério primário foi sua primeira atividade, quando ainda como aluno, fazia parte do corpo docente do Instituto de Humanidades.

Formado, exerceu as funções de secretário da própria faculdade e posteriormente a de Inspetor Federal desta. Foi ainda Procurador da Junta de Sanções e Inspetor Federal do Ensino. Sua vocação para o magistério se solidificou quando, juntamente com o Dr. Antônio Filgueiras Lima, fundou, em 1938, o Colégio Lourenço Filho, do qual foi diretor.

O brilho de sua inteligência e a sua ousadia viriam a refulgir na imprensa local, quando com o jornalista Perobyre Silva dirigiu o panfleto *A Farpa*, iniciativa que lhe custou muitas perseguições e dissabores. Continuou a mostrar talento jornalístico, redigindo com Demócrito Rocha, seu sogro, a revista *Ceará Ilustrado*, e foi ainda com Demócrito que em 7 de junho de 1928, fundou o jornal *O Povo*, do qual foi redator-chefe, diretor, imprimindo-lhe feição moderna, técnica e inteligente.

Mereceu destaque, também, no fórum local, como advogado.

Foi porém na política que o prestígio de Paulo Sarasate extrapolou os limites de sua terra natal. Primeiro, elegendo-se Deputado à Assembléia Constituinte Estadual, em 1934; liderando a maioria parlamentar, constituída pelo Partido Social Democrata, fazendo forte oposição ao Governo do Dr. Francisco de Menezes Pimentel. Perdeu o mandato com o chamado golpe do Estado Novo.

Com a redemocratização do País, voltou ao Parlamento, eleito em 1945, pela União Democrática Nacional. Como Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, integrou o Comitê Especial que foi incumbido dos trabalhos da elaboração da Constituição Brasileira de 1946. Reelegeu-se para as legislaturas de 1951-1963-1967.

No Parlamento, demonstrou seu interesse pelos problemas de ordem social e econômica, quando usava a tribuna em defesa dos interesses do Nordeste, do monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos e de eletricidade, bem como a participação dos empregados nos lucros das empresas, do funcionalismo público e dos problemas do inquilinato.

Em 1954, tomou posse como Governador do Ceará, candidato que fora da coligação UDN-PTB-PR, obtendo maioria sobre seu competidor, o Dr. Armando Ribeiro Falcão, candidato do PSD, numa campanha política, que na opinião de Abelardo Montenegro, "atingia proporções inauditas. Distribuam-se, na capital cearense, cartas que continham torpes acusações contra a honra de diversas famílias... O Governador Stênio Gomes secundava apelo dirigido pelo Arcebispo Metropolitano de Fortaleza aos candidatos Paulo Sarasate e Armando Falcão, no sentido de que ambos concorressem para a suavização da campanha eleitoral, que descambava para o terreno das retaliações pessoais e das descomposturas."⁽¹⁾

Sarasate, por problemas de saúde, não terminou sua gestão, passando o Governo ao Vice, Flávio Portela Marcílio.

Nas eleições de 1965, elegeu-se Senador da República, tomando posse em 1º de fevereiro de 1966, pela Aliança Renovadora Nacional, de que era presidente. Colaborou com o Governo na Revolução de 1964 e o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no preparo da Constituição de 1967, e foi o responsável pela revisão gráfica da mesma.

Na Câmara Alta, foi vice-presidente da Comissão de Finanças, vice-líder do Governo, presidente da Comissão Diretora Regional da Arena.

Como Deputado, Senador e Governador do Estado, Sarasate deixou realizações as mais fecundas, representadas pela criação de hospitais, escolas, serviços de instalação de água, rodovias, prédios públicos etc.

Merceu, entre outras insígnias:

- Ordem do Mérito Militar;
- Ordem do Mérito Santos Dumont;
- Ordem do Mérito da Aeronáutica;
- Ordem do Mérito Naval;
- Medalha do Mérito Tamandaré;

(1) Abelardo MONTENEGRO. *Os Partidos Políticos do Ceará*. p. 151.

- Medalha da Inconfidência — Governo de Minas;
- Diploma da Grande Medalha da Inconfidência.

Deixou publicados:

- *Legítima Defesa*, 1933.
- *Porque Devemos Combater o Nazismo*, 1942.
- *O Problema do Nordeste em face da Constituição*, 1946.
- *A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos*, 1967.
- *O Rio Jaguaribe é uma Artéria Aberta* (Bibliografia de Demócrito Rocha). 1968.
- *A Participação nos Lucros e na Gestão das Empresas*, 1968.

Casou-se em Fortaleza, no dia 3 de setembro de 1937, com Albaniza do Carmo Rocha, nascida a 5 de janeiro de 1916, filha do Dr. Demócrito Rocha, baiano da cidade de Caravelas, professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, deputado, jornalista, cronista e poeta, e de Creusa do Carmo Rocha.

Albaniza foi-lhe a companheira de jornadas democráticas, a conselheira e amiga durante 31 anos, continuadora dos trabalhos de seu pai e do esposo na empresa jornalística “O Povo S.A.”, como presidente até seu falecimento em 2 de maio de 1985.

Sem filhos, faleceu Sarasate no Hospital dos Servidores do Estado, na Guanabara, no dia 23 de junho de 1968.

CARLOS JEREISSATI

1963

Nasceu Carlos Jereissati a 2 de dezembro de 1916.

Filho do comerciante libanês Azis Kalil Jereissati e de Maria José Boutala Jereissati.

Com o curso secundário feito no Colégio Cearense e no Colégio Militar de Fortaleza, ingressou na empresa privada como auxiliar da firma Azis Kalil Jereissati dirigida por seu pai. Com o falecimento deste, assumiu a sua chefia mudando o nome para Carlos Jereissati & Cia., especializada no ramo de tecidos, diversificando-se para outros setores: industrial, agrícola, imobiliário etc. Homem de visão ampla, interessou-se pela agricultura e a pecuária, incentivando no estado, o cultivo do café, do caju e algodão. Investiu recursos próprios na melhoria da pecuária; interessou-se pela construção civil e hotéis de luxo.

Adquiriu e dinamizou a indústrias no Ceará e fora dele. Sua capacidade comercial e administrativa pode ser confirmada pelo complexo comercial e industrial que integra o Grupo Jerèssati, hoje acrescido e dirigido por seus filhos: Companhia Imobiliária e Agropecuária Jereissati; Grande Moinho Cearense S/A; Metalúrgica La Fonte S/A (São Paulo); Itaitinga S/A — Sociedade Comercial, Industrial e Agrícola (São Paulo); Empresa Hoteleira Savannah S/A; Esplanada Hotel S/A; Congregado Comercial dos Shoppings Centers por vários estados do Brasil e outros.

Prestígio lhe sobrou para ser escolhido pela classe produtora do Ceará Diretor da Associação Comercial e do Centro dos Importadores de Fortaleza.

Militante do Partido Trabalhista Brasileiro desde 1949, quando foi escolhido presidente da Comissão Coordenadora do Partido, registrada em 12 de fevereiro daquele ano. Chegou a ser Presidente Nacional do PTB.

Eleito por seu Partido Deputado Federal em duas legislaturas (1954-1958 e 1958-1962). Em 1962, elegeu-se Senador, concorrendo com Tancredo de Alcântara, do PTN, numa acirrada campanha eleitoral, onde quantias vultosas foram gastas na compra de votos.

Avaliando aqueles que viveram o período que o custo normal de um mandato de Deputado Federal oscilava entre 10 a 15 milhões de cruzeiros.⁽¹⁾ Na opinião de Abelardo Montenegro, as eleições de 1962 realizaram-se em clima de ordem e paz devido à aliança entre as agremiações PSD e UDN. A influência do Poder Econômico fazia-se sentir de ambos os lados circunscrevendo-se quase inteiramente à eleição de deputados federais e estaduais.⁽²⁾

Usou seu prestígio político para reivindicar a construção do Hospital Geral do Instituto de Previdência Social e os prédios do Ipase, IAPC e outras melhorias para o Estado.

No Senado Federal fez parte da Comissão Diretora, como terceiro suplente.

Casou-se em Fortaleza, a 20 de janeiro de 1945, com Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, filha do Dr. Carlos Ribeiro, médico, laboratorista, expoente da classe médica no Ceará e vulto de evidência na sociedade de Fortaleza.

Do casamento nasceram:

— Carlos Francisco Ribeiro Jereissati — comerciante e industrial de grande projeção;

— Tasso Ribeiro Jereissati — empresário de sucesso. Disputando uma eleição pela primeira vez ao Governo do Ceará, em 1987 venceu a chamada oligarquia dos coronéis com uma expressa votação de 1.407.693 sufrágios. Casado com Renata Queiroz Jereissati, filha do industrial Edson Queiroz e Iolanda Queiroz.

— Diane

— Vera

— Hugo — industrial

— Aíla

Morreu no Rio de Janeiro no início de seu mandato, a 9 de maio de 1963, sepultado no cemitério São João Batista de Fortaleza, numa apoteótica manifestação popular.

(1) Abelardo MONTENEGRO. *Os Partidos Políticos do Ceará*. p. 171.

(2) Id. *Ibid.*, p. 175.

ANTÔNIO JORGE DE QUEIROZ JUCÁ

(Antônio Jucá)

1963-1965

Nasceu Antônio Jucá em Crateús, a 2 de março de 1915. Filho do comerciante Leonel Jucá Bezerra e Maria Jorge de Sousa Jucá.

Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, obtendo durante todo o curso o primeiro lugar, concluindo-o em 1937. No Hospital Couto Maior daquele Estado, foi acadêmico interno de 1935 a 1937.

Escolhendo para clinicar o seu Estado natal, tornou-se, desde logo, ídolo dos discípulos e o médico de confiança de seus clientes. A opinião dada pelo Dr. Célio Brasil Girão, seu Assistente na Faculdade de Medicina da UFC e amigo, é bem a comprovação: “dos novos cardiologistas que aqui chegavam ou aqui se formaram não havia um que não visse nele um grande médico, um incomparável diagnosticador e um excelente professor de medicina”.

A simples leitura de seu *curriculum vitae* mostra que isso não era uma impressão, mas uma comprovação. Cardiologista de uma cidade inteira, de um Estado inteiro, de uma região inteira, não se decidia nada [...] sem que lhe ouvisse a opinião.

Na Faculdade de Medicina falava em nome da Clínica Médica. Toda a cirurgia de porte [...] inclusive a cirurgia cardiovascular, se apoiava nos seus conhecimentos, na sua competência [...] Aluno querido de Paul White, no Massachusetts General Hospital, o grande mestre americano, traduziu esse respeito e esse afeto ao seu assistente fazendo afixar na parede de seu gabinete, em Harvard, o retrato do cearense Antonio Jucá. Na Tulane University, fez estágio com esse outro notável cardiologista americano, Prof^o George Burch, Editor Chefe do American Heart Journal e chefe do Departamento de Medicina Interna daquela Universidade em New Orleans”.⁽¹⁾

Como um dos fundadores e professor da Universidade Federal do Ceará, mais uma vez fez estágio nos Estados Unidos, em Chicago, escrevendo a tese que devia defender em concurso, que não foi necessário ser realizado. É ainda Célio Girão quem diz: “sempre na vanguarda levou a cardiologia

(1) Célio Brasil GIRÃO. *História da Medicina no Ceará. Ceará Médico*, ano 2, nº 2, 1980.

para Porangabuçu — o primeiro sreviço da faculdade a se instalar ali, bem antes dos demais. Introduziu no Ceará o cateterismo cardíaco, sendo responsável ainda por outros progressos no ensino e na clínica médica de seu Estado”.⁽²⁾

Exerceu outras funções públicas: Médico do IAPI, através de concurso público, obtendo o primeiro lugar em todo o Brasil. A esse órgão presidiu de 1959 a 1960; Presidente do Centro Médico Cearense e Presidente do Congresso Brasileiro de Cardiologia, realizado em Fortaleza, em 1951.

Como suplente de Senador na chapa que concorreu à eleição de 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro, assume a Câmara Alta, em 1963, função que exerceu até 1965.

Casou-se em Fortaleza, a 14 de dezembro de 1940, com Maria Júlia Montenegro Jucá, de cujo consórcio nasceram:

- Gláucia Montenegro Jucá;
- Afrânio Montenegro Jucá;
- Lúcia Montenegro Jucá;
- Vanda Montenegro Jucá;
- Ana Maria Montenegro Jucá.

Faleceu no Rio de Janeiro a 26 de outubro de 1965.

(2) *Ibid.*,

WILSON GONÇALVES

1963-1978

Natural de Cajazeiras, na Paraíba, nasceu Wilson Gonçalves a 6 de outubro de 1914. Filho de Zacarias Gonçalves da Silveira e Adília Gonçalves Cavalcante; família radicada na cidade do Crato, Ceará.

Com o curso primário feito no Colégio Diocesano e o secundário no Ginásio do Crato, ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, colando grau em Ciências Jurídicas e Sociais em 8 de dezembro de 1937.

Recém-formado, passou a exercer a advocacia, a princípio na zona sul do Estado, bem como nos Estados limítrofes de Pernambuco e Paraíba, estendendo-se, depois, a Fortaleza e comarcas próximas. Em, 7 de janeiro de 1938, assumiu as funções de Secretário Geral da Prefeitura Municipal do Crato, sendo eleito Prefeito desta cidade para a gestão 1943-1945.

Militante do Partido Social Democrático, elegeu-se Deputado à Assembleia Legislativa do Estado, em 19 de janeiro de 1947, participando, de início, como membro da Comissão Constitucional, na elaboração da Constituição do Ceará, promulgada a 23 de junho de 1947 e, em seguida, dos trabalhos da legislação ordinária, que se estendeu até março de 1951. Reeleito Deputado Estadual para as duas legislaturas seguintes, de 1951 a 1955 e 1955 a 1959, passou a pertencer a várias Comissões Permanentes, inclusive à Comissão de Constituição e Justiça e à de Finanças, tendo sido Presidente desta última.

Elegeu-se Vice-Governador do Estado, em 1958, para o quadriênio de 1959-1963, inscrito sob a legenda das Oposições Coligadas (PSD e PTB), com 267.157 votos. Interinamente, substituiu o Governador do Estado em 27 ocasiões.

Eleito Senador da República pela coligação UDN, PSD, PTN, em 7 de outubro de 1962, tomou posse no dia 1º de fevereiro de 1963. Neste período foi Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e membro titular da Comissão de Projetos do Executivo e do Polígono das Secas, pertencendo ainda a várias outras Comissões Especiais. Mistas e de Inquérito, inclusive à Comissão Mista que apreciou Projeto que se converteu na Constituição Federal de 1967.

Reelegeu-se Senador em 1970, agora como candidato do partido da Revolução — ARENA, com sufrágio de 407.362 votos. Nesta gestão, foi novamente membro titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e do Distrito Federal, sendo presidente desta última. Participou, também, das Comissões de Relações Exteriores e outras Comissões Mistas.

Na Câmara Alta, exerceu o cargo de Vice-Presidente em duas fases, 1970 e 1975 a 1976. Renunciou ao mandato em 21 de novembro de 1978 para assumir o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Assumiu a cadeira no Senado o Dr. Ernando Uchoa Lima.

A partir de sua posse no Tribunal em 22 de novembro de 1978, integrou a primeira turma do Tribunal Federal de Recursos, passando a pertencer à Sexta Turma do mesmo Tribunal em 1º de agosto de 1980; foi membro titular do Conselho de Administração do Tribunal Federal de Recursos; membro titular do Conselho de Justiça Federal do mesmo Tribunal e Ministro-Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.

Exerceu ainda as funções de Professor Titular de Direito Comercial da Escola Técnica de Comércio do Crato; Professor de instituições de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato e Professor de Direito Tributário da Escola de Administração do Ceará, ambas da Universidade Estadual do Ceará.

Nas suas gestões políticas participou de congressos e conferências no País e no exterior:

— representou o Congresso Nacional na 54ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Ottawa, no Canadá — 1965.

— integrou a delegação do Senado Federal na Assembléia Ordinária do Parlamento Americano, em Lima, Peru — 1965.

— integrou a mesma delegação em Montevideú. Uruguai — 1967.

— participou da 101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Genebra, Suíça.

— participou, como delegado, do Congresso Nacional, da 56ª Conferência da União Interparlamentar, Lima, Peru — 1968.

— participou da Reunião do Conselho da mesma entidade, realizada em Dacar, Senegal — 1968.

— tomou parte na Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-Americano, Assunção, Paraguai — 1968.

— chefiou a delegação brasileira à V Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, em Caracas, Venezuela — 1971.

— presidiu a delegação brasileira ao I Seminário Continental sobre Colonização e Reforma Agrária, Bogotá, Colômbia — 1972.

— chefiou a delegação brasileira à VI Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, Guatemala, 1972.

— Participou, como coordenador, da delegação do Congresso Brasileiro à 1ª Conferência do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu — Bogotá, Colômbia, 1974.

— Chefiou a delegação do Congresso Brasileiro à VIII Assembléia Ordinária do Parlamento — Caracas, Venezuela, 1975.

— Fez parte da delegação do Congresso Brasileiro à reunião conjunta das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica do Parlamento Latino-Americano, Corazon, 1976.

— Fez-se presente à Terceira Reunião Conjunta do Parlamento Latino-Americano e do Parlamento Europeu, no México, 1977.

— Tomou parte na reunião da Comissão Permanente de Estatuto e Regulamento — Assunção, Paraguai, 1977, dentre outras.

Tem as seguintes insígnias:

— Condecoração Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, 1971.

— Medalha do Congresso Nacional da Colômbia, 1975.

— Medalha Clóvis Beviláqua.

— Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

— Comenda da Ordem do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

— Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional do Brasil, 1975.

— Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal.

— Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília, 1978.

— Medalha Comemorativa do Centenário de falecimento do Duque de Caxias, 1980.

— Medalha do Mérito Municipal, Câmara Municipal do Crato, Ceará.

— Grande Oficial da ordem do Ipiranga, São Paulo, 1983.

— Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasília, 1983.

Publicou:

— *Matéria jurídica e forense sobre habeas corpus...*

— *V Assembléia Ordinária* (Parlamento Latino-Americano — Relatório, 1971).

— *I seminário Continental sobre Reforma Agrária e Colonização* (Relatório, 1972).

— *A Revolução e o Ensino* (discurso), 1975.

— *Reforma Constitucional para o Ministério Público* (discurso), 1976.

— *Síntese de Uma Atuação Parlamentar*, 1978.

Casou-se na cidade do Crato com Amália Cavalcante Gonçalves, filha de José Alves Cavalcante e Isabel Marçal Cavalcante, no católico a 6 de outubro de 1938, celebrado pelo Monsenhor Francisco de Assis Feitosa, e no civil no dia 3 de fevereiro de 1939, oficializado pelo Juiz Hermes Paraíba.

Da união nasceram:

— Neda — bacharela em Direito, casada com Jonatha Nunes de Barros, médico, ex-Secretário de Saúde do Estado.

— Wilson Gonçalves Júnior — bacharel em Direito.

— Ronaldo Cavalcante Gonçalves — advogado, funcionário do Senado Federal.

JOSÉ WALDEMAR ALCÂNTARA E SILVA
(Waldemar Alcântara)
1968-1975

Nasceu Waldemar Alcântara em São Gonçalo do Amarante, Ceará, a 12 de abril de 1912. Filho do proprietário rural Raimundo Nonato da Silva e Luisa Alcântara e Silva.

Com o curso secundário concluído no Colégio São João, em Fortaleza, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, colando grau em 1938.

Depois de fazer o curso de Médico Sanitarista, foi nomeado chefe do posto de saúde de Quixadá, Transferindo suas funções médicas para a capital, assumiu a chefia do posto de saúde de Fortaleza, passando em seguida a dirigir o Serviço de Epidemiologia do Departamento Estadual de Saúde. Em 1945 foi escolhido presidente do Centro Médico do Ceará, tendo assumido antes (1942) a direção da Policlínica de Fortaleza. Diretor do Hospital Sanatório de Maracanaú e superintendente da Capanha Nacional contra a Tuberculose:

Iniciou-se no magistério como professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, da qual foi um dos fundadores e diretor por duas vezes — 1957 e 1963. Diretor do Instituto de Medicina Preventiva da mesma Universidade, membro do Conselho Universitário, merecendo, assim, o título de Professor Emérito e “Doutor Onoris Causa” da mesma Universidade, Secretário de Saúde do Estado do Ceará; diretor do BNB.

Entrou para a política, integrando o Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se Deputado Constituinte em 1947-50, galgando na Assembléia Estadual os cargos de 1º Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social.

Em 1951, no Governo do Dr. Raul Barbosa, passou a dirigir a Secretaria de Educação do Estado, cargo que ocupou até 1953.

Nas eleições de 1954, candidatou-se a uma cadeira na Câmara Federal, conseguindo apenas eleger-se 1º suplente, vindo a assumir o mandato com a morte do Deputado Walter de Sá Cavalcante. Em 3 de outubro de 1958, elegeu-se suplente de Senador na chapa do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, pela coligação PSD, PTB e PRD. Assumiu em 12 de novembro de 1963.

Com a extinção dos partidos, em 1965, e a instalação do bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional ARENA e Movimento Democrático Brasileiro

(MDB), Waldemar de Alcântara se filiou à Arena, elegendo-se suplente de Senador nas eleições de 1966, compondo a chapa com Paulo Sarasate. Efetivando-se no cargo com a morte deste, assumiu o mandato a 17 de outubro de 1968. No Senado foi membro da Comissão de Saúde; Presidente da Comissão de Segurança Nacional e de Assuntos Regionais.

Em eleições indiretas foi escolhido pela Assembléia Legislativa Vice-Governador do Estado, no Governo Adauto Bezerra, em sessão de 3 de outubro de 1974.

Com a renúncia do titular, candidatando-se à Câmara Federal, assumiu o Governo do Estado do Ceará, de 28 de fevereiro de 1978 a 15 de março de 1979.

Membro da Sociedade Cearense de Cardiologia, do Instituto do Câncer do Ceará e da Academia Cearense de Medicina.

Publicou:

— *Ação Parlamentar do Senador Waldemar Alcântara* — Senado Federal, 1974.

— *Problemas do Nordeste, Irrigação*. Discurso pronunciado na Sessão de 2 de junho de 1970.

Casou-se em Anacetaba — Ceará, a 20 de maio de 1939, com sua prima Maria Dolores de Alcântara, filha de Adelino Cunha Alcântara.

Do consórcio nasceram:

— Lúcio Gonçalo de Alcântara — médico. Secretário Estadual de Saúde (1971-1973); Secretário Estadual para Assuntos Municipais (1978—79); Prefeito de Fortaleza pela Arena (1979-1982); Deputado Federal pelo PDS (1982-1986). Candidato à Prefeitura de Fortaleza (1985), foi derrotado. Deputado Constituinte (PFL) 1986. Vice-Governador do Estado do Ceará pela coligação “Ceará Melhor”. Acumulado o cargo de Secretário de Saúde do Estado, assumiu em 15 de março de 1991.

— Lúcia Maria de Alcântara Albuquerque.

— Luiza Maria de Alcântara.

— Lília Maria de Alcântara e França.

Faleceu em Fortaleza, a 10 de dezembro de 1990.

VIRGÍLIO DE MORAES FERNANDES TÁVORA

(Virgílio Távora)

1971-77/1983-88

Nasceu Virgílio Távora em Fortaleza a 29 de setembro de 1919.

Filho de Manuel do Nascimento Fernandes Távora, médico, professor, jornalista e político de renome. Presidente de partidos, Deputado, Interventor Federal e Senador da República. Constituinte de 1946 e chefe da Revolução de 1930, no Ceará, e de Carlota Augusto de Moraes Fernandes Távora.

Com os preparatórios à carreira militar, feitos nos colégios militares de Fortaleza e do Rio de Janeiro e na Escola Militar do Realengo, conclui o curso em 1938, obtendo o 1º lugar da turma de Engenheiro Militar. Promovido a 2º Tenente em 1939; 1º Tenente em 1941; Capitão em 1944. De 1943 a 1947, fez o curso de Estado-Maior do Exército; promovido a Major em 1950; Tenente-Coronel em 1955.

Após a conclusão do curso da Escola Superior de Guerra e de Atualização da Escola de Comando e Estado-Maior, foi promovido a Coronel em 1960, posto em que se reformou.

Iniciou-se nas lides políticas em 1950, elegendo-se Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN), com mandato até 1954, partido de que foi Secretário-Geral da Executiva Nacional em 1953 e Vice-Presidente em 1957-1959.

Na Câmara dos Deputados, enfrentando oposições, intensifica uma campanha pela eletrificação total do Ceará, campanha esta que obteve vitória quando inaugurou, como Ministro de Obras Públicas, a chegada ao cariri da energia de Paulo Afonso, energia que só chegou a Fortaleza, em 1º de fevereiro de 1965.

Nas eleições de 1958, candidatou-se ao Governo do seu Estado, pela coligação UDN-PSP-PR, sendo preterido pelo candidato apoiado pelos partidos PSD-PTB, Parsifal Barroso.

Neste período, é indicado pela União Democrática Nacional, como representante da Oposição, no conselho de Administração da Novacap, da qual foi diretor.

Retornou à Câmara Federal para um novo mandato de 1966-1970; nesta época presidiu à Comissão de Orçamento do Governo.

Em 1960, coordenou a campanha de Jânio Quadros ao Governo da República, mas é na de João Goulart, que é indicado pelo seu Partido, Ministro de Viação e Obras Públicas.

Renunciou ao cargo para concorrer às eleições ao Governo do Ceará, em 1962, pela coligação PSD-UDN-PTN, a denominada *União pelo Ceará*; obtendo esmagadora votação. Tomou posse em 25 de março de 1963, com mandato até 1966.

À frente da administração estadual, deu início a um novo tipo de governo, com base no planejamento e na pacificação política, dotando o Ceará de infra-estrutura indispensável ao seu desenvolvimento. Empregou seus esforços para mudar o perfil da economia cearense, patrocinando a instalação do VII Pólo Industrial.

Renunciou ao Governo, antes do seu término para concorrer às eleições de 1966, como deputado federal para Aliança Renovadora Nacional, seu novo partido.

Concorria ao mandato, não em situação tão tranqüila, como nas anteriores, uma vez que, na opinião de Abelardo Montenegro "a corrupção e fraude (...) prosseguia na característica da vida política cearense".⁽¹⁾

Na Câmara dos Deputados em todas as gestões, uma voz se fez ouvir, nas campanhas parlamentares em favor da Petrobrás; pela valorização do Nordeste, quando foi Relator-Geral de Estudo da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (CONCNE), na qual são propostas medidas para o desenvolvimento e integração da região à economia nacional. Atuou na campanha para utilização da energia nuclear para fins pacíficos, representando o Brasil no XII Congresso Internacional de Energia Nuclear.

Elegeu-se Senador da República nas eleições ocorridas em 1970, tomando posse em 1º de fevereiro de 1971. Na Câmara Alta integrou as Comissões de Finanças (vice-Presidente), Economia, Orçamento e Segurança Nacional. Relator dos Projetos da Telebrás e da Perimetral Norte. Membro das Comissões de Relações Exteriores; Transporte e Segurança Nacional, bem como da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (1972); Vice-Líder do Governo para assuntos econômico-financeiros (1973-1974); Presidente da Comissão de Finanças (1973-1974); Vice-Líder do Governo (1975-1978); Relator do projeto Petrobrás; Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (1975-1976). Voltou ao Governo do Ceará, agora escolhido pela Assembléia Legislativa, para dirigir seu Estado durante o quadriênio 1978-1982.

Neste período de sua administração, merecem destaque entre outras realizações: a criação da Companhia Docas do Ceará; a criação do Banco do

(1) Abelardo MONTENEGRO. *Os Partidos Políticos do Ceará*, p. 194.

Estado (BEC); a instalação do primeiro Distrito Industrial; a Secretaria de Planejamento; a instalação do Sistema de Microondas do Estado; o tronco principal da transmissão de TV e telefone para Sobral e Russas incentivou o turismo melhorando alguns aeroportos do Estado e intensificando a propaganda; construiu o sistema Pacoti-Riachão, aumentando a capacidade de água fornecida à cidade de Fortaleza, antes servida, apenas, pelo açude Acarape.

Em entrevista ao jornal *O Povo*, de 10 de março de 1988, quando foi homenageado com o título de “Personalidade do Povo”, ocasião em que aquele jornal festejava o 60º aniversário de sua fundação, e oferecia a Virgílio Távora, a recém-criada medalha Albaniza Sarasate, falou o homenageado de sua segunda gestão como governador: — “No primeiro Governo... lancei a base para o desenvolvimento do Estado. No segundo, lutei indormidamente para tornar realidade tal objetivo, tendo como metas possessivas: mudança do perfil da economia cearense; promoção social das comunidades, grupos e pessoas carentes; reestruturação administrativa”.

Desincompatibilizou-se do Governo para concorrer às eleições de 1982 à senatória pelo Partido Democrata Social (PDS), eleito com uma votação de 1.120.069 sufrágios, para um mandato que terminaria em 1990.

Como na primeira legislatura, Virgílio Távora participou ativamente dos trabalhos da Câmara Alta, como Líder do Governo de 1983-1984, para assuntos econômicos; Relator da Comissão Mista que apreciou o projeto do Executivo do qual se originou a Lei da Informática.

Constituinte, foi Relator Auxiliar da Comissão de Sistematização; Coordenador do chamado grupo dos 32, que desempenhou papel fundamental de equilíbrio na confecção da nossa Carta Magna.

Respeitado pela sua atuação política, participou de missões importantes no País e no exterior, tais como:

— Observador parlamentar junto a XII Conferência Geral da Agência internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, 1968.

— Membro da Delegação Brasileira à Conferência Interparlamentar de Roma, 1973.

— Chefe da Delegação Brasileira à LXI Conferência Interparlamentar de Tóquio, 1974.

— Chefe da Delegação Brasileira ao 118º Congresso Interparlamentar — Cidade do México, 1976.

— Membro da Comitativa Oficial do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em sua viagem ao Japão, 1976.

— Observador Parlamentar junto à XXI Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rio de Janeiro, 1976.

— Membro da Comissão Oficial do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em sua viagem à Alemanha, 1978.

Possui, entre outras, as seguintes medalhas e títulos honoríficos:

- Medalha Duque de Caxias;
- Prêmio Valor Militar;
- Medalha Marechal Hermes (Estrela de Ouro);
- Medalha Mauá — Serviços Relevantes;
- Medalha do Pacificador;
- Medalha da Ordem do Tesouro Sagrado (1ª classe — Japão);
- Medalha do Mérito Agrícola;
- Medalha de Tamandaré;
- Medalha Cândido Rondon;
- Medalha do Patriarca;
- Medalha José Bonifácio;
- Medalha do Sesquicentenário do Senado Federal;
- Sereia de Ouro — Ceará
- Medalha Bárbara de Alencar;
- Medalha da Abolição;
- Medalha Albaniza Sarasate;
- Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Ceará;
- Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Filosofia do Ceará;
- Doutor *Honoris Causa* pela Escola de Administração do Ceará;
- Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Fortaleza;
- Cidadão Honorário de vários municípios do Ceará
- Cidadão Honorário de Parnaíba — Piauí.

Publicou:

- *Plano de Recuperação Econômica do Ceará*, 1951.
- *Plano de Metas Governamentais*, 1961.
- *Resultados de uma Administração Planificada*, 1966.
- *Em Defesa da Livre Iniciativa*, 1967.
- *Em Defesa da Política Nuclear*, 1974.
- *Portobrás*, 1975;
- *Enfoque Realístico da Seca do Nordeste*, 1976.
- *Fixação de um Pólo Metal-Mecânico no Nordeste*, 1976.
- *Análise da Política Agropecuária Brasileira*, 1976.
- *Política Econômica do Governo Federal*, 1976.
- *Petrobrás — Esclarecimentos*, 1976.
- *118ª Reunião do Conselho Interparlamentar no México*, 1976.
- *Empresa Privada Nacional*, 1976.
- *Considerações sobre a Política Preconizada pelo MDB para o Setor de Energia*, 1976.
- *Medidas de Amparo à Zona Semi-Árida*, 1976.
- *Acordo Tripartite entre Alemanha e AIEA sobre Energia Nuclear*, 1976.

- *O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e a Universidade. Aula Magna dos Cursos da Universidade Federal do Ceará*, 1977.
- *Política Nacional de Informática*, 1985.
- *Trabalhos Legislativos — Pareceres e Discursos*, 1966.
- *Trabalhos realizados na Assembléia Nacional Constituinte*, 1986.

Casou-se a 5 de maio de 1953, no Rio de Janeiro, com Luiza Moraes Correia Távora, dinâmica auxiliar nos programas sociais de seus governos. Filha de Luís Moraes Correia, professor da Faculdade de Direito do Ceará, Juiz Federal e Secretário de Governo, e Esmerina Silva Correia. Do seu casamento nasceram: Carlos Virgílio, engenheiro civil e pela segunda vez, deputado federal constituinte, e Tereza Maria, engenheira civil.

Seu falecimento em São Paulo, a 3 de junho de 1988, foi motivo de pesar para a classe política, econômica e o povo cearense em geral, documentadas pelas declarações de populares e representantes de classes, onde se pode ler:

“Perde o Ceará a sua mais expressiva força política. Trata-se de um homem público da maior responsabilidade. Amante do Ceará e a quem o Ceará e o Brasil devem os mais relevantes serviços. Todos estamos de luto.”⁽¹⁾

(1) *Diário do Nordeste*, de 4 de junho de 1988.

JOSÉ DIAS MACEDO

1971 — 1977

José Dias Macedo nasceu em Camocim, a 8 de agosto de 1919. Filho de Manuel Dias Macedo e Georgina Leitão de Macedo.

Seus primeiros estudos foram feitos em sua cidade natal. O curso secundário no Liceu do Ceará, concluído o de Contabilidade na Fênix Caixeiral, graduando-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.

Membro de uma família de poucos recursos financeiros, passou de auxiliar da pensão de seus pais a um escritório de representação de tecidos e outros produtos, transformando-se na J. Macedo & Cia., representante dos Jeep Willy, fabricados nos Estados Unidos, surgindo daí o conglomerado de empresas do grupo J. Macedo S.A. Comércio Administração e Participação: Aguanambi Diesel S.A., Veículos e Motores; CEMEC — Construções Eletromecânicas S.A.; Companhia Pneus Tropical; Comercial J. Macedo S.A.; COPAN — Companhia de Produtos Alimentícios do Nordeste; Fazenda Canhotinho S.A.; Fazenda Campolina Ltda.; Fama Industrial S.A.; Maranhão Diesel S.A. — MADISA; Moinho Atlântico S.A.; Moinho Nordeste S.A.; Moinho Salvador S.A.; Moinho Fortaleza S.A.; Produtos Água Central S.A Indústria e Comércio; Companhia Quixadá Comercial e Importadora; Bernardes Cia. Ltda.; União Administradora de Consórcios S.A. Ltda. e outras.

Empresas que atendem aos seus empregados com assistência médica, odontológica e social, através da Fundação Dr. Antônio Dias Macedo, da qual José Macedo é o presidente. Seu prestígio na esfera econômica extrapola ao seu Estado até mesmo ao seu País, como membro do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos; membro do Conselho Empresarial Brasil-México e outras instituições.

Ingressou na política em 1959, substituindo seu irmão candidato a Deputado Federal (falecido às vésperas da eleição) pelo Partido Social Democrático. Reelegeu-se para os mandatos, em 1963 e 1967. Compõe a chapa de Virgílio Távora ao Senado, como suplente pela Arena para o período 1971 a 1979.

Em 1979, disputou novamente a suplência de Senador, tendo como titular José Lins de Albuquerque com mandato terminado em 1987. Assumiu por algumas vezes a senatória em substituição aos seus titulares.

Casado com Maria Proença de Macedo.

São filhos do casal:

Ângela Maria — técnica em administração;

Roberto Macedo — engenheiro civil, industrial;

Georgina Macedo — médica;

Mariana Macedo;

José Macedo — comerciante;

Manuel Macedo — economista.

CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES

(Mauro Benevides)

1974-1982, 1987

Mauro Benevides nasceu em Fortaleza a 21 de março de 1930. Filho de Carlos Eduardo Benevides, farmacêutico, proprietário de farmácia em Pacatuba e na Capital, Gerente de Cooperativas em Fortaleza e Deputado Estadual nas legislaturas 1935-1937 e 1975-1979, e de Antônia Cabral de Melo Benevides.

Com o curso secundário concluído no Colégio Cearense de Fortaleza, ingressou na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, dirigida pelos Irmãos Maristas, concluindo, na turma de 1950, o Curso de Letras. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1952, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Muito jovem iniciou-se no jornalismo, em 1950, como redator do *Jornal da Manhã*, órgão que tinha como diretor proprietário o então Senador Olavo Oliveira. De 1953-1974, passou a ser responsável pela Redação de *A Fortaleza*, dirigido pelo Padre José de Arimatéa Antunes Diniz e posteriormente, pelo jornalista Luís Sucupira. De 1957 a 1959 foi membro do Conselho Administrativo e colaborador do jornal *O Nordeste*, àquela época dirigido pelo professor Manuel Antônio de Andrade Furtado.

Serveu aos órgãos ligados ao operariado cearense, como advogado da Federação dos Círculos Operários do Estado do Ceará (1953-1959); Secretário do Centro Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — AR — Ceará (1953-1957); Professor do Centro Profissional José Pinto Freire — Senac — AR — Ceará (1969); Assessor Técnico do Senac, Ceará (1970-1973); Chefe de Assessoria do Senac — Ceará (1974) e Assessor da Federação do Comércio do Estado do Ceará (1971).

Foi, porém, na política que sua liderança brilhou com mais intensidade. Elegeu-se à Câmara Municipal de Fortaleza, para a legislatura 1955-1959, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), ocupando neste período a vice-liderança da bancada do Partido. Presidente da Comissão de Finanças (1955-1957); Presidente da Câmara Municipal em 1959 e Membro da Comissão de Legislação Social de 1957-1958.

Concorrendo à vaga pelo PSD, elegeu-se Deputado à Assembléia Estadual do Ceará, para os períodos 1959-1963, reelegendo-se na legislatura 1963-1967. É pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro, eleito para as legislaturas 1967-1971 e 1971-1975. Como deputado ocupou as funções de Líder da *Maioria* em 1959; membro da Comissão de Finanças, Constituição e Justiça; Educação e Redação Final; Presidente da Assembléia Legislativa nos períodos 1963-1964, 1964-1965; Líder da *Minoria* (Blocô Democrático Renovador) 1966; Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, 1967; Relator do Projeto de Adaptação da Carta Estadual à Constituição de 1967; Presidente das Comissões de Fiscalização, Finanças e Tomada de Contas (1968); da Comissão de Educação (1969); da Comissão de Redação Final (1971); da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972-1973); Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, junto à União Parlamentar Interestadual, 1965-1974; Secretário do Diretório Regional do PSD (1962-1965); Vice-Presidente Regional do MDB (1966-1968); Presidente do Diretório Regional do MDB (1969-1979).

Eleito Senador da República a 15 de novembro de 1974, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro, em oposição ao candidato da Arena José Edilson de Melo Távora, com 510.392 votos.

Segundo Abelardo Montenegro, a vitória do candidato da oposição ao Senado foi motivada pela "a) ausência de caráter contestatório da campanha política. A tônica recaiu no custo de vida; b) ao desinteresse pela candidatura Edilson por parte da corrente virgilista; c) à menor popularidade da candidatura arenista". (1)

No Senado exerceu as funções de: Vice-Líder da Bancada do MDB (1975-1976); Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal sob a presidência do Senador Petrônio Portela (1977-1978); Tesoureiro da Comissão Executiva Nacional do MDB (1975-1980); Vice-Líder da Bancada do MDB (1979-1980); Presidente da Comissão de Serviço Público do Senado (1976).

Na legislatura 1979-1983 ocupou os cargos de Vice-Líder da Bancada do MDB (1979-1982); Vice-Presidente da Comissão de Segurança Nacional (1980-1981); Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal (1981-1982); Membro Titular e Suplente, nas duas Legislaturas, das seguintes Comissões Permanentes: Finanças, Legislação Social, Serviço Público, Relações Exteriores, Distrito Federal, Educação, Segurança Nacional, Assuntos Regionais, Constituição e Justiça.

Membro Titular da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional (1975-1982), Presidente de 42 Comissões Mistas do Congresso Nacional (1975-1982); Delegado do Brasil junto à União Interparlamentar (1981-1982).

(1) Abelardo MONTENEGRO. *Os Partidos Políticos no Ceará*. p. 199.

Em 1982 candidatou-se pela legenda de seu partido — PMDB — ao Governo do Ceará, perdendo a eleição para o opositor o prof. Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, candidato indicado pelo Partido Democrata Social (PDS) e apoiado pelos Coronéis Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra.

A convite do Governador Franco Montoro, passou a dirigir o Banco do Estado de São Paulo, do qual se afastou para assumir a Direção do Banco do Nordeste do Brasil S.A. no período de 1985 a 1986.

Nas eleições de 15 de novembro de 1986 elegeu-se, com 1.219.288 votos, Senador da República, disputando como candidato do PMDB e outros partidos menores e os candidatos apoiados pelo PDS e PFL — Deputado Paulo Lustosa da Costa e o Cel. César Cals de Oliveira, ex-Senador e ex-Governador do Estado.

Como Constituinte de 1987 é Vice-Presidente da mesma, assumindo a Presidência por várias vezes.

Eleito Presidente do Senado em 1991.

No Poder Executivo exerceu os cargos de Secretário do Interior e Justiça do Estado; Secretário da Fazenda (interino); Secretário da Educação (interino); Governador do Estado, em exercício por 12 vezes na condição de Presidente da Assembléia Legislativa.

É conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará desde 1964.

Em missões oficiais:

1965 — Na condição de Deputado Estadual, convidado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, visitou 10 estados em apreciação da estrutura legislativa estadual;

1975 — Participou da Delegação Brasileira à 62ª Conferência Parlamentar, em Londres;

1977 — Participou da Delegação do Brasil junto à 32ª Assembléia Geral das Nações Unidas;

1979 — Membro da Delegação Brasileira junto à 66ª Conferência Interparlamentar em Caracas;

1980 — Membro da Delegação Brasileira junto à 67ª Conferência Interparlamentar, em Berlim (Alemanha Oriental);

1981 — Membro da Delegação Brasileira junto à 68ª Conferência Interparlamentar, em Havana;

1981 — Membro do Grupo Brasileiro à Conferência Preparatória da 68ª Conferência Parlamentar, em Manila, nas Filipinas, na condição de Delegado Brasileiro;

1982 — Membro da Missão Parlamentar Brasileira que visitou Israel, a convite do Parlamento Israelense (Knesset).

1982 — Membro, como Observador Parlamentar, designado por Ato do Presidente da República, da Delegação do Brasil junto à 37ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Possui as seguintes insígnias:

- Ordem do Mérito do Congresso Nacional, no Grau de Grande Oficial — 1978;
- Ordem do Mérito de Brasília, 1981;
- Medalha do Sesquicentenário do Senado Federal — 1976;
- Medalha José Bonifácio — 1977;
- Medalha do Parlamento da Alemanha Oriental — Berlim, 1980;
- Medalha da Assembléia Nacional Portuguesa — Lisboa, 1982;
- Medalha do Parlamento (Knesset) de Israel — Tel Aviv, 1982;
- Medalha do Mérito Legislativo, concedida pela Câmara Municipal de Fortaleza, 1973.
- Medalha Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães — São Paulo, 1964;
- Medalha do Centro Cultural Brasil-Israel (Tel Aviv), 1982;
- Medalha do Papado de Paulo VI — Roma, 1972;
- Medalha do Jubileu de Prata do Senac — AR do Ceará, Fortaleza — 1981;
- Medalha dos 30 anos do Banco do Nordeste do Brasil — Fortaleza, 1982;
- Medalha de Prata da Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado do Ceará — APEOC, Fortaleza, 1981;
- Medalha de Prata dos 60 anos do Colégio Cearense, 1973;
- Medalha do Centenário de Clóvis Beviláqua, concedida pelo Ministério da Educação e Cultura — 1953;
- Medalha do 3º Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, Guanabara, 1963;
- Medalha do IV Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas — Brasília, 1965;
- Medalha do V Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas — Recife, 1967;
- Medalha do VI Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas — Fortaleza, 1972;
- Medalha do VII Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas — Belo Horizonte, 1976;
- Medalha do Centenário do Instituto do Ceará — 1987.

Trabalhos publicados:

- *O IV Congresso de Assembléias Legislativas e o Momento Político* — 1965;
- *A Legislação Eleitoral e as Modificações Reclamadas* — 1968;
- *Aspectos da Problemática Nordestina* — 1968;
- *Reforma Administrativa*, 1968;
- *Autonomia das Capitais* — 1975;
- *As Muitas Lutas da Vida de Juarez Távora*, 1975;

- *Controle e Fiscalização do Executivo e da Administração Indireta*, 1975;
- *Em Defesa de Oito Milhões de Eleitores*, 1975;
- *O Sesquicentenário do Senado Federal*, 1976;
- *Prerrogativa Atribuída ao Legislativo pelo Artigo 45 da Carta Magna*, 1976;
- *Algumas sugestões para o Combate às Secas*, 1977;
- *O Senador Pompeu — 1977*;
- *Delmiro Gouveia e o Desenvolvimento Nordestino*, 1978;
- *O Sesquicentenário de Nascimento de José de Alencar — 1978*;
- *O Ceará e o seu Desenvolvimento na Área de Turismo*, 1979;
- *O significado da Mensagem do Papa aos Brasileiros*, 1980;
- *O Centenário de Nascimento de Hermenegildo Firmeza*, 1981;
- *Perspectivas do Nordeste e do Ceará*, 1981;
- *Menezes Pimentel — O Educador, o Político e o Homem Público*, 1987;
- *Série Temas Nacionais e Problemas Cearense*.

É sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Casou-se em Fortaleza, 30 de maio de 1954 com Maria Regina de Borba Benevides, filha de José de Borba Vasconcelos, ex-político, ex-Deputado e Secretário de Governo.

Do matrimônio nasceram:

— Carlos Eduardo Benevides Neto — Engenheiro Civil, Deputado Federal Constituinte; reeleito pelo PMDB em 1989.

— Mauro Benevides Filho — Economista — Deputado Estadual — Professor da Universidade Federal do Ceará — Secretário da Fazenda do Município na administração Ciro Ferreira Gomes e Secretário de Planejamento do Estado no Governo Ciro Ferreira Gomes;

- Carlos Afonso Benevides — Acadêmico de Direito;
- Carlos Régis Benevides — Acadêmico de Direito;
- Gláucia Benevides — Advogada;
- Regina Benevides — Economista.

FRANCISCO ERNANDO UCHOA LIMA

(Ernando Uchoa)

1978

Natural de Fortaleza, nasceu Ernando Uchoa, a 20 de abril de 1932.

Filho de Luís Alves Lima e Ester Uchoa Lima.

Descendente de família pobre, porém privilegiado em inteligência e dedicação aos estudos, depois de cursar os antigos primário, ginásial e científico, no Colégio Lourenço Filho, onde iniciou suas atividades trabalhistas, para custear seus estudos. Ingressou na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, bacharelando-se em Filosofia Pura em 1955 e Licenciatura em 1956.

O Curso de Ciências Jurídicas e Sociais concluiria pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1959, fazendo Pós-Graduação em Criminologia, na mesma Faculdade, em 1961.

Deve ser salientado que foi orador oficial de todos os cursos concluídos, dos secundários aos superiores.

Como líder estudantil, com atuação estadual e nacional, foi presidente do Grêmio Literário Antônio Sales do Colégio Lourenço Filho e integrou as diretorias da Central Estudantil Cearense, da União Brasileira de Estudantes Secundários, do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito do Ceará, do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, da antiga Faculdade de Filosofia do Ceará, da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Ingressou no magistério, no Colégio Lourenço Filho, de início como professor do curso de admissão, depois nos Cursos Normal (pedagógico) e Científico, do qual foi Diretor Pedagógico. Orador fluente, tem brilhado lides forenses, pela sua inteligência e sua retórica fácil.

Exerceu os cargos públicos de Conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará (aposentado), dirigiu a Secretaria de Cultura durante os governos de César Cals e Adauto Bezerra, a Secretaria de Justiça no Governo Gonzaga Mota. Na esfera municipal, ocupou as funções do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura nas gestões do General Murilo Borges e do Dr. José Valter Cavalcante, ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura.

Militante na política partidária desde a juventude, foi presidente do Departamento Estudantil e do Diretório de Fortaleza, da extinta União Democrática Nacional (UDN), tendo pertencido, também, à Executiva Estadual e ao Conselho Regional do referido Partido; ex-integrante da diretoria do antigo Centro de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e dos órgãos de direção da Arena e do PDS, sendo atualmente membro efetivo do Diretório Estadual do PFL.

Na eleição de 1970, como candidato da Arena, foi eleito suplente de Senador, na chapa de Wilson Gonçalves, assumindo a Senatória, em 1978, com a renúncia deste em 21 de novembro, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Pertence a diversas entidades educacionais, culturais, científicas e desportivas, entre elas: membro efetivo da Academia Cearense de Retórica; da Associação Cearense de Imprensa; Acadêmico Honorário da Academia Cearense de Letras e da Academia Sobralense de Estudos e Letras; sócio honorário do Instituto de Ciências Políticas de São Paulo, do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e da Casa de Juvenal Galeno; Presidente da Associação dos Advogados Criminais do Ceará; Presidente da Ordem dos Advogados, Seção Ceará, reeleito em 1991.

Além de colaborador do jornal *O Povo* e da Revista *Aspectos*, editada pela Secretaria de Cultura, publicou:

- *As Palavras, o Tempo, Ação Democrática (discursos parlamentares)*.
- *Hamlet — Louco ou Simulador?* (separatas das revistas *Aspectos* e “Coleção Denizard Macedo”).

Possui vários diplomas e títulos honoríficos, agraciado, entre outras, com as medalhas:

- José Bonifácio
- José de Alencar
- Tomás Pompeu e
- Mérito Municipal

outorgadas, respectivamente, pelo Senado Federal, pelo Governo do Estado do Ceará, pela Academia Cearense de Letras e pela Câmara Municipal.

É casado com a professora Maria Regina Holanda Lima, sem filhos.

ALMIR SANTOS PINTO

(Almir Pinto)

1979

Filho de Melquíades Pinto Nogueira e Isabel dos Santos Pinto, nasceu em Lavras da Mangabeira, Ceará, no dia 15 de fevereiro de 1913.

Seus primeiros estudos foram feitos em casa com sua mãe, na escola pública de D. Amélia Braga e no Grupo Escolar de sua terra natal. Fez o curso seriado no Instituto São Luís, dirigido pelo Dr. Menezes Pimentel e no Liceu do Ceará.

Aprovado no vestibular de Medicina da Faculdade de Recife em 1913, transferiu-se no ano seguinte para a Escola de Medicina da Bahia, onde se doutorou a 5 de dezembro de 1936.

Maranguape foi a cidade escolhida para iniciar sua carreira médica, chegando a 4 de janeiro de 1937, adotando-a como sua terra, onde tem prestado relevantes serviços.

Em 1940 foi nomeado, pelo Interventor Menezes Pimentel, médico do Instituto Carneiro de Mendonça, antiga Escola de Menores Abandonados e Delinquentes de Santo Antonio de Pitaguari; diretor da Maternidade Professor Olinto Oliveira e do Instituto dos Pobres de Maranguape; Médico da Associação dos Merceeiros naquela cidade, onde clinicou por longos anos.

Ingressou na política como prefeito de Maranguape, nomeado por ato do Interventor interino do Ceará, Dr. Manuel A. de Andrade Furtado, assumindo a 19 de novembro de 1945, tendo sido afastado na Interventoria do Dr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos, para voltar ao cargo a 5 de maio de 1946, por nomeação do Interventor Ministro Pedro Firmeza, e só deixou a Prefeitura em 9 de janeiro de 1947 para candidatar-se à Assembléia Legislativa.

Eleito Constituinte Estadual pela legenda do Partido Social Democrático em 1947, foi Deputado por oito legislaturas consecutivas, somando 32 anos de atividades parlamentares em seu Estado. Por três vezes foi presidente da Assembléia Legislativa. Nesta condição assumiu o Governo do Estado seis vezes, sendo líder do Governo e da oposição, além de ocupar outros cargos da Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Em 1947, por ato de 10 de maio, assinado pelo Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, presidente da Assembléia, ocupando as funções de Governador do Estado, foi nomeado Secretário de Polícia, e Secretário do Interior e Justiça no governo do Dr. Parsifal Barroso e Secretário de Saúde por duas vezes na gestão do Coronel Virgílio Távora.

Eleito suplente de senador em 1976, assumiu a Câmara Alta, em 19 de março de 1979, com o afastamento do titular Coronel César Cals de Oliveira para ocupar o Ministério das Minas e Energia.

No Senado, continuou suas atividades parlamentares pertencendo a quase todas as comissões: Saúde, Segurança Nacional, Legislação Social, Relações Exteriores, dos Municípios, Finanças, Constituição e Justiça.

Presidindo a Comissão de Segurança em substituição ao Senador Dinarte Mariz, Vice-Presidente da CPI da Previdência Social e Relator da CPI que apurou o aumento populacional do País.

Foi agraciado com as Comendas:

- Medalha do Pacificador — Exército
- Medalha Tamandaré — Marinha
- Comenda do Mérito Médico
- Medalha do Ipiranga — São Paulo
- Medalha da Abolição — Governo do Ceará

É cidadão honorário de Maranguape e Aracoiaba.

Publicou:

- *O Parlamento em versos* (2 v.) 1984 e 1985
- *Fragmentos de um Passado*, 1988.

Casou-se em Fortaleza, a 4 de janeiro de 1939, com sua prima Senhorinha Araci Bezerra Pinto.

Do consórcio nasceram:

- José Aramir Bezerra Pinto — Coronel do Exército;
 - Maria Arair Pinto Paiva — Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais. Doutora em Direito Público, Professora Universitária; casada com Melquíades Pinto Paiva, professor universitário;
 - Isabel Aramicir Pinto Pinho — Bacharela em Administração, casada com o ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Fortaleza, José Maria Barros Pinho;
 - Luis Aramicy Bezerra Pinto — Farmacêutico;
 - Sebastião Almircy Bezerra Pinto — Economista.
- Faleceu em Fortaleza, a 19 de novembro de 1991.

CESAR CALS DE OLIVEIRA FILHO

(Cesar Cals)

1979-1986

Nasceu Cesar Cals em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, a 30 de dezembro de 1926. Filho do renomado médico cearense Dr. Cesar Cals de Oliveira, fundador, juntamente com o Dr. José Ribeiro Frota, da Casa de Saúde Cesar Cals, Prefeito de Fortaleza, Deputado Estadual, e de Hilda Diogo de Oliveira.

Ingressou muito moço ainda na carreira militar, em sua terra natal, na Escola Preparatória de Fortaleza, em 1943, e já em 1946, cursava a Academia Militar das Agulhas Negras, tornando-se oficial na Arma de Infantaria.

De 1951 a 1954, freqüentou simultaneamente a Escola Técnica do Exército e a Escola Nacional de Engenharia da então Universidade do Brasil, graduando-se, respectivamente, como Engenheiro Eletricista e Engenheiro Civil.

Como Engenheiro, foi convidado a prestar sua colaboração à Prefeitura de Fortaleza de 1954 a 1961, dedicando-se aos trabalhos de expansão da rede distribuidora de luz e força desta cidade como Superintendente do Serviço. Com as transformações da autarquia em Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza — CONEFOR, assumiu as funções de Diretor-Presidente.

Em decorrência do convênio firmado entre a Sudene e o Governo do Piauí foi Cesar Cals designado para dirigir o Departamento de Energia Elétrica daquele Estado.

Responsável pela construção da Hidroelétrica de Boa Esperança, esteve à frente da mesma, de julho de 1963 a abril de 1970, da qual foi Diretor-Presidente, tendo exercido no mesmo período a presidência das Centrais Elétricas do Maranhão, participando também, do Conselho Administrativo da Eletrobrás, e no Conselho Superior da Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Adepto da revolução de 1964, no governo do Gen. Emílio Médici, foi escolhido em eleição indireta, Governador do Ceará, como candidato da Arena. Tomou posse em 15 de março de 1971.

Seu plano de governo, denominado "Governo da Confiança", deu incentivo à Indústria e ao Comércio, impulsionou o trabalho artesanal e o turismo, criando a Encetur, incentivando as construções de hotéis e logradouros turísticos.

côs, construiu o Centro de Convenções e a Estação Rodoviária Dr. João Tomé, entre outras realizações.

Não foi muito feliz, porém, em suas lutas políticas, chegando a ser responsabilizado pela radicalização do processo político na hinterlândia cearense. Nas eleições para prefeitos e vereadores, realizadas em novembro de 1972 seu partido apresentou-se dividido.

Em 1974, não conseguiu indicar o nome de seu sucessor ao Governo do Estado e o candidato do seu partido (Arena) ao Senado foi derrotado pelo Movimento Democrático Brasileira (MDB).

Deixando o governo do Ceará, passou a dirigir a Eletrobrás, permanecendo na função de Diretor até sua escolha como Senador, pelo Colégio Eleitoral. Tomou posse em 1º de fevereiro de 1979. Eleito Presidente da República o General João Batista Figueiredo, e com ele muito identificado, desde o início da Revolução de 1964, deixou o Senado para assumir o Ministério das Minas e Energia.

A frente do Ministério inaugurou as Hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí, sendo também observado aumento considerável dos produtos da Petrobrás. Deu início aos trabalhos de estrutura da usina de extração de urânio de Itaitaia, no Ceará, e exploração de ouro na região amazônica realizações até hoje não concluídas.

Teve insucesso político não somente quando tentou a prorrogação do mandato do Presidente Figueiredo, mas, mesmo assim, continuou fiel ao partido, já transformado em Partido Democrático Social — PDS, tornando-se correligionário da candidatura Paulo Salim Maluf à Presidência da República.

Reassumiu o Senado já no fim de sua gestão. Sem o exercício de cargo público, dedicou seus esforços ao Partido Social Democrático, criado por ele.

Medalhas e Títulos Honoríficos:

- Ordem do Mérito Rio Branco;
- Ordem do Mérito Naval;
- Ordem do Mérito Militar
- Ordem do Mérito Aeronáutico;
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho;
- Ordem do Mérito Guararapes (Pernambuco);
- Ordem do Mérito Ipiranga (São Paulo);
- Ordem do Mérito Anhanguera (Goiás);
- Ordem da Abolição (Ceará);
- Ordem do Mérito do Estado do Acre;
- Ordem do Mérito da Inconfidência (Minas Gerais);
- Ordem do Mérito de Brasília;
- Ordem do Mérito Cultural da Universidade do Acre;
- Ordem do Mérito da República Francesa;
- Ordem do Mérito Del Sol (Peru);

- Ordem do Mérito San Martin (Argentina);
- Ordem do Mérito do México;
- Ordem do Mérito da República da Guiné;
- Ordem do Mérito da Nigéria;
- Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha;
- Doutor *Honoris Causa*, de várias universidades brasileiras, entre as quais da Universidade Federal do Ceará;
- Cidadão Honorário de alguns estados e municípios brasileiros.

Em suas gestões públicas, realizou inúmeras viagens de caráter cultural ou político a diversos países: USA, Canadá, URSS, Japão, Israel, França, Bélgica, Suíça, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, México, República Dominicana, Costa Rica, Nicarágua, Jamaica, Iraque, Arábia Saudita, Líbia, Itália, Portugal, Inglaterra, Suécia, China, Angola, Nigéria, Argélia, Moçambique, Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbô, Quênia, Marrocos, República dos Camarões, Zimbabwe, Romênia, Polónia e Tchecoslováquia.

Publicou:

- *Um Modelo de Desenvolvimento para o Ceará*;
- *Pronunciamento no Senado Federal* — 1985;
- *Pronunciamento no Senado Federal* — 1986;
- *Modelo Energético Brasileiro*;
- *Modelo Mineral Brasileiro*;
- *Publicações Técnicas sobre Petróleo, Fontes Alternativas de Energia e outras.*

Casou-se em Fortaleza no dia 16 de outubro de 1948, com Marieta Cals de Oliveira, filha de Salvatore de Francesco di Angelo e Terezinha Lanzelloti de Francesco.

Da união nasceram:

- Célia — Médica;
 - Cesar Cals Neto — Engenheiro, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Fortaleza;
 - Sérgio — Economista.
 - André Salvatore Cals Oliveira — Administrador de Empresas;
 - Marcos Cesar Cals de Oliveira — Deputado Estadual.
- Faleceu em Fortaleza, de ataque cardíaco, na madrugada do dia 10 de março de 1991.

JOSÉ LINS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

(José Lins)

1979-1986

Natural de Crateús, nasceu José Lins a 6 de agosto de 1920.

Filho de Edgar de Albuquerque, comerciante, nascido em Sobral e Francisca Cavalcante Albuquerque.

Com curso secundário feito no Ginásio Sobralense, ingressou na Escola de Minas de Ouro Preto — Minas Gerais, onde colou grau.

Regressando ao Ceará, passou a exercer funções técnicas relacionadas à engenharia, ao magistério e à política. Engenheiro do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem do Ceará, professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará e seu Diretor de 1959 a 1962; Secretário de Viação e Obras, Minas e Energia no Governo do Coronel Virgílio Távora, 1963-1965; Secretário do Planejamento de 1965-1968, no Governo Plácido Aderaldo Castelo; dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão — SUDEMA, de 1968-1969; Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 1974-1978.

Membro da tradicional família política, os Lins Albuquerque, aderindo ao movimento revolucionário de 1964 passou a militar no partido do Governo, a Arena, e depois no Partido Democrático Social (PDS), sendo indicado como candidato do partido ao Senado Federal, em 1978. Eleito com 758.926 votos, contra o candidato do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, Chagas Vasconcelos, que apenas obteve maioria no interior do Ceará.

Sobre esta eleição opina Abelardo Montenegro: “Deve-se interpretar a derrota do candidato arenista ao Senado por larga maioria na Capital, ao voto de protesto, ao voto contra o Governo (...) No Ceará a união das mais expressivas forças políticas lideradas por Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals, reeditando a União pelo Ceará, tornava imbatível o candidato arenista ao Senado”.⁽¹⁾

Na Câmara Alta, onde esteve até 1986, foi vice-lider do Bloco do PDS; Membro Titular das Comissões da Agricultura; Assuntos Regionais e Econômicos.

Na eleição de 1986, foi eleito Deputado Federal Constituinte, com 39.954 voto

(1) Abelardo MONTENEGRO. *Os Partidos Políticos do Ceará*.

Candidatando-se, na eleição de 1990, a Deputado Federal, perdeu a eleição.

Casou-se a 15 de março de 1952 com Maria Nize Studart Lins Albuquerque, filha de Fábio de Moraes Studart. Do consócio nasceram:

Carlos André — Físico

Hermano — Engenheiro Civil

José — Engenheiro Civil

Silvane — Psicóloga

Luciane — Arquiteta

Jaqueline — Engenheira de Pesca

Maria Verônica — Psicóloga

Na Constituinte atual, participou ativamente como membro do Centro Democrático — O Centrão.

CID SABÓIA DE CARVALHO

(Cid Carvalho)

1987

Filho do Dr. Jáder Moreira de Carvalho, jornalista temido, romancista e poeta — o Príncipe dos Poetas Cearenses, e da escritora Margarida Sabóia de Carvalho, nasceu Cid Carvalho em Fortaleza, a 25 de agosto de 1935.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Ingressou muito cedo no jornalismo no extinto *Diário do Povo*, de propriedade de seu pai, e, seguindo as suas orientações, se fez desassombrado na defesa de suas idéias quase sempre concentradas no campo social.

Nos meios de comunicação, quer no jornalismo, quer nas emissoras de rádio, quer nas tribunas onde atua, Cid Carvalho nunca se deixa intimidar pelas agressões de que tem sido alvo, em sua agitada vida intelectual. Fluente orador, tem brilhado nas lides forenses e na cátedra, com sua inteligência privilegiada e sua retórica fácil.

Professor concursado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, onde ensina Direito Civil, e no Curso de Comunicação Social, da mesma Universidade, lecionando a disciplina Legislação dos Meios de Comunicação Social.

Exerceu outras funções administrativas: Procurador-Substituto da Fazenda Nacional (1967-1971); Diretor da Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará (1971 a 1975); Presidente da mesma (de 1975 a 1979); Assessor do Governo do Estado do Ceará, na administração do Coronel Virgílio Távora (1979 a 1983) e Procurador do Conselho de Contas dos Municípios.

Membro da Academia de Letras do Ceará, da Academia de Retórica e da Academia Cearense da Língua Portuguesa, além da Academia Centrística de Letras da qual foi fundador. Pertence à Ordem dos Advogados do Brasil, aos sindicatos dos Radialistas e Jornalistas do Ceará e à Associação Cearense de Imprensa.

Como candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) elegeu-se, em 15 de novembro de 1986, Senador da República, com 950.231 votos, para o mandato de 1987-1995 enfrentando seus opositores, candidatos da Coligação Partido Democrata Social/Partido da Frente Liberal

(PDS-PFL), que recebiam a orientação dos ex-governadores Coronéis Virgílio Távora, Cesar Cals de Oliveira Filho e Adauto Bezerra.

Na Câmara Alta participou, em 1987, como Suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias; Presidente da Subcomissão do Sistema Financeiro; Suplente da Comissão da Ordem Social e Titular da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Defensor do regime Parlamentarista, das acumulações lícitas de professores universitários com cargos técnicos e outros pronunciamentos a favor do Ceará e do Nordeste.

Publicou:

- *Gritos e Murmúrios*. Fortaleza, 1956.
- *Pássaros de Fogo*, Fortaleza, 1971.
- *Opus*, Fortaleza, 1979.
- *Alma da cigarra*, Fortaleza, 1986.
- *Notas de um Constituinte*, Brasília, 1987.
- *Notas Parlamentares*, Brasília, 1988.

Outros trabalhos que escreveu para revistas técnicas nas áreas de Comunicação e de Direito, além de artigos que versam sobre a vida e a obra do escritor português Camilo Castelo Branco, de quem se confessa profundo admirador.

Casado com Luce Fontenele de Carvalho, pais de:

- Antonino — Professor Universitário, advogado e Assessor do Tribunal Regional do Trabalho;
- Rogério — Universitário e funcionário estadual;
- Cid — Estudante.

JOSÉ AFONSO SANCHO

1988

Nasceu Afonso Sancho em Massapê a 27 de abril de 1922. Filho de Francisco Rodrigues Sancho e Isabel Rodrigues Sancho.

Com o curso primário feito em sua terra natal e no Colégio Bosco, em Fortaleza, para onde se transferiu em 1936; iniciou o curso técnico de contabilidade na Fenix Caixeiral, não concluindo.

Nas atividades comerciais iniciou-se como caixeiro da loja Empório das Louças, de A. Holanda & Cia.; na loja A. Maranguape e Margen. Instalou-se, por conta própria, com material para calçados com outro sócio, passando, depois, a denominar-se Casa Sancho.

Gerencia em 1950, a Cooperativa de Crédito de Fortaleza, adquirindo aprendizado bancário que o fez sócio do Banco Popular de Fortaleza, Banfort, passando a Diretor Superintendente e depois Presidente do Banco, que já possui agências nos principais centros do País.

Adquirindo grandes áreas de terra na zona do Estado, passou a explorar, também, atividades agropastoris como proprietário das empresas Sancho Agropecuária; Planalto da Ibiapaba — Agrodi e outras fazendas isoladas.

No setor comercial presidiu o Centro Retalhista. Foi vice-presidente da Federação do Comércio; Presidente da Facic e um dos fundadores da União das Classes Produtos do Ceará. No setor Bancário, presidiu, também, a Associação dos Bancos do Ceará — ABANCE e outras agências.

Ingressou no jornalismo, como Diretor do Jornal *Gazeta de Notícias*, fundando, em 1957, o diário *Tribuna do Ceará*.

Como político, de idéias conservadoras, participou da campanha política como membro da UDN, do Partido Libertador; membro da diretoria da Arena e delegado do PDS. É membro da União Ruralista Brasileira — UDR — no Ceará.

Foi eleito suplente de Senador, na chapa do Coronel Virgílio Távora, em 1982. Seu período na Câmara Alta no primeiro momento foi muito breve. Assumiu definitivamente com a morte do Senador Virgílio Távora.

Possui as seguintes condecorações:

- Medalha do Pacificador — Ministério do Exército;
- Medalha da Abolição — Governador do Estado do Ceará.

— Medalha do Município — Prefeitura de Fortaleza.

Cidadão honorário dos Municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Itapajé, Tianguá e Ubajara. Casou-se com Elen Afonso Sancho, em 14 de setembro de 1944. Teve os seguintes filhos: Tânia, José Tamer, Tereza, Inimá, Elisabeth, Sancho Júnior, Ernani e Elen Maria.

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCÂNTARA

(Beni Veras)

1991

Dos que sabem honrar por todo os títulos e modos a sua terra, nasceu Beni Veras em Crateús, no dia 18 de agosto de 1935.

Filho do alfaiate Osvaldo Farias Alcântara, militante do Partido Comunista Brasileiro, e Raimunda Veras Farias.

Com os primeiros estudos feitos no Grupo Escolar Érico Mota, de sua terra natal, mudou-se para Fortaleza, ingressando no antigo Liceu do Ceará, onde preparou-se para cursar a Escola de Administração do Ceará, concluindo-a em 1967. No ano anterior (1966), recebeu o diploma com menção honrosa, na Universidade de Harvard — USA, do curso intensivo feito sobre problemas de desenvolvimento econômico.

Sua liderança se fez sentir nos meios estudantis, quando foi escolhido presidente do II, III e IV Congresso de Estudantes do Estado do Ceará (1953-1955); secretário geral da União Brasileira dos Estudantes Secundários (1957-1958); presidente do Diretório Acadêmico “Juscelino Kubitschek” da Escola de Administração do Ceará, 1964-1965.

Iniciou suas atividades empregatícias como Gerente de Vendas da Casa Inglesa, em Fortaleza, hoje extinta.

Optando depois pelo exercício de funções industriais, onde galgou as vice-presidências da S.A. Roupas do Nordeste (SARONORDE), cargo que ocupou durante nove anos, e das Confecções Guararapes S.A., por quinze anos.

Hoje, Presidente-proprietário da Fábrica Confex S.A., confecções de roupas masculinas, em Fortaleza.

No magistério atuou como professor da disciplina Introdução à Administração e Marketing, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Como membro do Grupo Empresarial Cearense identificado com idéias sociais democratas, na Presidência do Centro Industrial do Ceará, promoveu, com o apoio de setores progressistas da sociedade cearense, as candidaturas de Tancredo Neves à Presidência da República e de Tasso Jereissati ao Governo do Estado do Ceará, do qual foi Assessor Especial de 1987-1990, sua atuação política neste Governo o credenciou a candidatar-se a senador, pelo

Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, ao qual pertence desde 1988.

Numa disputa acirrada, concorrendo com o experiente político Deputado Antônio Paes de Andrade, foi eleito com a expressiva votação de 1.025.965 sufrágios, adotando uma proposta de valorização do povo e da região nordestina.

Assumindo a Senatória em 1º de fevereiro de 1991, faz parte da Comissão de Economia; da Comissão de Assuntos Sociais, como suplente da Mesa diretora; Coordenador da Comissão de reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Casou-se em Fortaleza, a 19 de dezembro de 1958, com Vanda de Souza Alcântara, de cujo consórcio nasceram:

- José Clayton de Sousa Alcântara — Industrial;
- Lise de Sousa Alcântara;
- Sérgio de Sousa Alcântara — Economista, Industrial.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Júlio. *Fragments de História Política do Ceará*. Vitória da Conquista, Gráfica Cruzeiro do Sul, 1956.
- ALBUQUERQUE, João Alves. *Vida dos Municípios*. Primeira parte. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1945.
- ANDRADE, F. Alves. *Humanismo de um Pioneiro*. Fortaleza, Imprensa Universitária, UFC.
- AMARAL, Alberto. O Senador Francisco de Paula Pessoa. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 64, t. 64, p. 203-209, 1950.
- ANSELMO, Otacílio. *A Revolução de 30 no Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. *A Verdade sobre a Revolução de outubro — 1930*. 2ª ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- BARROS, Luiz. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza, Editora Gráfica Lourenço Filho Ltda., 1980.
- BARROSO, José Parsifal. *Uma História da Política do Ceará — 1889-1954*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1984.
- BENEVIDES, Carlos Mauro. *O Senador Pompeu*. Brasília, Centro Gráfico, Senado Federal, 1977.
- BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R. A., Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*. Fortaleza, Imprensa Universitária, s.d.
- BENEVIDES, Carlos Mauro. *Menezes Pimentel — O Educador, o Político e o Homem Público*. Brasília, Centro Gráfico, Senado Federal, 1987.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *O Ceará no começo do século XX*. Fortaleza, Tipografia Litográfica a Vapor, 1909.
- BRÍGIDO, João. *Eleições Senatoriais do Ceará*. Fortaleza, Tipografia Econômica, 1884.
-
- do Libertador, 1885. *Resumo da História do Ceará*. Fortaleza, Tipografia
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Correspondência do Senador Pompeu*. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1960.
-
- Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará.
- CARNEIRO, Glauco. *J. MACEDO, uma saga empresarial brasileira*. São Paulo, EDICON, 1989.
- CARVALHO, M.E. Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nos Cortes de 1821*. Brasília, 1978.
- CORDEIRO, João. Apontamentos Bibliográficos de João Cordeiro; *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 59, t. 59, p. 270-292, 1945.
- COSTA, Emília Violtida. *Da Monarquia à República momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- CRUZ FILHO. *História do Ceará — Resumo didático*. 2ª ed. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

- DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1823.
- ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo, Ed. Mérito, 1957, v. 4. FERNANDES, Yoco. *Notícias do Povo Cearense*. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977.
- GIRÃO, Raimundo. *História da Faculdade de Direito*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
-
- Universitária do Ceará, 1959.
-
- 1952.
-
- Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1984.
-
- Universidade Federal do Ceará, 1984.
-
- Oficial do Ceará, 1984.
-
- 1977.
-
- sitária Federal do Ceará, 1975.
-
- Cearense de Letras*, v. 66, nº 36, p. 51-73, 1975.
- GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. *O Ceará*. 3ª ed. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1966.
- GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. *Dicionário da Literatura Cearense*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1987.
- GIRÃO, Célio Brasil. *Ceará Médico*. Fortaleza, Ano 2, nº 2:49-50, 1980.
- GOÑÇALVES, Wilson. *Síntese de uma atuação parlamentar*. Brasília, Centro Gráfico, Senado Federal, 1978.
- GOVERNO DO CEARÁ — PLAMEG II (Um Ceará Novo). Governo Virgílio Távora, 1979-1983. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1979-1983.
- GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Fortaleza, Editora Jurídica Ltda., 1943.
- MACEDO, Nertan. *O Clã de Santa Quitéria*. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1967.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Fernandes Távora e o Tenentismo no Ceará. 1921-1924*. Fortaleza, Secretaria da Cultura e Desporto.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa Montenegro. *O Padre Mororó: O Político e o Jornalista*, Fortaleza, BNB, 1985.
-
- leza, Imprensa Oficial, s.d.
- MONTENEGRO, Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará, 1980.
- MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará. 1945-1985*. Fortaleza, Stylus, 1985.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *História Jurídica do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1987.
- NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a Monarquia. In *Revista do Instituto do Ceará*, t. 4:43-71, 1980; t:239-64, 1891.
- NÚCLEO INDEPENDENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS DO CEARÁ. *O Legislativo Cearense: 150 anos de atuação*. Fortaleza, Stylus Comunicação, 1986.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. *A Elite Política do Ceará Provincial*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.

Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa

Antropologia Cearense. Fortaleza, Imprensa Oficial,

Famílias de Fortaleza. Apontamentos Genealógicos. Universidade Federal do Ceará, 1984.

Pequena História do Ceará. 4ª ed. Fortaleza, Edições

A Abolição do Ceará. 3ª ed., Fortaleza, Imprensa

O Comendador Machado e sua Descendência.

O Senador Pompeu. 1877-1977. Fortaleza, Ed. Henri-

A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Univer-

Os Pompeus, Família Ilustre. *Revista da Academia Cearense de Letras*, v. 66, nº 36, p. 51-73, 1975.

O Integralismo no Ceará. Variações Ideológicas. Fortaleza, Imprensa Oficial, s.d.

- PARENTE, José C. *Anaúê. Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza, EUFC, 1986.
- PESSOA, Frota. *O Olygarcha do Ceará, a Crônica de um Déspota*. Rio de Janeiro, Tipografia Jornal do Comércio, 1979.
- PINTO, Almir. *Fragmentos de um Passado*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1989.
- PINTO, José Marcelo. A Eleição de Miguel Calmon du pin e Almeida de Andrade, Senador pela Província, *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 75: 131-143, 1961.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Governador Waldemar de Alcântara*, cidadão de Fortaleza. Imprensa Oficial, 1978.
- QUINDERÉ, Monsenhor, *Reminiscências*. 2ª Ed. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. *A Redemocratização de 1945-1947*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1983.
- SÁ, Carlos Acioli. *Francisco Sá. Reminiscências Genealógicas*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. *Anuário do Estado do Ceará*. Fortaleza, Stylus, 172.
- SENADO FEDERAL. Dados Bibliográficos dos Senadores — 1946 a 1970. Projetos de Bibliografias dos Senadores do Império e da República. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- SENADO FEDERAL. Dados Bibliográficos dos ex-Presidentes do Senado Federal — 1926 a 1979. Projeto de Bibliografias dos Senadores do Império e da República. Brasília, 1981.
- Senado 150 Anos. Brasília, Centro Gráfico, Senado Federal, 1976.
- SILVA, Hálío. *1933 — A Crise no Tenentismo*. Rio de Janeiro, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- STUDART, Barão. A Família Castro. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 73, t. 73, p. 181-219.
- STUDART, Guilherme. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Fortaleza, Tipografia Studart, 1896.
- Tipografia Comercial. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Fortaleza, Tipografia a Vapor, 1910.
- Dicionário Bibliográfico Cearense*. Fortaleza, Tipo-Litografia a Vapor, 1913, v. II.
- Dicionário Bio-Bibliográfico*. Fortaleza, Tipo-Litografia a Vapor, 1913, v. II.
- Dicionário Bio-Bibliográfico*. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1915, v. III.
- TÁVORA, Fernandes. *Algo de minha vida*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1961.
- TAUNAY, Afonso de E. *O Senado do Império*, Brasília, DF, 1978.

CURRICULUM

Valdelice Carneiro Girão

Res. Rua Nunes Valente, 2414/301 — Fortaleza—CE.

Primeiros estudos: Escolas Reunidas de Morada Nova, Colégio Monseñor Tabosa e Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte.

O Curso Científico no Colégio Estadual do Ceará, antigo Liceu do Ceará. Licenciada em Geografia (1971) e História (1974) pela Faculdade de Filosofia do Ceará.

Curso de Especialização em História de Pernambuco (Unicape) em 1977 e Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

Colaborou na imprensa local nos jornais: *O Povo*, *D. O'Letras*, Imprensa Oficial do Ceará, e no *D.O. Leitura de São Paulo*; tem artigos publicados na *Revista do Instituto do Ceará*, *Revista de Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de Folclore* e *Revista da Sociedade de Geografia e História*.

Foi Coodernadora do Curso de História da UFC (diversas vezes) onde é professora desde 1975.

Leciona a disciplina História do Ceará.

Foi Secretária e Diretora da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) Núcleo Regional do Ceará.

Foi Conservadora do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, fazendo toda a primeira classificação das peças ali existentes.

Conservadora do Museu Arthur Ramos da Universidade Federal do Ceará, responsável também por sua classificação.

Distinguida com o título de “Amiga do Instituto do Ceará”, foi por ele agraciada com a Medalha do Centenário — 1987.

Publicou: *Contribuição à Nomenclatura e Classificação das Rendas do Ceará*, 1960; *A Renda de Bilros e seus Artífices*, 1966; *A Coleção Arthur Ramos*, 1971; *Cerâmica Indígena do Ceará*, 1972; *Arthur Ramos e sua Coleção*, 1983; *O Meu Ceará — Estudos Sociais* (livro didático), 1977; *As Oficinas e Charqueadas no Ceará* (tese de mestrado), 1984; *Rendas de Bilros*, 1984; “considerado o melhor trabalho a respeito da renda de bilros, volumoso e

metódico estudo, deste assunto, porventura não excedido em todo o Brasil".
A Posse da Saudade — 1988; *Pacajus de Aldeia, a Cidade* — 1990.

Além de outros artigos publicados em jornais locais, na *Revista do Instituto do Ceará*; na *Revista Brasileira de Folclore*; na *Revista de Ciências Sociais* da UFC e no *Boletim do Instituto de Antropologia* da mesma Universidade.

Instituições a que pertence:

— Sócia do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), do qual é Tesoureira.

— Sociedade Cearense de Geografia e História.

— Academia de Ciências Sociais do Ceará.

— Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

— Fortaleza, 7 de setembro de 1991.

Valdelice Carneiro Girão

